



ENSAIOS **PEDAGÓGICOS**

Volume 1 Número 3 set./dez. 2017 ISSN: 2527-158X

CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE SOROCABA/SP: CARACTERIZAÇÃO
DE ALGUNS MUNICÍPIOS E ESTRUTURA EDUCACIONAL

Organizado por:
Paulo Gomes Lima

SUMÁRIO - V. 1, N. 3 (2017)

MAI./AGO. - CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA/SP: CARACTERIZAÇÃO DE ALGUNS MUNICÍPIOS E ESTRUTURA EDUCACIONAL

EDITORIAL

CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA/SP: INÍCIO DE CONVERSA (PRIMEIRA PARTE) PDF p.1-4
Paulo Gomes Lima

ESTRUTURA EDUCACIONAL E CARACTERIZAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA - RMS PDF p.5-6
Paulo Gomes Lima

DOSSIÊ TEMÁTICO

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA/SP: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E ESTRUTURA EDUCACIONAL PDF p.7-14
Gilsemara Vasques Rodrigues Almenara, Petula Ramanauskas Santorum e Silva

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IPERÓ/SP: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E ESTRUTURA EDUCACIONAL PDF p.15-21
Jurany Leite Rueda, Alessandra Negrão Dominato Barros

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VOTORANTIM/SP: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E ESTRUTURA EDUCACIONAL PDF p.22-31
Katlin Cristina de Castilho, Kalin Cristina de Castilho

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PILAR DO SUL/SP: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E ESTRUTURA EDUCACIONAL PDF p.32-43
Eliane Pimentel Camilo Barra Nova de Melo, Jociane Marthendal Oliveira Santos

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIEDADE/SP: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E ESTRUTURA EDUCACIONAL PDF p.44-52
Jurany Leite Rueda, Jociane Marthendal Oliveira Santos

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL ARCANJO/SP: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E ESTRUTURA EDUCACIONAL PDF p.53-60
Silmara Aparecida Lopes, Etiane Lilian Barbosa Damasceno

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TAPIRAÍ/SP: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E ESTRUTURA EDUCACIONAL PDF p.61-67
Lincoln Akira Nazario Kayaki, Thiago de Melo Martins, Vitória Evelin Pignatari Nakadaki

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SALTO DE PIRAPORA/SP: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E ESTRUTURA EDUCACIONAL PDF p.68-78
Noemia de Carvalho Garrido, Izabel de Carvalho Gonçalves Dias

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAÇOIABA DA SERRA/SP: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E ESTRUTURA EDUCACIONAL PDF p.79-85
Amanda Regina Martins Dias, Jociane Marthendal Oliveira Santos

RESENHAS

CONSIDERAÇÕES SOBRE A OBRA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA
PÚBLICA

Raul Wallace Amorim Carvalho

PDF
p. 86-94

EDITORIAL

Conselhos Municipais de Educação da Região Metropolitana de Sorocaba/SP: início de conversa (Primeira parte)

Paulo Gomes Lima – UFSCar-Sorocaba*

O artigo 204, Incisos I e II da Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988), no tocante ao atendimento de demandas sociais enfatiza: a) a descentralização político-administrativa, com atribuições específicas da União quanto a coordenação e as normas gerais e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal; b) a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Os processos participativos e democráticos se consolidam à medida em que sejam discutidos e transformados em objetos em movimento, resguardando-se o princípio da soberania cidadã e sua recorrência como direito que se aperfeiçoa conforme o seu respectivo direito. Como princípio orientador, a cidadania deve ser mobilizada por processos participativos, regulados por lei, como acima destacado, assim, a busca por sua legitimação deve ocorrer por canais que promovam e garantam a consolidação democrática em distintas esferas de responsabilidade.

De forma recortada, a partir da Constituição de 1988, a normatização e emancipação conferida pelos municípios como entes federativos esboçavam caminhos de participação do poder local e com eles, a responsabilidade de assumir as políticas públicas conforme a instituição do processo de municipalização e, no caso da educação, articulando-se com a criação dos Conselhos Municipais de Educação. Os conselhos municipais de educação como órgãos mediadores entre a sociedade civil organizada e os organismos governamentais assumem importante influência no poder local acerca do controle social no âmbito da educação, considerando o seu comprometimento com as demandas sociais e fortalecimento dos sujeitos na consolidação dos direitos dos munícipes. De acordo com Gohn (2007, p.107-108):

Os conselhos são instrumentos de determinados processos políticos e constituem inovações institucionais na gestão de políticas sociais no Brasil. Esses processos podem ter diferentes objetivos, contribuir para mudanças sociais significativas ou auxiliar a consolidação de estruturas sociais em transição ou sob o impacto de fortes pressões sociais.

[...] dependendo como são compostos, poderão eliminar os efeitos do empowerment, do sentido de pertencer dos indivíduos, e reafirmar antigas práticas herdeiras do fisiologismo. Como tal, carregam contradições e contrariedades. Tanto podem alavancar o processo de participação sociopolítica de grupos organizados, como estagnar o sentimento de pertencer de outros – se monopolizados por indivíduos que não representem, de fato, as comunidades que os indicaram/elegeram.

O desenvolvimento do papel dos Conselhos Municipais de Educação à luz da gestão democrática deve deixar claro o critério de paridade e da representatividade, ou seja, ao serem estabelecidas as garantias sobre a consistente igualdade em número e condições dos participantes se estará buscando a transparência sobre o exercício plural da própria sociedade e exercício da cidadania. É necessário que haja clareza sobre duração do mandato de cada conselheiro e sua recondução, quando for o caso, evitando-se cooptações ou algo semelhante, mais do que isso, cabe ao Conselheiro ter compromisso com a comunidade que representa (GOHN, 2006, p.9).

Considerando os percursos do Estado Democrático de Direito e a autonomia entre os entes federados e o regime de colaboração entre os mesmos, o problema da presente pesquisa se qualifica como necessário e recorrente, visto que se empenha por enumerar e descrever iniciativas de 09 municípios da Região Metropolitana de Sorocaba entre contextos exitosos e adversos, quanto ao planejamento e implementação da qualidade socialmente referenciada, amplamente defendida e discutida nos principais espaços acadêmicos nacionais e internacionais. Ao olhar para a região metropolitana e dessa, para cada município que a pesquisa contempla, entende-se que no município se concentra

*Editor responsável. Docente do PPGED e do Departamento de Ciências Humanas e Educação. E-mail: paulolima@ufscar.br

manifestações e condicionantes socioculturais, históricos e econômicos que não podem deixar de ser considerados no contexto político, daí a necessidade de pesquisar como a cultura política e como as decisões democráticas são produzidas e conduzidas na localidade, e nesse sentido, chama-se a atenção não somente para o que não funciona adequadamente, mas ao olhar para o escopo de organização e participação social, é necessário se considerar o delineamento de ações por meio de ações entre as tarefas do Executivo e a competência do Conselho Municipal de Educação. Nesse caso, destaca-se fortemente de que maneiras as relações de observância do papel do Conselho são levadas em consideração pelo Executivo, uma vez que o primeiro, nalguns casos, embora tenha previsão de deliberação, não necessariamente, à luz da jurisprudência, é de acato do segundo.

Ora, tais relações necessitam ser consideradas, visto que é no município onde as políticas públicas são gestadas e também implementadas, logo os direitos dos cidadãos devem ser discutidos e reivindicados pela comunidade e que tenha representatividade política consistente pelo princípio da paridade, faz sentido, portanto, trazer os Conselhos Municipais de Educação como um dos canais de legitimação de uma sociedade democrática quando se pensa em educação que a sociedade entende como desejada, ou como preferem alguns estudiosos, da educação socialmente referenciada, pois como afirma Bobbio (1986, p. 20):

[...] é preciso que aqueles que são chamados a decidir ou a eleger os que deverão decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condição de poder escolher entre uma e outra. Para que se realize esta condição é necessário que aos chamados a decidir sejam garantidos os assim denominados direitos de liberdade de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação, etc.

A presente pesquisa por meio da equipe selecionada, se debruçará sobre a recorrência das maneiras em que os Conselhos Municipais de Educação e Municípios dialogam sobre as categorias de "participação", "cidadania" e "educação socialmente referenciada", conforme trabalho de Silva (2010) e que se utilizará como referência, para a compreensão de tal contextualização é necessário explicitar:

- a) O contexto histórico e a importância do município na região (no caso a região metropolitana de Sorocaba);
- b) Os marcos legais e estrutura educacional de cada um dos municípios estudados;
- c) Uma breve pontuação sobre o funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação.

A equipe mencionada é composta de pesquisadores, mestrandos e doutorandos vinculados ao Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Política, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação (GEPLAGE) da Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba.

Esse número, um início de conversa sobre os Conselhos Municipais de Educação da Região Metropolitana de Sorocaba, abre um rico espaço de discussão para se pensar as iniciativas sobre os processos democráticos e a busca por uma educação que reflita de fato as expectativas sociais, ao que se denomina de "educação socialmente referenciada."

A região metropolitana de Sorocaba (RMS) é composta por 27 municípios¹ (divididos em 3 sub-regiões, esses municípios estão localizados nos eixos das Rodovias Castelo Branco e Raposo Tavares), criada recentemente no governo de Geraldo Alckmin (PSDB) pela Lei Complementar Estadual 1.241/2014 de 09 de maio, tem Sorocaba como cidade sede. São características geográficas da região: Área: 11.611,34 Km²; População: 2.066.986 habitantes (15^a mais populosa do país); Produto Interno Bruto: R\$79,9 bilhões. Dada essa dimensão, o recorte que a pesquisa se presta é ade 1/3 da quantidade total dos municípios, isto é, debruça-se sobre o recorte amostral de 9 representado pela sub-região 3.

A escolha da Sub-região 3 como local epistemológico da pesquisa, deu-se por conta da mesma possuir proximidade com a instituição universitária a qual a pesquisa se inscreve (Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba), além do que é de se notar o alto Índice de Desenvolvimento Humano e considerável aproveitamento no IDEB, ainda que oscilante entre meta

¹Alambari, Alumínio, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Boituva, Capela do Alto, Cerquillo, Cesário Lange, Ibiúna, Iperó, Itapetininga, Itu, Jumirim, Mairinque, Piedade, Pilar do Sul, Porto Feliz, Salto, Salto de Pirapora, São Roque, São Miguel Arcanjo, Sarapuá, Sorocaba, Tapiraí, Tatuí, Tietê, Votorantim.



prevista e total observado pelo MEC. Na tabela abaixo, somente foi descrito o que o município alcançou concretamente:

Tabela 1: A educação nos municípios da sub-região 3 da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS)

Municípios	Área 2014 (em km ²)	População (2016)	Densidade Demográfica a 2015 (hab/km ²)	TGCA* (2010/2015)	PIB 2013 (em mil reais)	Distância até São Paulo (km)	IDH – M (PNUD, 2010)	IDEB (2015)	
Araçoiaba da Serra	255,32	31321	122,67	2,79	481.780,39	122	0,776 alto	4ª s/5ª	6,0
								8ª s/9ª	5,1
Iperó	170,28	33367	195,94	3,35	412.404,69	126	0,719 alto	4ª s/5ª	5,7
								8ª s/9ª	4,2
Piedade	746,86	54717	73,26	0,97	940.332,42	99	0,716 alto	4ª s/5ª	6,6
								8ª s/9ª	-
Pilar do Sul	681,12	28309	41,56	1,40	446.983,22	150	0,690 médio	4ª s/5ª	6,5
								8ª s/9ª	-
Salto de Pirapora	280,69	43574	155,24	1,66	1.243.452,90	124	0,729 alto	4ª s/5ª	6,3
								8ª s/9ª	5,8
São Miguel Arcanjo	930,33	32769	35,22	0,83	485.738,70	184	0,710 alto	4ª s/5ª	6,7
								8ª s/9ª	-
Sorocaba	450,38	644919	1.431,94	1,91	26.908.8886,58	450,38	0,798 alto	4ª s/5ª	6,4
								8ª s/9ª	5,4
Tapiraí	755,10	8047	10,66	0,09	118.107,92	755,10	0,681 médio	4ª s/5ª	6,3
								8ª s/9ª	-
Votorantim	183,51	117794	641,87	1,60	2.483.534,04	183,51	0,767 alto	4ª s/5ª	6,4
								8ª s/9ª	**
Total	4.453,64	1.005.666	225,81	1,70	33.521.220,86	4.453,64			

Fonte: EMPLASA (2017). Adaptações efetuadas pelo editor da Revista e do Projeto: Prof. Dr. Paulo Gomes Lima

*Taxa média geométrica de crescimento anual da população

** Sem média na Prova Brasil 2015: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

Todo esse conjunto de dados e justificativas dão mostras da importância e imersão do presente projeto na pauta das discussões atuais da escola no Brasil, os seus processos de materialização da gestão democrática e de como os municípios podem se organizar e refletir a qualidade educacional referenciada que desejam, a partir de seus Conselhos Municipais de Educação. No presente número a discussão apresenta e possibilita ao leitor o conhecimento sobre o quadro da educação em cada um dos 9 municípios, para que em número posterior se explicita os quadros sobre a educação socialmente referenciada, os conselhos, a gestão democrática e os desafios apontados para a região.

Desejamos a todos os interessados, boas leituras e devolutivas para a ampliação da discussão sobre essa temática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12.03.2017.

BOBBIO, N. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

EMPLASA. Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. *Região Metropolitana de Sorocaba*. Disponível em: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMS>. Acesso em 08/03/2017.

GOHN, M. G. M. Conselhos gestores e gestão pública. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 42, n. 1, p. 5-11, jan./abr. 2006. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/6008/3184. Acesso em 08/03/2017.

GOHN, M. G. M. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

APRESENTAÇÃO

Estrutura educacional e caracterização de municípios da Região Metropolitana de Sorocaba - RMS

Paulo Gomes Lima – UFSCar-Sorocaba*

Como exposto no Editorial a pesquisa contemplada no vol.1, n.3 de 2017 de Ensaios Pedagógicos, se debruça sobre as maneiras que os Conselhos Municipais de Educação e Municípios dialogam sobre as categorias de “participação”, “cidadania” e “educação socialmente referenciada”. O contexto histórico e a importância do município na região (no caso a região metropolitana de Sorocaba) são os elementos introdutórios e necessários para a compreensão de como a educação é organizada e caracterizada por meio de: a) Os marcos legais e estrutura educacional de cada um dos municípios estudados; e b) Uma breve pontuação sobre o funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação. Se bem que nesse momento, o item “a” terá a projeção maior nas discussões das caracterizações de cada município.

Nessa pesquisa será contemplada a discussão da estrutura e caracterização educacional nos/dos municípios da Sub-região 3 da RMS – Região Metropolitana de Sorocaba, composta pelo número de 9, a saber: Araçoiaba da Serra, Iperó, Piedade, Pilar do Sul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, Sorocaba, Tapiraí e Votorantim.

Gilsemara Vasques Rodrigues Almenara e Petula Ramanauskas Santorum e Silva contextualizam a educação no município de Sorocaba, seu percurso histórico, bem como apresentam dados estatísticos referentes a Educação do município atos e marcos legais do Conselho Municipal de Educação de Sorocaba/SP, sua forma de atuação e regimento.

Jurany Leite Rueda e Alessandra Negrão Dominato Barros discutem a constituição do município de Iperó e sua importância na região metropolitana de Sorocaba, bem como a história da educação e a estrutura educacional do município, sendo esse o foco do trabalho aqui apresentado.

Katlin Cristina de Castilho e Kalin Cristina de Castilho tecem reflexões acerca da educação no município de Votorantim, localizado no interior do Estado de São Paulo. Trata-se, mais especificamente, de um estudo sobre a organização do Conselho Municipal de Educação (CME) da cidade, bem como sobre a participação social desenvolvida nele e por meio dele. O trabalho compreende o histórico do município e seus aspectos educacionais mais gerais e, de outro, um conhecimento mais pontual e específico quanto ao papel desempenhado pelo CME em Votorantim.

Eliane Pimentel Camilo Barra Nova de Melo e Jociane Marthendal Oliveira Santos reúnem informações históricas, políticas, econômicas e educacionais do município de Pilar do Sul. Discutir-se-á neste recorte o percurso histórico do município de Pilar do Sul traçado desde os primórdios de sua fundação até a atualidade, assim, poder-se-á aqui encontrar dados estatísticos e históricos concernentes à sua população de maneira em geral e mais especificamente em relação ao seu sistema municipal de educação.

Jurany Leite Rueda e Jociane Marthendal Oliveira Santos destacam informações do município de Piedade relativas à sua história, política economia e questões educacionais. A formulação do estudo é baseada na pesquisa qualitativa fundamentada em pesquisas bibliográficas e documentais. Abordar-se-á neste recorte a trajetória histórica do município de Piedade, assim como a de seu sistema municipal de educação com dados estatísticos e históricos.

O trabalho de Silmara Aparecida Lopes e Etiane Lilian Barbosa Damasceno propõe de forma introdutória, a análise do funcionamento do Conselho Municipal de Educação de São Miguel Arcanjo desde sua instalação até os dias atuais. Trata-se de estudo metodologicamente fundamentado na utilização de fontes de dados para análises e interpretações de legislações, documentos e revisão bibliográfica. Foram analisadas 72 (setenta e duas) atas de reuniões do Conselho Municipal de

*Editor responsável. Docente do PPGED e do Departamento de Ciências Humanas e Educação. E-mail: paulolima@ufscar.br

Educação de São Miguel Arcanjo, datadas de setembro de 2002 a abril de 2017. Pelas análises das atas, foi possível perceber que, provavelmente, tais membros ainda não tenham conseguido conquistar o espaço ideal dentro dessa instância de participação popular e que ainda encontram dificuldades para contribuir para uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Lincoln Akira Nazário Kayaki, Thiago de Melo Martins e Vitória Evelin Pignatari Nakadaki fazem menção aos primeiros desdobramentos da pesquisa em andamento intitulada Conselho Municipal de Educação de Tapiraí/SP e a Gestão Democrática, cujo cerne é a educação socialmente referenciada, a participação e o exercício da cidadania. Os esforços aqui empregados apoiam-se na premissa de que, sendo o município um ente federado, possui suficiente autonomia para desempenhar ações e planejamentos em prol da qualidade da educação, a qual em articulação com o Conselho Municipal, deve nortear parâmetros de efetiva participação popular que consolide encaminhamentos pertinentes às demandas sociais.

Noêmia de Carvalho Garrido e Izabel de Carvalho Gonçalves Dias discutem a Educação no município de Salto de Pirapora-SP, seu contexto histórico, e alguns dados estatísticos sobre a educação do município e a apresentação dos marcos legais importantes concernentes às iniciativas do Executivo e Conselho Municipal. O percurso desse artigo se deu por meio de pesquisa bibliográfica, cujos resultados parciais apontam para a recorrência da gestão democrática, como princípio norteador das tomadas de decisão do município. O presente trabalho trata-se de um projeto de pesquisa intitulado "Conselhos Municipais de Educação da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS)", iniciativa do Grupo de Estudos Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação (GEPLAGE) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba.

E finalmente no nono texto, de autoria de Amanda Regina Martins Dias e Jociane Marthendal Oliveira Santos, realizou-se uma pesquisa qualitativa fundamentada em pesquisas bibliográficas e documentais, onde foram descritos o percurso histórico do município de Araçoiaba da Serra, desde sua fundação até a atualidade, apresentando dados estatísticos e históricos concernentes à sua população de maneira em geral e mais especificamente o itinerário educacional rede municipal de Araçoiaba da Serra.

O conjunto de textos aqui apresentados constitui a primeira parte de um projeto de pesquisa maior, coordenado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação, liderado por mim, Prof. Paulo Gomes Lima, professor associado da UFSCar-Campus Sorocaba, quanto ao do papel dos Conselhos Municipais de Educação à luz da gestão democrática na Região Metropolitana de Sorocaba, tomando a sub-região 3 como local epistemológica da pesquisa. Essa região, composta pelos nove municípios, objeto desse dossiê, nos proporciona e nos proporcionará pistas para a parte final do projeto em andamento. Esperamos a divulgação do relatório final em breve e finalmente a socialização da segunda parte da pesquisa nesse periódico. Boa leitura a todos.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA/SP: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E ESTRUTURA EDUCACIONAL

The municipal council of education of Sorocaba/SP: characterization of the municipality and educational structure

Gilsemara Vasques Rodrigues Almenara –UFSCar/Sorocaba*
Petula Ramanauskas Santorum e Silva – UFSCar/Sorocaba**

Resumo: Este estudo está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas "Estado, Política, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação" (GEPLAGE), que entre suas várias finalidades pesquisa políticas públicas, com vistas à qualidade de ensino. O presente artigo trata de um recorte da pesquisa na área da política e gestão da educação, cujo objetivo é contextualizar a Educação no município de Sorocaba, seu percurso histórico, bem como apresentar dados estatísticos referentes a Educação do município, atos e marcos legais do Conselho Municipal de Sorocaba/SP e sua forma de atuação e regimento. Para construção deste estudo realizou-se uma pesquisa qualitativa fundamentada em pesquisas bibliográficas e documentais. Finalizamos o artigo com a proposta de reflexão sobre os dados apresentados, suas fragilidades, avanços e perspectivas. Espera-se com este artigo contribuir para a ampliação das informações sobre a Educação no município de Sorocaba/SP e seu Conselho Municipal de Educação.

Palavras-chave: Educação. Sorocaba/SP. Conselho Municipal de Educação.

Abstract: This study is linked to the Group of Studies and Research "State, Policy, Planning, Evaluation and Management of Education" (GEPLAGE), which among its various purposes research public policies, with a view to teaching quality. The present article deals with a research cut in education policy and management, whose objective is to contextualize education in the city of Sorocaba, its historical course, as well as to present statistical data concerning Education of the municipality, acts and legal frameworks of the Council Municipal of Sorocaba / SP and its form of performance and regiment. For the construction of this study a qualitative research was carried out based on bibliographical and documentary researches. We conclude the article with the proposal of reflection on the presented data, its fragilities, advances and perspectives. This article is expected to contribute to the expansion of information on Education in the city of Sorocaba/ SP and its Municipal Council of Education.

Keywords: Education. Sorocaba / SP. Municipal Council of Education.

INTRODUÇÃO

Sorocaba é a principal cidade da região metropolitana que leva seu nome e que está subdividida em 3 partes, com uma população estimada para o ano de 2016 de 652.481 habitantes (IBGE, 2010), sendo a quarta cidade mais populosa do interior do Estado de São Paulo. Devido a corroboração histórica do progresso e prosperidade da cidade de Sorocaba, observa-se que a mesma impulsionou toda região e tornou-se referencial em todos os aspectos para as cidades vizinhas.

Foi apresentado no dia 8 de outubro de 2005 na Assembleia Legislativa de São Paulo o Projeto de Lei Complementar nº 33/2005 com o propósito de criação da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) e o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba. Até então, o referido projeto

*Mestranda em Educação pela UFSCar campus Sorocaba/SP, membro do GEPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação e supervisora de ensino na rede municipal de ensino de Sorocaba/SP. E-mail gil.sedu@gmail.com.

**Mestranda em Educação pela UFSCar campus Sorocaba/SP, membro do GEPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação e diretora de escola na rede municipal de ensino de Sorocaba/SP. E-mail petularss@hotmail.com.



tramitava em regime de urgência quando o governo paulista assinou no dia 23 de dezembro de 2013 a mensagem de um projeto de lei com o mesmo propósito. O Projeto de Lei Complementar 01/2004 foi aprovado com unanimidade no dia 8 de abril de 2014 e foi sancionado pelo Governador em 9 de maio de 2014. A RMS conta com 9.382,631 quilômetros quadrados. Com relação à população, de acordo com dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) de 2010, a Região Metropolitana de Sorocaba soma aproximadamente 2.088.381 pessoas. A região inclui 27 municípios que juntos têm Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 78.905.590, sendo 4,2263% do PIB estadual. (EMPLASA, 2017)

O presente artigo busca analisar as experiências na utilização das estratégias e mecanismos de gestão democrática do Conselho Municipal de Educação de Sorocaba, sob a perspectiva da qualidade socialmente referenciada, fazendo parte de um estudo maior em andamento, denominado "Conselhos Municipais de Educação da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS): a qualidade socialmente referenciada entre iniciativas exitosas e contextos adversos", e organizado pelo GEPLAGE.

Para tanto, neste artigo evidenciamos num primeiro momento a caracterização do município em termos geográficos e populacionais, assim como delineamos estatisticamente situações que mostram especificidades da cidade de Sorocaba e seu caminhar histórico.

A construção do PME (Plano Municipal de Educação) aprovado pela Lei 11.133 de 25 de junho de 2015 (SOROCABA, 2015a), tendo o CME como seu principal articulador, será um dos eixos desse texto, onde buscaremos analisar as vertentes de sua forma de sua construção e legitimidade, esclarecemos que, se não nesse momento, essa iniciativa se desdobrará em sua segunda parte quando os conselheiros serão objeto de recorrência. Sendo o Conselho Municipal de Educação, antes de tudo, um órgão público voltado para garantir, na sua especificidade, um direito constitucional da cidadania (CURY, 2006, p.1), se faz necessário pesquisar, refletir e evidenciar mecanismos e estratégias que orientam a indução da gestão democrática do CME de Sorocaba a partir de suas normativas, na perspectiva da qualidade socialmente referenciada.

Sorocaba também instituiu o "Fórum permanente municipal de Educação" através do Decreto 23.069 de 19 de setembro de 2017, que terá o objetivo de acompanhar as ações propostas pelo PME 2015, visando a garantia da qualidade socialmente referenciada da educação. (SOROCABA, 2017)

Atualmente Sorocaba é gerida politicamente pelo Partido dos Democratas (DEM), na pessoa do prefeito municipal Sr. José Caldini Crespo. Conta com seu próprio Sistema de Ensino desde 1998, reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação através do Parecer nº 197/98. A organização do Sistema Municipal de Ensino aparece na Constituição Federal de 1988 e Constituição Estadual de 1989, mas somente após a promulgação da Emenda Constitucional nº 14, de 1996, e a vigência da Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi claramente definida a abrangência dos sistemas federal, estadual e municipal de ensino. (SOROCABA, 2001).

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Para caracteriza o município de Sorocaba/SP, nesta seção abordaremos a história do município, seus dados estatísticos, sua área e zoneamento e faremos um breve diagnóstico da Educação do município, além de destacar os atos e marcos legais importantes do Conselho Municipal de Educação e sua competência e produção.

História do município de Sorocaba/SP

O desenvolvimento da cidade de Sorocaba revelou no decorrer dos anos uma trajetória que a tornou uma das maiores forças industriais do estado de São Paulo e do Brasil, gerando uma sociedade voltada para o comércio e abastecimento interno, o que é observado desde o Tropeirismo até os dias atuais, onde devido à crise econômica perdeu um pouco de espaço. Sorocaba (tupi-guarani, que significa terra = aba; rasgada = çoro) tem seu nascimento às margens do rio de mesmo nome, habitada originalmente pelos índios tupiniquins. A cidade foi fundada em 1654 por Baltazar Fernandes, tornando-se grande polo do Bandeirantismo e realizando comércio de índios.

O comércio no decorrer dos anos continuou como marca forte da sociedade sorocabana e iniciam-se as Feiras de Mueres que atraíam tropeiros e brasileiros de todos os lugares do país que aqui realizavam grandes negócios. Todo esse movimento social e comercial preparou a cidade para a

instalação da era industrial no município, com o plantio de algodão em 1856, a instalação das primeiras fábricas de tecido com Luiz Matheus Maylasky e conseqüentemente a construção da estrada de ferro "Sorocabana" (1871), agilizou o envio da produção para o porto de Santos e ampliou a esfera comercial sorocabana para o exterior. (LIOVITZ, 2004)

O ensino, que embora venha desde a fundação da cidade, apenas em meados do século passado começou a tomar impulso, chegando neste século a grande desenvolvimento. No momento Sorocaba conta com escolas de todos os níveis, em número avultado, embora ainda deficitária no que tange às creches (Educação Infantil de 0 a 3 anos), e está no rol das "Cidades Educadoras". Sorocaba adotou um sistema próprio de educação e tem como órgão principal o Conselho Municipal de Educação, que elabora normas complementares à legislação estadual e federal, para o seu funcionamento, sem o qual o Município perderia parcialmente a autonomia no setor educacional, ficando o estabelecimento de normas e a supervisão de suas escolas sob a responsabilidade do Estado.

Contemporaneamente Sorocaba conta com um Parque Tecnológico e as principais atividades econômicas são: indústrias de máquinas, siderurgia e metalurgia pesada, indústria automobilística, autopeças, mecânicas, indústrias têxteis, equipamentos agrícolas, químicas, petroquímicas farmacêuticas, papel e celulose, produção de cimento, energia eólica, eletrônica, ferramentas, telecomunicações entre outras, tornando-se assim uma cidade dinâmica e de boa situação econômica.

Dados estatísticos

O grande volume de informações geradas na modernidade necessita de um olhar mais científico, e dados coletados adequadamente oportunizam essa análise por meio da Estatística. No Brasil, o principal órgão estatístico nasce

durante o período imperial, o único órgão com atividades exclusivamente estatísticas era a Diretoria Geral de Estatística, criada em 1871. No ano de 1872, houve o primeiro censo da população brasileira, feito por José Maria da Silva Paranhos, conhecido como Visconde do Rio Branco. Durante o período da República, o governo brasileiro sentiu necessidade de ampliar essas atividades, principalmente depois da implantação do registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos. Além disso, a carência de um órgão capacitado a articular e coordenar as pesquisas estatísticas, unificando a ação dos serviços especializados em funcionamento no País, favoreceu a criação, em 1934, do Instituto Nacional de Estatística (INE), que iniciou suas atividades em 29 de maio de 1936, ano em que foi instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao INE, que passou a se chamar, então, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (BRASIL, 2017).

O IBGE, portanto, possui grande relevância no cenário científico nacional, e apresenta os seguintes dados sobre a cidade de Sorocaba/SP:

Tabela 1 – Dados gerais do município de Sorocaba/SP

População estimada 2016 ⁽¹⁾	652.481
População 2010	586.625
Área da unidade territorial 2015 (km ²)	450,382
Densidade demográfica 2010 (hab/km ²)	1.304,18
Código do Município	3552205
Gentílico	Sorocabano
Prefeito 2017	JOSE ANTONIO CALDINI CRESPO

Fonte: IBGE (2016)

Sorocaba é detentora do 19º maior Produto Interno Bruto (PIB) do país, conforme pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo os dados, a soma de tudo que foi produzido pelo município chegou a R\$ 32,6 bilhões em 2014 -- o que corresponde a 0,6% do PIB total

do Brasil. O desempenho econômico de Sorocaba, mesmo se tratando de números de 2014, expõe a relevância do município em nível nacional. A diversificação do parque industrial da cidade é apontada como essencial, além de novos investimentos na produção de equipamentos de energias renováveis. Em 2014, o setor de serviços gerou em valor adicionado bruto R\$ 15,9 bilhões, a indústria R\$ 7,9 bilhões, o setor público e a seguridade social R\$ 2,2 bilhões, e a agropecuária R\$ 42,8 milhões, conforme os dados do IBGE. (IBGE, 2014) Nos três anos anteriores o setor de serviços também teve a maior participação no PIB municipal, seguido pela indústria, administração pública e agropecuária. Na cidade, muitos dos serviços estão ligados ao setor industrial, como transporte, alimentação e manutenção.

Sorocaba é a 47ª cidade do país e a 25ª do Estado com o melhor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) alcançando um índice de 0,798 (de uma escala de 0 a 10), considerado de alto nível e ficou muito próxima da maior faixa de desenvolvimento humano (a partir de 0,8). Nota-se que em relação aos estudos anteriores, o município progrediu em seu desempenho, pois em 1991, primeiro ano de apuração dos dados, Sorocaba obteve um índice de 0,579, considerado baixo e em 2000, saltou para a faixa de alto desenvolvimento, com índice 0,721. (IBGE, 2010)

Área e zoneamento

Sorocaba possui uma área de 449.804 Km². De forma a estabelecer um padrão extraoficial para a cidade, diversas secretarias elaboraram no ano de 2014 a proposta de zoneamento apresentada na Figura 1.

Figura 1 - Proposta de zoneamento para a cidade de Sorocaba (2014) e população residente em cada zona. Fonte: mapa fornecido pela Secretaria da Habitação e Regularização Fundiária (Sehab).



Fonte: Sorocaba (2015b)

DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

Observa-se no município a evolução do número de escolas públicas das redes estadual e municipal da cidade, porém que a rede estadual tem se mantido relativamente constante ao passo que rede municipal sofreu influência do processo de municipalização (2009), e apresenta sensível crescimento recente do número de escolas de educação infantil devido ao grande aumento da demanda, porém ainda sem conseguir garantir o atendimento à demanda.

Quadro 1 – Matrículas do município de Sorocaba (2016)

Órgão responsável	Educação Infantil	Ensino Fundamental Séries Iniciais	Ensino Fundamental Séries Finais	Ensino Médio
Município	24.210	27.316	1.631	605
Estado	0	21.382	25.490	26.708
Rede Privada	8.525	9.883	6.630	4.806
Total	32.735	58.581	33.751	32.119

Fonte: Brasil (2016)

O município de Sorocaba conta com 373 escolas, com 16.421 funcionários, sendo 11.236 da rede pública, perfazendo 68,42% do total de funcionários, e os demais 5.185 são da rede privada, ou seja, 31,58%. Das 373 escolas, 239 são públicas: 95 estaduais e 144 municipais; as demais 134 pertencem à rede privada. Na tabela acima podemos observar que o atendimento da Educação Infantil concentra-se nas escolas da rede municipal (73,96%) e privada (26,04%), o Ensino Fundamental das Séries Iniciais concentra-se principalmente nas escolas da rede municipal (46,62%), seguida pela rede estadual (36,49%) e privada (16,89%), o Ensino Fundamental das Séries Finais concentra-se principalmente nas escolas da rede estadual (75,52%), seguida pela rede privada (19,64%) e municipal (4,84%), e finalmente o Ensino Médio concentra-se principalmente nas escolas da rede estadual (83,15%), seguida pela rede privada (14,96%) e municipal (1,89%). (BRASIL,2016).

No município, conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 95,70%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 91,50%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 76,05%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 60,25%. No Ensino Superior, o IBGE aponta 21.685 matrículas em 2004, em 10 escolas, uma pública estadual e as demais instituições privadas.

Com relação ao IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), em 2015 na rede pública nas séries iniciais, Sorocaba atingiu a meta, cresceu e alcançou o IDEB de 6,5, sendo que a meta era de 6,1. Embora haja muita controvérsia com relação ao IDEB e avaliações de larga escala, o índice foi criado pelo INEP em 2007 para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Soares e Figueiredo (2010) afirmam que o IDEB, ao considerar tanto o fluxo escolar e o resultado em avaliações de larga escala (Saeb e Prova Brasil), procura indicar a qualidade do sistema de ensino brasileiro. Afinal, entende-se que um sistema de ensino é bem-sucedido quanto consegue ter bons resultados em testes e também manter os alunos na escola sem tanta evasão e repetência.

Atos e marcos legal importantes do Conselho Municipal de Educação de Sorocaba/SP

O Conselho Municipal de Educação de Sorocaba foi criado Pela Lei Municipal nº 4574/94, funcionando regularmente desde então, ação que sustenta a instituição futura do Sistema Municipal de Ensino, o texto abaixo retrata este momento histórico:

Aos 14 dias do mês de outubro de 1994, em solenidade pública realizada no salão grafite, sito no 4º andar do Paço Municipal – Palácio dos Tropeiros, sob a presidência do Exmo. Sr. Dr. Paulo Francisco Mendes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, deu-se a instalação oficial do Conselho Municipal de Educação de Sorocaba, criado à luz da lei Federal n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, em seu artigo 71 e Lei Municipal sob o n. 4.574, de 19 de julho de 1994, o qual terá funções normativas, deliberativas e consultivas, em relação aos assuntos que se refiram à rede Municipal de Ensino. Instalado o Conselho Municipal de Educação, foram considerados empossados os conselheiros presentes, nomeados pelo Decreto n. 9.029, de 11 de outubro de 1994 e publicado nesta data pela Imprensa Oficial do Município de Sorocaba e que exerceram suas atividades consideradas de relevante interesse público. (SOROCABA, 1994)

O Conselho Municipal de Educação de Sorocaba é um órgão normativo, deliberativo e consultivo, manifestando-se através de Deliberações, Indicações e Pareceres sobre questões técnicas, pedagógicas e administrativas relacionadas ao ensino, deu início as suas atividades em 1998, a partir da instituição do Sistema Municipal de Ensino.

Os membros são 18 conselheiros nomeados pelo chefe do Executivo, sendo estas “[...] pessoas de notório saber e experiência no campo da educação” (artigo 4º da Lei 4574/94) com mandato de três anos, cessando anualmente, o mandato de um terço. Os conselheiros atuam nas Câmaras de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Anualmente, o Presidente e o Vice-Presidente são eleitos por seus pares, por meio de voto secreto. A participação de representantes é garantida na Lei, de todos os níveis e modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Técnico, Educação Superior, vinculadas ao ensino público e particular, bem como de educadores já aposentados.

O CME é um órgão técnico, o que não impede a atuação e o trabalho conjunto com outros Conselhos, especialmente os mais diretamente ligados ao trabalho com crianças e adolescentes. As sessões ordinárias ocorrem quinzenalmente e as Comissões e Câmaras se reúnem de forma, de acordo com a necessidade. Seus membros não recebem remuneração. As manifestações do CME são publicadas no órgão oficial da Prefeitura de Sorocaba, que se constitui do Jornal Município de Sorocaba.

Atribuições e documentações do Conselho Municipal de Sorocaba (CMESO)

Em suas atribuições, conforme a Lei municipal nº 6.754, de 22 de novembro de 2002, em seu artigo 2º, compete ao CMESO:

- I – Fixar diretrizes para o Sistema Municipal de Ensino;
 - II – Colaborar com o Poder Público Municipal na formulação da política e na elaboração do Plano Municipal de Educação;
 - III – Zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas em matéria de educação;
 - IV – Exercer atribuições próprias, conferidas em lei;
 - V – Fixar normas para autorização, funcionamento e supervisão de instituições vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino;
 - VI – Sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento do ensino no Sistema Municipal de Ensino;
 - VII – Opinar sobre assuntos de sua competência.
- Além destas competências, o CMESO também tem atribuições específicas no monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Sorocaba (PME), conforme estabelecido pelo Caderno de orientações do MEC para o Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação. (SOROCABA, 2002)

A Portaria SEDU nº 32/2016 estabelece que membros do Conselho Municipal compõe a equipe técnica que acompanhará o monitoramento do Plano Municipal de Educação (PME), na cidade de Sorocaba. Esta equipe contribui também para a instalação do Fórum Permanente Municipal de Educação de Sorocaba (FPMESO) (SOROCABA, 2017). O CME tem feito estudos por meios de Comissões Especiais sobre assuntos educacionais, em assessoria à Secretaria da Educação, nos mais diversos eixos, que se tornam documentos que podem ser consultados pelos interessados na sede do CME. (SOROCABA, 2002)

Através de Deliberações, Indicações e Pareceres, o CME elaborou diretrizes e normas, de sua competência, e essas manifestações podem ser assim definidas, de acordo com a Deliberação CEE 8/97. São motivos de estudo os temas: Educação Inclusiva, Parte Diversificada dos Currículos, Desdobramento do Ensino Fundamental em Ciclos, PME, dentre outros. Atendendo a demanda de estudos e ampliação do debate, o CMESO organiza, desde o 2º semestre de 2017, debates a respeito de relevantes temas da educação, como: Debate sobre o projeto de lei “Escola sem Partido” e, Plano de Ações Articuladas (PAR).

Em 2017 o Conselho Municipal de Educação é presidido pelo Prof. Dr. Alexandre da Silva Simões, e está passando por ajustes de seus membros por meio de eleições regidos por edital nº 01/2017, publicado no Jornal do Município de Sorocaba. Em 2017 o CMESO inovou suas ações ao realizar votações online, e assim garantir o direito de voto a todos os potenciais eleitores.

Importante destacar que na estrutura dos membros que participam deste colegiado existem dois tipos de cadeiras, tendo as de notório saber, que são indicadas pelo poder executivo, e cadeiras eleitas, reservadas para aqueles que serão eleitos por seus pares, nos diferentes segmentos, como encontramos no site do CMESO, a saber: ensino superior, superior de ensino estadual, educação infantil particular, ensino profissionalizante, magistério público estadual, supervisão de ensino municipal, magistério público municipal e educação infantil municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou apresentar um recorte da pesquisa do Grupo de Estudos e Pesquisas "Estado, Política, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação" (GEPLAGE) na área da política e gestão da educação, cujo objetivo foi contextualizar a Educação no município de Sorocaba, seu percurso histórico, apresentar dados estatísticos referentes a Educação do município e apresentar os atos e marcos legais importantes do Conselho Municipal de Sorocaba/SP, sua forma de atuação e regimento.

Diante do exposto entendemos que os conselhos municipais se constituem como espaços públicos e, portanto, locais para reflexão dos dados apresentados, suas fragilidades, avanços e perspectivas visando os interesses coletivos da sociedade, constituindo-se um espaço real de cidadania plena. Na sociedade sorocabana o CME passou por grandes mudanças, principalmente após a construção do PME 2015, e vem se constituindo como um dos principais articuladores da gestão da educação. Para compreender mais profundamente quais mecanismos e estratégias que orientam a indução da gestão democrática do CME de Sorocaba a partir de suas normativas, na perspectiva da qualidade socialmente referenciada é que se dará a continuidade desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. CNE/CEB. *Parecer 04/2001. Sistemas de Ensino – Estados/Municípios – Entendimento das expressões órgão responsável pela educação e órgãos responsáveis pelos sistemas de ensino*. Brasília, Diário Oficial da União, 23 fev. 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ceb004_2001.pdf. Acessado em: 12 mar.2017.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). Secretaria de Educação Básica (SEB). *Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação*. Pró-Conselho. Brasília, 2007. p.45.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96*. Brasília, 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm > Acessado em: 20 mai.2017
- BRASIL. *QEdU*, 2016. disponível em http://www.qedu.org.br/cidade/2348-sorocaba/censo-escolar?year=2016&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item= Acessado em 20 mai.2017
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em: 12 mar.2017.
- BRASIL. IBGE. *Cidades - Infográficos – Economia - Sorocaba/SP*, 2014. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?codmun=355220> > Acessado em: 28 nov.2017.
- BRASIL. IBGE. *Índice de Desenvolvimento Humano de Sorocaba/SP*, 2010. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=355220&idtema=118&search=sao-paulo|sorocabal%C3%8Dndice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm->> > Acessado em: 28 nov.2017.
- BRASIL. IBGE. *Informações sociais, demográficas e econômicas*. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/diseminacao/eventos/missao/instituicao.shtm>. 2017. Acessado em: 28 nov. 2017.

BRASIL. IBGE. *Síntese das informações de Sorocaba/SP*, 2016. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=355220&idtema=16&search=sao-paulosorocabalsintese-das-informacoes>. Acessado em: 28 nov.2017.

CURY, C. R. J. Conselhos de Educação: fundamentos e funções. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 22, n. 1, p.41-67, fev. 2006. ISSN 2447-4193. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/18721/10944>. Acessado em: 12 mar. 2017.

EMPLASA. Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. Disponível em:< <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMS>> Acesso em:28 nov. 2017.

ILIOVITZ, F. R. *Região de Sorocaba: uma análise econômica*. Dezembro de 2004. 61 f. Monografia do curso de graduação de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Campinas/SP.

SOARES, C. M. M.; FIGUEIRÊDO, L. Nível de Renda e a Qualidade da Educação nos Municípios Brasileiros. *XIV Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina - MG*. rg. CEDEPLAR/FACE (UFMG), 2010.

SOROCABA. Conselho Municipal de Educação (Sorocaba, SP). *Ata nº 01, de 14 de outubro de 1994, folha 01*. Livro 1, período de 14 de outubro de 1994 a 18 de junho de 1998, folhas 01 a 98.

SOROCABA. *Conselho Municipal de Educação de Sorocaba - CMESO*. Disponível em: <http://www.cmeso.org/>. Acessado em 27 nov.2017.

SOROCABA. Decreto 23.069 de 19 de setembro de 2017 – Institui o Fórum permanente municipal de Educação e dá outras providências. *Jornal do Município de Sorocaba*. Número 1.867 de 22 de setembro de 2017. p.2. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2017/1867%20-%202022%20de%20setembro.pdf>. Acessado em 28 nov. 2017

SOROCABA. *Legislação de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional*. Volume I. Jan.2001.

SOROCABA. Lei nº 11.133 de 25.06.2015 (2015a) – *Aprova o Plano Municipal de Educação – PME do município de Sorocaba*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/lei-ordinaria/2015/1114/11133/lei-ordinaria-n-11133-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-pme-do-municipio-de-sorocaba>. Acessado em 28 nov. 2017.

SOROCABA. Lei nº 4.574 de 19.07.1994 – *Cria o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/lei-ordinaria/1994/458/4574/lei-ordinaria-n-4574-1994-cria-o-conselho-municipal-de-educacao-de-sorocaba-e-da-outras-providencias>. Acessado em 28 nov. 2017.

SOROCABA. Lei nº 6.754 de 22.11.2002 – *Dispõe sobre alteração de dispositivo à Lei 4.574 de 19 de julho de 1994 que cria o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2017/06/lei-n-6754-de-22-de-novembro-de-2-002.pdf>. Acessado em 28 nov. 2017.

SOROCABA. *Plano Municipal de Educação de Sorocaba (PME) 2015-2025* (2015b) Disponível em <http://www.sorocaba.sp.gov.br/pme/wp-content/uploads/sites/35/2015/06/Plano-Municipal-de-Educacao-Documento-final.pdf>. acessado em 22 mai.2017

Recebido em: 10.10.2017

Aprovado em 10.12.2017

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IPERÓ/SP: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E ESTRUTURA EDUCACIONAL

The municipal council of education of Iperó/SP: characterization of the municipality and educational structure

Jurany Leite Rueda –USP/São Paulo*

Alessandra Negrão Dominato Barros – UFSCar/Sorocaba**

Resumo: Esta pesquisa em andamento visa analisar o papel que o Conselho Municipal de Educação da cidade de Iperó tem desempenhado na busca pela consolidação da qualidade da educação/educação desejada e do exercício da cidadania no município. Para isso a pesquisa foi organizada em duas etapas: a primeira propõe-se a fazer uma breve contextualização sobre a constituição do município de Iperó e sua importância na região metropolitana de Sorocaba, bem como vislumbrar a história da educação e a estrutura educacional do município, sendo esse o foco do trabalho aqui apresentado. A segunda etapa voltará para a análise do Conselho Municipal de Educação e será apresentada em trabalhos futuros.

Palavras-chave: Educação. Iperó/SP. Conselho Municipal de Educação.

Abstract: This ongoing research aims to analyze the role that the Municipal Council of Education of the city of Iperó has played in the search for the consolidation of the quality of education/education desired and the exercise of citizenship in the municipality. The research was organized in two stages: the first one proposes to make a brief contextualization about the constitution of the municipality of Iperó and its importance in the metropolitan region of Sorocaba, as well as glimpsing the history of education and the educational structure of the municipality, being the focus of the work presented here. The second stage will turn to the analysis of the Municipal Council of Education and will be presented in future works.

Keywords: Education. Iperó/ SP. Municipal Council of Education.

INTRODUÇÃO

Este artigo é uma das partes iniciais de um Projeto de Pesquisa maior, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar-Campus Sorocaba, intitulado "Conselhos municipais de educação da região metropolitana de Sorocaba (RMS): a qualidade socialmente referenciada entre iniciativas exitosas e contextos adversos" sob a coordenação do Prof. Dr. Paulo Gomes Lima.

O ponto de partida utilizado aqui apropria-se da contextualização histórica do município de Iperó e de sua estrutura educacional. Cabe ressaltar que conhecer a constituição do município, sua trajetória, o surgimento do sistema educacional, entre outros aspectos, oportuniza enxergar um horizonte mais amplo que é a elaboração e implementação das políticas públicas.

Nesse sentido, buscou-se apresentar um breve relato sobre o contexto e a importância que Iperó tem na região metropolitana de Sorocaba, a história do município, a atividade econômica predominante, a história da educação no município e os dados estatísticos sobre a educação, além de sua estrutura organizacional. Segue, portanto, a explanação de cada tópico proposto, com o objetivo de proporcionar um olhar mais afinado sobre o município em pauta, seu papel no cenário da região e como este tem contemplado o atendimento educacional.

*Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), membro do GEPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação da UFSCar-Sorocaba/SP. E-mail jurany.rueda@outlook.com.

**Aluna Especial do Mestrado em Educação pela UFSCar campus Sorocaba/SP. Professora a na rede municipal de ensino de Araçoiaba da Serra/SP. E-mail: alessandranegrao.ufuscar@gmail.com.

IPERÓ/SP: CONTEXTO E IMPORTÂNCIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA

O município de Iperó tem grande importância na região adjunta à cidade de Sorocaba, já que concentra em seu território a maior área da Floresta Nacional de Ipanema, que por sua vez foi a pioneira da siderurgia no Brasil, tendo jazidas de ferro encontradas há cerca de 427 anos. Nessa floresta, está situado o maior ecossistema de Mata Atlântica do país. Ipanema foi também ponto de partida para a origem de algumas cidades da região de Sorocaba.

Não é só a Floresta Nacional de Ipanema que torna Iperó conhecida nacionalmente, mas também o Centro Experimental Aramar¹. A cidade está se preparando para o surgimento do segundo distrito industrial na Estrada Vicinal Sorocaba-Iperó. Acredita-se que o novo polo tende a levar o desenvolvimento da cidade em direção à sede da região metropolitana. Além disso, existe a proposta de construção do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), maior reator nuclear de pesquisas do Brasil, que promete tornar a cidade um centro de referência nas áreas de Ciência e Tecnologia, no contexto do século XXI (RODRIGUES, 2010).

História do município

A região do município de Iperó tem suas origens ao remoto contexto da colonização no século XVII, com o deslocamento dos Bandeirantes. Nesse período colonial, ganha destaque a chegada de Afonso Sardinha que veio para a região à procura de ouro, aproximadamente em 1589 (IPERÓ, 2017).

Nesse contexto, de acordo com o site da prefeitura de Iperó (2017), houve a descoberta de minério de ferro, que possibilitou a construção da Real Fábrica de Ferro, a primeira da América e que perdurou por muitos anos, colocando o município como ponto importante da maior siderúrgica do Brasil. Ainda hoje são preservadas as instalações que constituem importante sítio histórico e arqueológico na Fazenda Ipanema. Além desse fato, ocorreu também a construção da Estrada de Ferro Sorocabana no início do século XX.

Outra grande contribuição para o desenvolvimento do município foi o Movimento Tropeiro, um dos mais importantes ciclos econômicos do país. Iperó fazia parte da rota dos tropeiros, por estar geograficamente localizado perto de Sorocaba, ponto final dos arrieiros (IPERÓ, 2017).

Portanto, a história de Iperó remonta a mais de 400 anos. Sua emancipação, no entanto, ocorreu somente há pouco mais de 50 anos, ao ser criado pela lei estadual 8.092, de 28 de fevereiro de 1964. Contudo, a instalação do município só aconteceu em 21 de março de 1965. Iperó está localizado a 116 quilômetros da cidade de São Paulo e a 25 quilômetros de Sorocaba, com uma área de 170,289 km² e uma população estimada em 34.149 habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no município é de 0,719, considerado alto, apresentando um crescimento de 39,88% entre 1991 e 2010 (RODRIGUES, 2010).

Atividade econômica predominante

A cidade deve sua base socioeconômica e histórico-cultural às famílias que passaram precariamente pelo território desde o século XVI até as primeiras décadas do século XX. Mas é com a chegada da ferrovia e a criação do importante entroncamento ferroviário que o município se desenvolveu. Sua localização foi considerada estratégica, uma vez que o ramal de Itararé passou a sair do município e é onde a linha dupla da ferrovia vinda de São Paulo termina. A ferrovia foi um dos grandes marcos para o desenvolvimento da cidade de Iperó, porém o processo de decadência foi intensificado a partir de 1970. Essa crise provocou um receio no que se refere à própria sobrevivência do município.

Foi a partir dessa realidade e da necessidade de mudança que foi feito um planejamento para a construção de um distrito industrial, isso a partir do final de 1970. As empresas instaladas passaram a contratar a mão-de-obra dispensada pela ferrovia. Atualmente a economia do município é baseada na indústria, comércio e agricultura (RODRIGUES, 2010). Conforme informações do IBGE, em 2014 o município possuía o Produto Interno Bruto *per capita* de R\$ 13.465,44, e em 2015 tinha 75.2% do seu orçamento proveniente de fontes externas.

¹Órgão "responsável pelo desenvolvimento de pesquisas nucleares da Marinha do Brasil. Ali funcionam o Laboratório de Enriquecimento Isotópico e a Usina de Demonstração de Enriquecimento (USIDE), onde são realizados os testes de enriquecimento de urânio". (BRASIL EM DEFESA, 2015).

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

Como visto anteriormente, a emancipação do município de Iperó ocorreu em 1965. Cabe ressaltar, porém, que a Lei Orgânica do município é de 5 de abril de 1990, e destaca no artigo 1º (p. 1): “o Município de Iperó, pessoa jurídica de direito público interno, no pleno uso de sua autonomia política, administrativa e financeira [...]”.

Quanto à educação no município, esta tem uma história de 206 anos. Foi a partir da criação da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, em 1811, que foi organizada uma escola para o atendimento dos filhos dos trabalhadores. O ensino público primário ministrado em outras regiões não era da mesma natureza do que ocorria ali. O propósito era a formação dos alunos no contexto profissional, realizada pelo professor José Maria, capitão da guarda, que foi designado para a função. Dessa forma, os alunos que se destacassem seriam absorvidos para desempenhar um papel na produção de ferro em Ipanema. Foi só a partir do século XIX que outras escolas foram constituídas (RODRIGUES, 2010). Abaixo são apresentadas as quatro primeiras escolas:

- Bacaitava: Escola primária (criada em abril de 1875)
- Ipanema: Escola primária (criada em fevereiro de 1884)
- Jubanga: Escola primária (criada em setembro de 1892)
- Villeta: Ensino primário (criada em outubro de 1898)

Com o decorrer dos anos, mais escolas foram sendo constituídas. Cabe ressaltar que a Lei nº 563/2006 alterou a denominação das Creches e Escolas Municipais. Conforme o Plano Municipal de Educação de Iperó (2015), atualmente a rede de educação pública da cidade contempla as seguintes escolas – sendo 5 voltadas ao atendimento da educação infantil, 2 escolas estaduais e 11 municipais:

- Centro de Educação Infantil Alexis Soares Nassif
- Centro de Educação Infantil Almirante Schieck
- Centro de Educação Infantil João Marques Penteado
- Centro de Educação Infantil Terezinha de Jesus Cristino
- Centro de Educação Infantil Victória Guazelli Bertolaccini
- Escola Estadual Dr. Gaspar Ricardo Júnior
- Escola Estadual Estação George Oetterer
- Escola Municipal Cecy Monteiro Oetterer
- Escola Municipal Dra. Neide Fogaça de Lima
- Escola Municipal Eliza Moreira dos Santos
- Escola Municipal Francisco Adolfo de Varnhagem
- Escola Municipal Glauceia Aparecida Andrade nogueira
- Escola Municipal Isaura Jamas Fogaça
- Escola Municipal Marinheiro Mariz e Barros
- Escola Municipal Professor Roque Ares de Oliveira
- Escola Municipal Professora Henory de Campos Goes
- Escola Municipal Professora Pedrina de Campos Pedroso Rosa
- Escola Municipal Professora Zelma Thibes Mello

No que se refere ao Sistema Municipal de Ensino de Iperó, este foi estabelecido em 2003 pela Lei de nº 459. No artigo 6º dessa Lei é apresentada a organização de tal Sistema, que abarca a seguinte estrutura: Gabinete do Prefeito Municipal; Secretaria da Educação; Conselho Municipal de Educação; as instituições do Ensino Fundamental, Médio, de Educação Infantil e de Educação Profissional

mantidas pelo Poder Público Municipal; e as instituições de Educação Infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada.

Conforme o Plano Municipal de Educação de Iperó (2015), a estrutura administrativa de Iperó definida pela legislação municipal, compreende: Gabinete do Prefeito, Subprefeitura e as Secretarias Municipais. Dentre as Secretarias Municipais que fazem parte dessa estrutura, destaca-se aqui a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte,

[...] que é mantida e administrada pelo Poder Público Municipal de Iperó, com base nos dispositivos constitucionais vigentes e nas Leis Municipais, a saber: Lei Orgânica nº 1 de 5 de abril de 1990, Lei Municipal nº 522/2005 (e suas alterações posteriores), Lei Complementar nº 12/2005 (e suas alterações posteriores), respeitadas as normas regimentais básicas (IPERÓ – PME, 2015, p. 38).

De acordo com o que está expresso no Plano Municipal de Educação, a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte é direcionada pelo princípio da liberdade e da solidariedade humana, apresentando como finalidade “[...] nortear e administrar todas as atividades da educação municipal, as atividades culturais e esportivas inspiradas nos objetivos e metas da administração municipal” (IPERÓ – PME, 2015, p.39).

Dados estatísticos da educação do município

A Rede de Ensino de Iperó, conforme dados do IBGE (2015), contém 5.871, matriculados na Educação Básica. Deve-se destacar que os alunos dos anos iniciais da rede pública obtiveram nota média de 5.7 no IDEB, e 4.2 os alunos dos anos finais. Esse contexto colocou o município na posição 532 de 645, e na colocação 608 de 645, referente aos alunos dos anos finais, isso em comparação com os outros municípios do Estado de São Paulo.

A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) em 2010 foi de 98.9%. O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010) apresenta as proporções de crianças e jovens que estão frequentando ou que completaram determinados ciclos, mostrando o contexto da educação do município para aquele ano, conforme o quadro 1:

Quadro 1: Fluxo escolar por faixa etária

Situação	Faixa etária	Proporções
Frequentando a Educação Infantil	5 a 6 anos	97,78%
Frequentando os anos finais do ensino fundamental	11 a 13 anos	92,79%
Com Ensino Fundamental completo	15 a 17 anos	67%
Com Ensino Médio completo	18 a 20 anos	47,43%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010)

Cabe ressaltar que, conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), no ano de 2010, 91,21% da população de 6 a 17 anos do município de Iperó estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série.

Essa realidade da distorção da idade-série de até dois anos não é um fator exclusivo do município de Iperó, uma vez que o estado de São Paulo, em 2010, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), possuía 90,40% da população de 6 a 17 anos com essa distorção – realidade que se estende a outras regiões do país.

Segundo o IBGE (2015), o município de Iperó apresenta em sua estrutura educacional, conforme já mencionado, um total de 5.841 alunos matriculados. Desses, 4.649 aludem às matrículas da rede municipal; 1.165 eram alunos da rede estadual, e a esfera privada contemplava 57 matrículas, conforme é possível observar na tabela 1:

Tabela 1: Matrículas referentes ao ano de 2015 – Iperó/SP

Esfera/escola	Educação Infantil	Ensino	
		Fundamental	Médio
Escola pública municipal	845	3.804	-
Escola pública estadual	-	-	1.165
Escola privada	20	37	-

Fonte: IBGE (2015)

Para o atendimento a esses alunos, a cidade de Iperó, de acordo com o IBGE (2015), contava no ano de 2015 com um quadro de 350 professores, sendo que, desse total, 281 atendiam à rede municipal, 54 à rede estadual e 15 eram funcionários da rede privada. Essa distribuição pode ser mais bem visualizada na tabela 2, em que é apresentada a quantidade de docentes por etapas e redes de ensino.

Tabela 2: Quantidade de Docentes referente ao ano de 2015 - Iperó

Esfera/escola	Educação Infantil	Ensino	
		Fundamental	Médio
Escola pública municipal	60	221	-
Escola pública estadual	-	-	54
Escola privada	3	12	-

Fonte: IBGE (2015)

Com relação aos professores, os indicadores educacionais disponíveis na plataforma do MEC apresentam subsídios sobre a formação docente no ano de 2010, demonstrando que 226 professores da rede regular do ensino municipal possuíam graduação, bem como 54 professores da rede estadual, e 16 docentes com graduação no atendimento à modalidade Educação de Jovens e Adultos. A seguir apresenta-se o quadro 3, com informações mais detalhadas sobre a formação docente nas respectivas etapas e modalidades de ensino. Cabe ressaltar que a legenda para formação docente segue a seguinte estrutura: C/GR – com graduação; C/EM – com ensino médio; C/NM – com normal médio; S/EM – sem ensino médio.

Quadro 2: Formação docente por etapa/modalidade de ensino no ano 2010 – Iperó

Modalidade/ Etapa	Formação docente				
	C/GR	C/EM	C/NM	S/EM	Total
Creche	14	1	2	2	19
Pré-escola	31	-	8	-	39
Anos iniciais do Ensino Fundamental	97	-	8	-	105
Anos finais do Ensino Fundamental	84	-	-	-	84
Ensino Médio	56	4	-	-	60
Educação de Jovens e Adultos – Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3	-	1	-	4
Educação de Jovens e Adultos – Anos Finais do Ensino Fundamental	13	-	-	-	13

Fonte: BRASIL (2011)

Para o atendimento aos 5.581 alunos, o município contava em 2015 com 23 escolas, em uma estrutura que englobava as escolas públicas e privadas. De acordo com o IBGE (2015), dessas 23 escolas, 18 fazem parte da rede municipal, 2 da rede estadual e 3 da rede privada, conforme apresentado na tabela 3.

Tabela 3: Escolas existentes no ano de 2015 – Iperó

Esfera/Escola	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Escola pública municipal	7	11	-
Escola pública estadual	-	-	2
Escola privada	2	1	-

Fonte: IBGE (2015)

Além dessa composição, o Plano Municipal de Educação de Iperó (2015) destaca que o município possui um Centro de Atendimento Educacional Especializado e quatro projetos educacionais em parceria com outras Secretarias.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Em vista do que foi exposto, é possível observar que o município de Iperó teve papel fundamental no desenvolvimento da região metropolitana de Sorocaba, uma vez que seu crescimento esteve diretamente relacionado com o surgimento do minério de ferro, além de concentrar em seu território o maior ecossistema de Mata Atlântica do país. Cabe ressaltar que a educação no município surgiu da necessidade de capacitação de mão de obra, como visto no desenvolvimento deste texto. Contudo, o contexto educacional foi sendo alterado com passar dos anos, sendo posteriormente criado um Sistema Municipal de Ensino, em cuja estrutura alicerça-se a educação no município.

Esta pesquisa segue em andamento, apresentando como um dos propósitos para a próxima etapa a compreensão da importância que um órgão como o Conselho Municipal de Educação tem no desenvolvimento das políticas públicas educacionais e, de maneira mais específica, na colaboração para o estabelecimento de uma educação de "qualidade", bem como na contribuição para o exercício da cidadania.

No que se refere à educação de "qualidade" ou educação desejada, é necessário destacar o pensamento de Dourado e Oliveira (2009, p. 202), quando afirma ser essencial salientar que "[...] a educação se articula a diferentes dimensões e espaços da vida social sendo, ela própria, elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas". Nesse sentido [...] "a educação, portanto, é perpassada pelos limites e possibilidades da dinâmica pedagógica, econômica, social, cultural e política de uma dada sociedade".

Sendo assim, o caminho percorrido até aqui, em apresentar o contexto do município de Iperó e sua estrutural educacional, proporcionou informações para continuação da pesquisa proposta.

REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. *Educação Crianças e Jovens*, 2010.

http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/iperosp. Acessado em: 7 jul. 2017.

BRASIL EM DEFESA, 2015. Disponível em: <http://www.brasilemdefesa.com/2015/10/centro-experimental-aramar.html>. Acessado em: 03 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Indicadores demográficos e educacionais*, 2011.

Disponível em: <http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/3521002>. Acessado em: 03 jul. 2017.

DOURADO, F. L.; OLIVEIRA, de F. J. A qualidade da Educação: perspectivas e desafios. *Caderno Cedes*, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a04.pdf>. Acessado em: 6 jul. 2017.

IBGE. *Ensino – matrículas, docentes e rede escolar*, 2015. Disponível

em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/sp/iperospesquisa/13/5902>. Acessado em: 6 jul. 2017.

IBGE. *Panorama*, 2015. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/sp/ipero/panorama>. Acessado em: 6 jul. 2017.

IPERÓ. *Cidade de Iperó*. Disponível em: <http://www.cidadedeipero.com.br/ipero.html>. Acessado em: 2 jul. 2017.

IPERÓ. *Floresta Nacional de Ipanema*. Disponível em: <http://www.ipero.sp.gov.br/floresta-nacional-de-ipanema/>. Acessado em: 2 jul. 2017.

IPERÓ. Lei nº 001/1990 de 5 de abril de 1990. *Lei Orgânica Municipal*. Disponível em: <http://www.ipero.sp.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/LEI-DO-MUN%C3%8DCIPIO-DE-IPER%C3%93-n%C2%BA1.pdf>. Acessado em: 11 jul. 2017.

IPERÓ. Lei nº 459/2003 de 4 de dezembro de 2003. *Criação do Sistema Municipal de Ensino e dá providências correlatas*. Disponível em: <http://www.ipero.sp.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/LEI-N%C2%BA-459-DE-04-DE-DEZEMBRO-DE-2003.pdf>. Acessado em: 11 jul. 2017.

IPERÓ. Lei nº 522/2005 de 30 de agosto de 2005. Disponível em: <http://www.ipero.sp.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/LEI-N%C2%BA-522-DE-30-DE-AGOSTO-DE-2005.pdf>. Acessado em: 7 jul. 2017

IPERÓ. Lei nº 563/2006 de 10 de novembro de 2006. *Denominação das Escolas e Creches Municipais*. Disponível em: <http://www.ipero.sp.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/LEI-N%C2%BA-563-DE-10-DE-NOVEMBRO-2006.pdf>. Acessado em: 11 jul. 2017.

IPERÓ. *Nossa História*, 2017. Disponível em: <http://www.ipero.sp.gov.br/nossa-historia/>. Acessado em: 02 jul. 2017.

IPERÓ. *Plano Municipal de Educação*, 2015. Disponível em: < <http://www.ipero.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/06/Lei-868-2015-Anexo-I-Plano-Municipal-de-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>.. Acessado em: 02 jul. 2017.

RODRIGUES, H. A. *Cidade de Iperó*, 2010. Disponível em: <http://www.cidadedeipero.com.br/ipero.html>. Acessado em: 03 jul. 2017.

Recebido em: 10.10.2017
Aprovado em 10.12.2017

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VOTORANTIM/SP: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E ESTRUTURA EDUCACIONAL

The municipal council of education of Votorantim/SP: characterization of the municipality and educational structure

Katlin Cristina de Castilho – UFSCar/Sorocaba*

Kalin Cristina de Castilho – UFSCar/Sorocaba**

Resumo: Este trabalho compreende reflexões acerca da educação no município de Votorantim, localizado no interior do Estado de São Paulo. Trata-se, mais especificamente, de um estudo sobre a organização do Conselho Municipal de Educação (CME) da cidade, bem como sobre a participação social desenvolvida nele e por meio dele. Para tanto, este trabalho envolve um estudo sobre a cidade e a educação municipal, e uma pesquisa empírica para melhor compreender a atuação do Conselho Municipal em âmbito educacional. Isso, pois, interessa de um lado, compreender o histórico do município e seus aspectos educacionais mais gerais e, de outro, um conhecimento mais pontual e específico quanto ao papel desempenhado pelo CME em Votorantim. O trabalho encontra-se em andamento e esta primeira parte abarca caracterização do município, seus aspectos educacionais referentes ao sistema municipal de educação, principalmente a partir de referenciais históricos, dados estatísticos, constituindo-se como importante subsídio às etapas subsequentes da pesquisa.

Palavras-chave: Educação. Votorantim/SP. Conselho Municipal de Educação.

Abstract: This work includes reflections about education in the municipality of Votorantim, located in the interior of the State of São Paulo. More specifically, it is a study about the organization of the City Council of Education (CME) of the city, as well as about the social participation developed in and through it. For this, this work involves a study about the city and the municipal education, and an empirical research to better understand the performance of the Municipal Council in educational scope. This, on the one hand, is of interest to understand the history of the municipality and its more general educational aspects and, on the other hand, a more specific and specific knowledge about the role played by the CME in Votorantim. The work is underway, and this first part covers the characterization of the municipality, its educational aspects referring to the municipal education system, mainly from historical references, statistical data, constituting as an important subsidy to the subsequent stages of the research.

Keywords: Education. Votorantim /SP. Municipal Council of Education.

INTRODUÇÃO

O município de Votorantim integra a recém-criada região metropolitana de Sorocaba, localizando-se no interior do Estado paulista, à aproximadamente 100 quilômetros da capital, São Paulo. Em 2010, dos seus 108.801 habitantes, 23% encontravam-se em idade escolar, compreendendo a educação básica dos 4 aos 17 anos de idade. De acordo com dados organizados pelo Todos pela Educação (TPE), deste total de crianças e jovens, o município atendia 94,4%.

Com objetivo de melhor compreender aspectos gerais da educação na cidade de Votorantim, de modo específico, como se dá a atuação do CME no contexto de planejamento e ação educacional municipal, este trabalho parte de reflexões acerca do histórico da cidade e dos dados estatísticos disponíveis nas

*Mestranda em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), membro do GEPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação da UFSCar-Sorocaba/SP. E-mail katlin_cristina@yahoo.com.br.

**Graduada em Pedagogia pela UFSCar campus Sorocaba/SP. Professora a na rede municipal de ensino de Votorantim/SP. E-mail castillho@yahoo.com.br.

diferentes plataformas de dados sociais e educacionais, para, em seguida, aprofundar a compreensão no que se refere a existência de um sistema municipal de ensino. Para tanto, temos os seguintes questionamentos que se articulam para compor nossa problemática mais geral: Votorantim tem um Conselho Municipal de Educação? Há atuação do CME articulando a organização de um sistema municipal de ensino? Como se dá a composição do CME e quais são as formas de participação popular que ele compreende?

Trata-se de um estudo cujo objetivo é analisar o Conselho Municipal de Educação de Votorantim e seu papel no contexto educacional da cidade, de modo especial a participação das diferentes representatividades neste conselho, inclusive a atuação popular dos munícipes. Para melhor analisar tais aspectos quanto ao CME, este trabalho se subdivide em partes, delimitadas metodologicamente, de modo que, neste texto, apresentaremos as partes I e II, referindo-se, respectivamente, à caracterização do município e à análise preliminar da existência de um sistema municipal de ensino, bem como a caracterização inicial do Conselho Municipal na cidade.

O trabalho que aqui se apresenta está organizado em três seções, sendo a primeira referente ao breve histórico do município, contendo informações relevantes quanto ao seu processo de formação e emancipação. Na segunda seção temos a caracterização das primeiras unidades escolares da cidade e a apresentação das atuais condições de atendimento da educação básica na em Votorantim, subdividida nas etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio para, em seguida, tratarmos da formação de professores. Na última seção temos as disposições preliminares do sistema municipal de ensino em consonância com CME de Votorantim, contendo dados sobre sua constituição e composição, tratando, de modo geral, de estudo reflexivo e dados informativos sobre o tema, o que subsidiará os aprofundamentos a serem dados, inclusive empiricamente.

Ao realizar nossas considerações preliminares, destacamos que mais importante que a existência de um Conselho Municipal de Educação e de um sistema municipal de ensino é a forma como suas ações e seus movimentos estão associadas diretamente com as reais necessidades educacionais da população. Para tanto, após os resultados preliminares desta primeira parte de estudo, colocamos novos questionamentos que subsidiarão os demais processos metodológicos a serem desenvolvidos.

BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO E CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS GERAIS

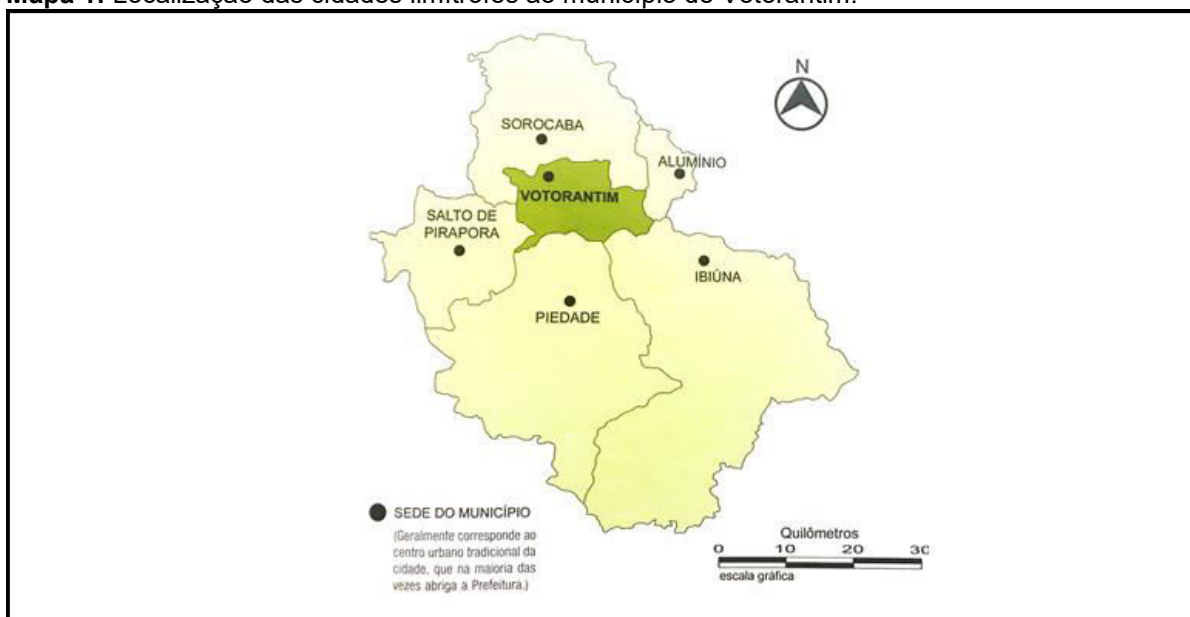
O século XVII marcou o início da exploração e povoamento no município de Votorantim, quando Paschoal Moreira Cabral, o primeiro habitante do município, instalou-se no local onde hoje é sede da Fazenda de São Francisco iniciando a produção de cana e a pecuária, a partir da mão de obra escrava.

O nome Votorantim, foi originado da cachoeira denominada pelos indígenas de "Botu-ra-ti" ou Boturantim, que em tupi guarani significa Grande espuma. O grande potencial hidrográfico e topográfico de Votorantim foram uns dos elementos mais importantes quicá, o mais importante, para a sua formação enquanto reservatório e geração de abastecimento hidroelétrico, originando os povoados que se instalaram ao seu redor.

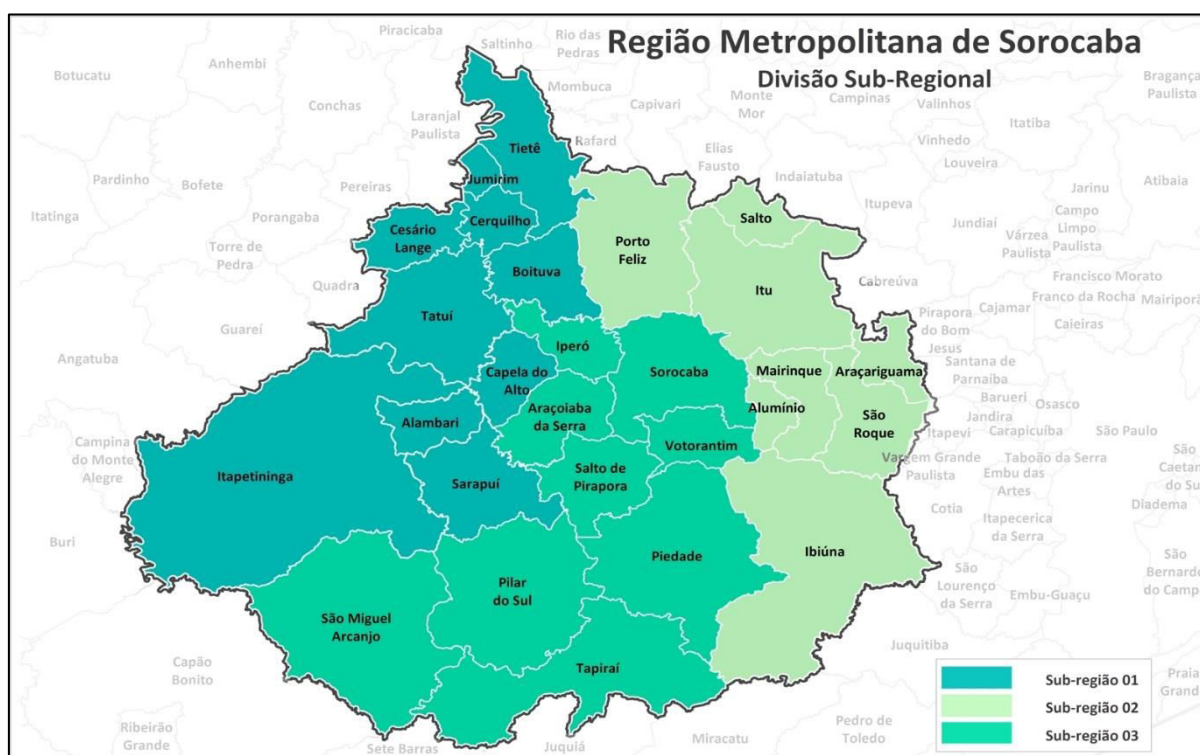
Em 1940 o crescimento da fábrica de cimentos Votoran e da fábrica de chitas incentivou o aumento do fluxo de imigrantes motivados pela oferta de empregos e as pessoas se instalavam ao redor dessas fábricas que, além de contribuírem para o desenvolvimento do município, deixaram os seus legados. Já no final da década de 50 o município contava, aproximadamente, com 15.000 habitantes que ao final da década de 60 incentivaram as primeiras aspirações da separação do município de Votorantim de Sorocaba que eclodiram em um grande movimento de luta pela emancipação política do município.

O desmembramento ocorreu por meio do plebiscito. A primeira eleição municipal foi realizada em Votorantim ocorreu em 07 de março de 1965 e a instalação do município ocorreu em 27 de março de 1965, marcando a posse de sua primeira administração autônoma.

Atualmente, Votorantim ocupa uma área de aproximadamente 180 km² e está localizada a sudoeste do Estado, distante à 100 km da Capital. Integrante da recém-criada Região Metropolitana de Sorocaba (RMS), tem como municípios limítrofes as cidades: Sorocaba, Piedade, Ibiúna, Salto de Pirapora e Alumínio, como nos mapas a seguir:

Mapa 1: Localização das cidades limítrofes ao município de Votorantim.

Fonte: Holtz; Nogueira (2008)

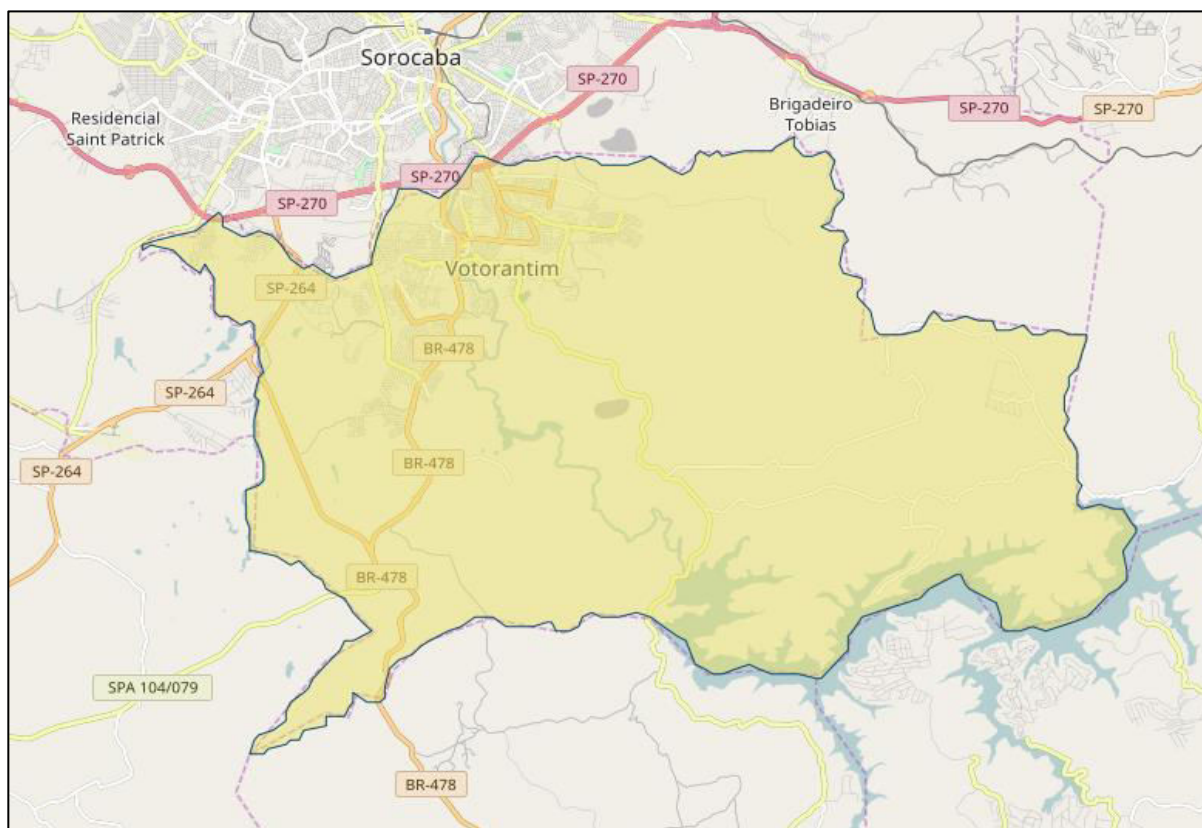
Mapa 2: Região Metropolitana de Sorocaba, com destaque para o município de Votorantim, pertencente a sub-região 3 da RMS, e para a capital do Estado, São Paulo. (2014)

Fonte: EMPLASA (2017).

A partir do mapa acima, é possível visualizar as sub-regiões da RMS, institucionalizada em 2014, pela Lei Complementar Estadual nº 1.241. Composta por 27 municípios, Votorantim, assim como os municípios limítrofes, Sorocaba, Salto de Pirapora e Piedade, está localizada na sub-região 3 da Região Metropolitana. Outro destaque do mapa é a localização da capital, São Paulo, distante 106 km do município de Votorantim, aspecto fundamental para o desenvolvimento industrial da cidade.

Outro ponto relevante para compreensão geral do município é a sua localização nas proximidades de importantes vias de acesso como as Rodovias, Raposo Tavares (SP-270), João Lemes dos Santos (SP-264), SP-79 e Castelo Branco (SP-280), esta última com acesso pelo município de Sorocaba, ligando a cidade às demais regiões do Estado, interferindo significativamente para sua integração ao grande eixo industrial do estado paulista.

Mapa 3 – Principais vias de acesso que integram Votorantim às demais regiões do estado de São Paulo, com destaque para Raposo Tavares (SP-270), João Lemes dos Santos (SP-264) e SP-79.



Fonte: IBGE (2017)

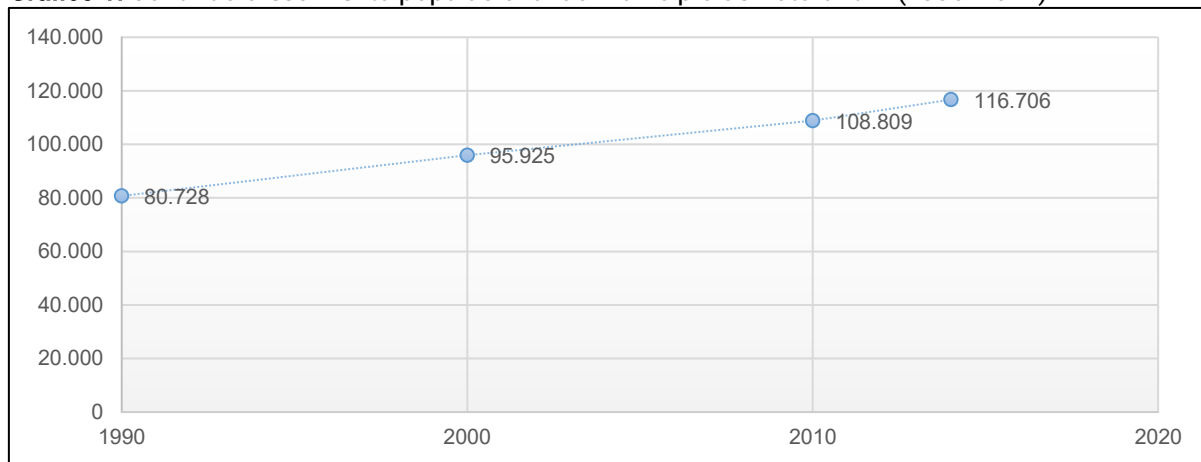
Os aspectos em destaque nos mapas acima são de grande relevância para compreensão da integração do município em relação à capital e às demais regiões do estado, proporcionando deslocamento de pessoas e produtos a partir de importantes vias rodoviárias. Estes aspectos estão intrinsecamente articulados aos dados populacionais, assim como à economia na região.

Segundo dados do Censo 2014, o município abriga 116.706 (cento e dezesseis mil, setecentos e seis) munícipes e a estimativa para 2016 foi de 118.858 habitantes (IBGE, 2017). Desde a década de 60, acompanhando o ritmo de crescimento populacional da região, Votorantim tem aumentado significativamente o número de seus habitantes. Se em 1960 o índice populacional foi de 15 mil habitantes, vinte anos depois, em 1980, o município atingiu 52.801 habitantes. Este crescimento, como já destacado, acompanhou o aumento populacional na região de Sorocaba, desencadeado, principalmente a partir do processo de desconcentração industrial da cidade de São Paulo, ocorrida na última década de 70, viabilizando mudanças no estabelecimento de indústrias em Sorocaba e região, fortemente associadas aos incentivos concedidos às empresas, fundamentais para o sistema produtivo e diminuição dos custos de produção.

Esta desconcentração industrial da capital paulista e a proximidade com as Rodovias Castelo Branco e Raposo Tavares impulsionou sobremaneira o aumento industrial e, conseqüentemente, populacional, em muitos dos municípios que hoje compõem a região metropolitana de Sorocaba, inclusive Votorantim, que tem na indústria sua principal atividade econômica. Esse crescimento teve continuidade nas décadas seguintes, como é possível visualizar no gráfico abaixo.

Como mostrado no gráfico, o índice populacional de Votorantim manteve-se em um crescente, sendo que em 1990 o número de habitantes era de 80.728. Dez anos depois, houve um aumento de aproximadamente 15 mil habitantes, atingindo em 2000 um índice populacional de quase 96 mil e, em 2010 a população passou para 108.809. Em 2014, quatro anos depois, houve mais um significativo aumento populacional, chegando a 116.706, quase 16 mil municípios a mais que 2010.

Gráfico 1: Contínuo crescimento populacional do município de Votorantim (1990-2014)



Fonte: IBGE (2017)

Tais dados assumem grande relevância para nosso estudo. Eles têm como objetivo localizar o município em um campo geral de informações, os quais subsidiarão nossa análise *a posteriori*. Isso, pois, cabe a este estudo compreender, inclusive, em que medida tais informações estão articuladas com uma preocupação sistemática em relação à educação. Ou seja, é fundamental compreendermos se tal aumento quantitativo da população foi seguido de condições educacionais de qualidade para, em processos mais avançados da pesquisa, compreendermos o papel do CME nesse processo, ou, ao contrário, sua ausência. Nesse sentido, cabe a verificação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que se refere à uma medida que leva em consideração três dimensões do desenvolvimento humano, sendo eles: a renda, a educação e a saúde.

De acordo com dados do IBGE, em 2010, o IDH do município foi de 0,767, ocupando a 94ª colocação entre os 645 municípios do estado. Ainda caracterizando o município em seus aspectos históricos, contextualizaremos, na próxima seção, alguns elementos educacionais de Votorantim.

ASPECTOS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM/SP

A primeira escola do município surgiu por volta de 1885 no Bairro Rio Acima. Em seguida, houve a formação de um núcleo de ensino mantendo o funcionamento de dois cursos sendo um curso de alfabetização e outro de português para imigrantes italianos adultos, que, com o apoio do Governo Estadual, tornou-se a escola mista de Votorantim, tal iniciativa oferecia a primeira série do ensino primário e posteriormente, em 1909, as aulas estenderam-se até a segunda série.

Em 1920, após um processo de ampliação, a escola mista passou a atender as demandas do primário completo, originando o grupo escolar "Comendador Pereira Inácio", sendo o único estabelecimento escolar até então existente, recebia alunos de diversas localidades.

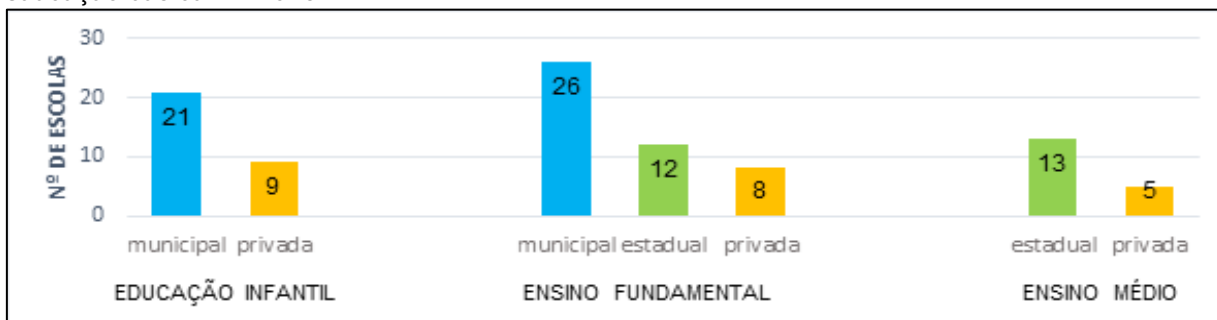
No mesmo prédio do já referenciado grupo escolar "Comendador Pereira Inácio" passou a funcionar no período noturno o "Ginásio Estadual de Votorantim", conseqüentemente, entre 1951 a 1967, outras escolas foram sendo criadas nos diferentes bairros do município.

Atualmente, de acordo com dados do IBGE de 2015, Votorantim possui, ao todo, 30 escolas de Educação Infantil, 46 escolas de Ensino Fundamental e 18 de Ensino Médio. Em uma década, de 2005 até 2015, a etapa que mais aumentou o número de unidades escolares foi o ensino médio, principalmente com a incorporação de 5 escolas privadas e de 3 da rede estadual. A primeira etapa da educação básica, no mesmo período, teve um aumento de 2 unidades escolares, sendo uma privada e uma municipal. O ensino fundamental, também entre 2005 e 2015, incorporou 7 novas unidades,

sendo 4 escolas privadas, 2 municipais e 1 estadual. Percebe-se, a partir dos dados, o significativo aumento de escolas privadas no município. O gráfico a seguir, mostra como a educação básica em Votorantim encontra-se quanto a sua organização administrativa. (IBGE, 2017)

Verifica-se, a partir do gráfico, que as escolas privadas colaboram significativamente com o atendimento da educação básica no município, compreendendo 23.4% das unidades escolares, quase um quarto do total de escolas. No ensino médio, o percentual sobe para 27.8%, compreendendo da etapa de ensino com maior participação das escolas privadas.

Gráfico 2: Organização administrativa das escolas do município de Votorantim, por etapa da educação básica EM 2015



Fonte: Elaboração de Katlin Cristina de Castilho a partir de dados do IBGE (2017)

Para melhor análise de cada uma das etapas da educação básica, as subseções que seguem correspondem, respectivamente à educação infantil, ao ensino fundamental e ao ensino médio.

Educação Infantil

A trajetória da educação infantil no município teve sua evolução com o avanço industrial na cidade, pois tinha por finalidade amparar, assistir e educar os filhos dos trabalhadores. Até meados de 1969, o Governo do estado de São Paulo responsabilizou-se pela contratação de professores e funcionários e as demais despesas eram mantidas pela S.A. indústrias Votorantim.

Atualmente, de acordo com dados do IBGE do ano de 2015, o município conta com 30 escolas para o atendimento dessa primeira etapa da educação básica, de creche e pré-escola, sendo 21 municipais e 9 privadas.

Dados de 2010 mostram que a taxa de atendimento das crianças de creche (0-3 anos) e da pré-escola (4-5 anos), era de 31,1% e 90,8%, respectivamente (IBGE/ Todos Pela Educação). De acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação (Seed), disponibilizadas no Plano Municipal de Educação de Votorantim correspondente ao decênio 2015-2025, em 2014 o percentual de atendimento das crianças de 0 a 3 anos de idade no município era de 60,09%, e de 99,26% das crianças de 4 a 5 anos de idade. Também em 2014, 26,5% dos docentes de creche não possuíam Ensino Superior, e na pré-escola, esse percentual era de 14,5%. (IBGE/ Todos Pela Educação)

Ensino Fundamental

Atualmente, o município tem necessidade de que se cumpra a garantia da alfabetização de todas as crianças até no máximo o 3º ano do ensino fundamental, além de promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças visando o pleno domínio da leitura da escrita e do cálculo, assim como o desenvolvimento da capacidade de aprender e de se relacionar com o meio social e político. (VOTORANTIM, 2015)

Há, ainda, a necessidade de universalizar a oferta do ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos, além de garantir que 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomenda. De acordo com dados de 2014 da Seed, disponíveis no PME (2015-2025), dos alunos matriculados, 1,25% ficaram retidos do ensino fundamental do 1º ao 5º ano, e 3,4% do 6º ao 9º ano, sendo a taxa de evasão de 2,7%. Estes números inferem no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do município, que leva em consideração o rendimento e o fluxo escolar. Em 2015, o IDEB das séries iniciais do ensino fundamental foi de 6,4, e de 4,8 nas séries finais.

Ensino Médio

O ensino médio compreendido como uma importante etapa para o desenvolvimento da aprendizagem além da qualificação profissional, visa preparar jovens para desafios da modernidade. Uma das metas para o município era universalizar até 2016 o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar a taxa líquida de matrículas do ensino médio para 85%. A tabela abaixo mostra dados de 2014, disponibilizados pela Seed, no PME (2015-2025), referentes ao atendimento e às taxas de rendimento no Ensino Médio.

Tabela 1: Dados do atendimento de jovens no ensino médio em Votorantim, quanto à população, matrículas e percentual atendido. Atendimento de 15 a 17 anos - 2014

IDADE	POPULAÇÃO	MATRÍCULAS	% ATENDIDO
15 a 17 anos	5.735	4.047	70,56

Fonte: Plano Municipal de Educação (2015-2025) em Votorantim (2015).

Tabela 2: Dados das taxas de rendimento no ensino médio, na rede estadual de ensino em Votorantim, quanto à aprovação, retenção e evasão escolar Ensino Médio - - 2014

TIPO DE ATENDIMENTO	APROVADOS %	RETIDOS %	EVADIDOS %
Rede Estadual de Ensino			
Ensino Médio	89,2	5,2	5,6

Fonte: Plano Municipal de Educação (2015-2025) em Votorantim (2015).

Analisando as tabelas 1 e 2, observa-se que em 2014 o percentual de alunos de 15 a 17 anos de idade era de 70,56%. Neste sentido, o município encontra-se a caminho das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, o qual prevê, já para 2016, que todos os jovens desta faixa etária devem estar na escola e, para 2024, que pelo menos 85% deles estejam com matrícula no ensino médio. Outra preocupação é a taxa de aproveitamento (tabela 2), que infere diretamente no IDEB, o qual precisa atingir 5,2 pontos até 2021.

Neste quadro de análise, a formação docente é fundamental para a qualidade na educação, em suas diferentes etapas e modalidades. Essa qualificação do pessoal docente representa um dos maiores desafios para a educação do país e a formação continuada é uma das principais estratégias para a melhoria da qualidade de ensino. No quadro do magistério municipal, entre todos as etapas da educação básica, temos a seguinte composição da formação docente:

Tabela 3: Formação dos integrantes do quadro do magistério municipal de Votorantim (2014)

Formação	Nº de profissionais
Nível Médio/ magistério/ curso normal	12
Normal Superior	63
Pedagogia	412
Outras licenciaturas	78
Pós-graduação <i>Lato sensu</i> - especialização	417
Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> - mestrado	02
Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> - doutorado	-

Fonte: Plano Municipal de Educação (2015-2025) em Votorantim (2015).

Para análise da tabela 3 é importante retomarmos as etapas de ensino que compreende o atendimento municipal em Votorantim, tendo em vista, principalmente, o regime de colaboração previsto por lei para atendimento da demanda da educação básica. Desta forma, levando-se em consideração que o

município atende tanto a educação infantil quanto o ensino fundamental até o 5º ano, temos que a maioria desses profissionais do quadro do magistério tem formação em pedagogia e curso de especialização. Diante da meta para formação de professores do PNE, a qual prevê que todos os docentes da educação básica precisam ter curso superior, é possível observar que em Votorantim, 12 dos profissionais do quadro do magistério possuem formação em nível médio.

Finalizada a explanação geral das etapas da educação básica e dos profissionais do quadro do magistério municipal – cujo objetivo não foi o de realizar uma análise aprofundada, mas apenas caracterizar brevemente o contexto educacional do município – a próxima seção trata do sistema municipal de ensino em Votorantim e sua articulação com o CME. Mais uma vez, não se tratará de aprofundamento quanto o tema, já que a pesquisa se encontra em andamento, mas, ao contrário, refere-se a uma caracterização mais geral, com objetivo de localizar o município em nosso campo de análise.

Sistema municipal de ensino em Votorantim/SP

As iniciativas de organização de um sistema municipal de ensino em Votorantim se deram em consonância com a reformulação do Conselho Municipal de Educação em maio de 2017. O CME de Votorantim, instituído pela Lei 1287 de 08 de julho de 1997, não previa como incumbência do conselho o acompanhamento ou a organização de um sistema municipal de ensino. Além de alterações significativas quanto a composição do CME – que na Lei 1287/97 deixava a escolha dos conselheiros a critério direto do prefeito, sob a denominação de profissionais com notório saber – a Lei 2.547 de maio de 2017, deliberando sobre a instituição de um novo Conselho Municipal, estabelece em seu artigo 1º que se trata de um “órgão normativo, deliberativo e consultivo em relação aos assuntos da educação no que se refiram ao sistema municipal de ensino de Votorantim.”

O secretário de educação, Tiago Antônio de Araújo, deixa explícito em notícia à mídia local, Gazeta de Votorantim, de julho de 2017, que a Seed publicou a lei de alteração de composição do conselho para que o órgão atue em conjunto com o sistema municipal de ensino para melhor desempenhar as atribuições deliberativas no município quanto à educação.

Ao encontro da declaração do secretário, quanto às atribuições do CME, a Lei 2.547/2017, no artigo 2º, inciso III, deixa claro que se trata de um órgão responsável por “colaborar sugerindo diretrizes para o sistema municipal de ensino.”

As informações referentes à organização do SME foram noticiadas na mídia supracitada, e destaca que a prefeitura municipal realizou o encaminhamento à Câmara do município o projeto de lei com a proposta de organização do sistema municipal de ensino. De acordo com a notícia, a assessoria de imprensa da prefeitura informou que o SME vai permitir maior autonomia quanto à educação, de modo a adequar as estruturas legais às necessidades municipais, sem deixar de cumprir as determinações estaduais e federais. (GAZETA DE VOTORANTIM, 2017)

Ainda de acordo com as informações da assessoria da prefeitura, com o SME o município deixaria de ser um subsistema do estado, possibilitando processos burocráticos mais ágeis, o que atingirá diretamente a população em âmbito educacional.

Das informações coletadas, verifica-se que foi em 2017, início do primeiro ano de mandato do prefeito Fernando de Oliveira Souza e do atual secretário da pasta da educação que o sistema municipal de educação passa a dar seus primeiros passos, com encaminhamento do projeto à Câmara Municipal.

Os novos processos precisarão ser acompanhados para que possamos analisar o desenvolvimento do SME, principalmente no que se refere à sua articulação com o CME, bem como as ações a serem colocadas em pauta e em prática.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Este trabalho, cujo objetivo é de realizar análise do Conselho Municipal de Educação de Votorantim, delineou aqui uma explanação inicial sobre o município, perpassando o histórico geral da cidade, seus aspectos geográficos e históricos. Depois de percorrer por entre a caracterização de dados quantitativos mais amplos, temos, de modo genérico, uma visão global de Votorantim e seus aspectos educacionais. Mesmo se tratando de uma base de dados predominantemente quantitativa, trata-se unicamente de uma fase inicial do projeto de pesquisa, que subsidiará sobremaneira os próximos encaminhamentos do estudo, em que o objetivo é mais específico em relação a atuação do CME, sua estrutura, organização e participação – inclusive, e principalmente, sua participação social.

Em outras palavras, esta pesquisa inicial, visando uma análise geral do município, terá continuidade e estabelecerá uma maior relação com os referenciais teóricos sobre o conselho de educação, assim como uma abordagem mais empírica quanto a funcionalidade do CME em Votorantim.

Após a reflexão geral dos dados, percebe-se que as iniciativas de organização de um sistema municipal de ensino são recentes e datam de maio de 2017. O fundamental será o acompanhamento dos próximos passos na direção da consolidação desse sistema, assim, como na sua articulação com CME, reformulado também em 2017, a partir de uma nova lei, com outra proposta de composição e atribuições.

Para além de conclusões, o que se coloca são mais questionamentos: Como se deu a elaboração do projeto do sistema municipal de ensino? Quem dele participou? Como será a atuação do CME nesse processo e quais aberturas o órgão propiciará para que suas ações estejam articuladas sob a égide da gestão democrática em âmbito municipal? Em que medida esta reformulação do conselho perante a lei implicará alterações qualitativas para a educação e seu atendimento à população?

Além de indicativos para novas pesquisas, estes questionamentos nortearão nossos próximos processos metodológicos. Mais importante que o estabelecimento de sistemas e conselhos é a forma como ele se articula com as reais necessidades da população, e tais análises só serão possíveis de serem construídas a partir de métodos de pesquisa específicos para este fim. Este encaminhamento se dará no decorrer da pesquisa, mas já contamos com os aspectos gerais do município e dados preliminares que caracterizam a educação de Votorantim, ainda a serem aprofundados.

REFERÊNCIAS

EMPLASA. Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. *Região Metropolitana de Sorocaba*. Disponível em: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMS>. Acesso em 08/03/2017.

GAZETA DE VOTORANTIM. *Organização do Sistema Municipal de Ensino é enviado à Câmara*. Votorantim, 29 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.gazetadevotorantim.com.br/noticia/20976/organizacao-do-sistema-municipal-de-ensino-e-enviado-a-camara.html>. Acesso em: 5 jul. 2017.

HOLTZ, J.L.A.; NOGUEIRA, J.L. *Votorantim*. Atlas escolar histórico e geográfico. Sowilo Editora: São Paulo, 2009.

IBGE. *Cidades*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/sp/Votorantim/panorama>. Acesso em: 10 jul. 2017.

IBGE. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2017.

OBSERVATÓRIO PNE. *Dossiê por localidade: Votorantim/SP*. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br>. Acesso em: 05 jul. 2017.

PNUD. *Desenvolvimento humano e IDH*. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em: 05 jul. 2017.

SOROCABA. *Plano de desenvolvimento urbano integrado*. Região Metropolitana de Sorocaba. Disponível em: https://www.pdui.sp.gov.br/sorocaba/?page_id=56. Acesso em: 10 jul. 2017.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Indicadores por localidade*: Votorantim/SP. Disponível em: http://www.todospelaeducacao.org.br/index.php?option=indicador_localidade&task=main. Acesso em: 05 jul. 2017.

VOTORANTIM. *Lei 2.547, de 25 de maio de 2017*. Conselho Municipal de Educação de Votorantim. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/v/votorantim/lei-ordinaria/2017/255/2547/lei-ordinaria-n-2547-2017-dispoe-sobre-o-conselho-municipal-de-educacao-de-votorantim-e-das-outras-providencias>. Acesso em: 06 jul. 2017.

VOTORANTIM. *Lei 1.287, de 8 de julho de 1997*. Conselho Municipal de Educação de Votorantim. Disponível em: <https://camara-municipal-de-votorantim.jusbrasil.com.br/legislacao/810887/lei-1287-97>. Acesso em: 06 jul. 2017.

VOTORANTIM. *Lei nº 2.455, de 28 de agosto de 2015*. Plano Municipal de Educação, decênio 2015-2025. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-votorantim-sp>. Acesso em: 06 jul. 2017.

Recebido em: 10.10.2017

Aprovado em 10.12.2017

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PILAR DO SUL/SP: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E ESTRUTURA EDUCACIONAL

The municipal council of education of Pilar do Sul/SP: characterization of the municipality and educational structure

Eliane Pimentel Camilo Barra Nova de Melo–UFSCar/Sorocaba*
Jociane Marthendal Oliveira Santos– UFSCar/Sorocaba**

Resumo: Este estudo consiste em reunir informações históricas, políticas, econômicas e educacionais do município de Pilar do Sul. O presente artigo é um recorte de um estudo maior a respeito dos Conselhos Municipais de Educação da Sub-região 3 da Região Metropolitana de Sorocaba. Para construção do presente estudo realizou-se uma pesquisa qualitativa fundamentada em pesquisas bibliográficas e documentais. Discutir-se-á neste recorte o percurso histórico do município de Pilar do Sul traçado desde os primórdios de sua fundação até a atualidade, assim, poder-se-á aqui encontrar dados estatísticos e históricos concernentes à sua população de maneira em geral e mais especificamente em relação ao seu sistema municipal de educação.

Palavras-chave: Educação. Pilar do Sul/SP. Conselho Municipal de Educação.

Abstract: This study consists of gathering historical, political, economic and educational information from the city of Pilar do Sul. The present article is a cut of a larger study regarding the Municipal Councils of Education of the Sub-region 3 of the Metropolitan Region of Sorocaba. For the construction of the present study a qualitative research was carried out based on bibliographical and documentary researches. We will discuss in this section the historical route of the municipality of Pilar do Sul, traced from the earliest days of its founding to the present day, so we can find here statistical and historical data concerning its population in general and more specifically in relation to its municipal education system.

Keywords: Education. Pilar do Sul/ SP. Municipal Council of Education.

INTRODUÇÃO

Pilar do Sul é um dos nove municípios que compõem a Sub-região 3 da Região Metropolitana de Sorocaba, com uma população de apenas 28.516 habitantes e área territorial de 681,12km², apesar de apresentar uma das maiores extensões territoriais desta Sub-região não é um de seus grandes representantes econômicos, bem como, as condições socioeconômicas de sua população é duvidosa, haja vista que 86% de seu orçamento provem de fontes externas e o salário médio mensal dos municípios é de 2,2 salários mínimos.

Situação esta que vem justificar o recorte aqui delimitado de uma pesquisa maior que se faz em andamento, "Conselhos Municipais de Educação da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS): a qualidade socialmente referenciada entre iniciativas exitosas e contextos adversos". Tendo como parâmetro de análise a qualidade socialmente referenciada que pressupõem a implantação de uma gestão democrática da educação, com vistas a melhorar sua qualidade de modo a atender educacionalmente a população não apenas quantitativamente, bem como qualitativamente em prol da construção de uma sociedade menos injusta a pesquisa aqui delineada divide-se em duas partes.

O presente artigo é representativo da conclusão da primeira parte da pesquisa, o qual procurou caracterizar o município de Pilar do Sul territorial, habitacional, econômica, social e educacionalmente.

*Mestra em Educação pela UFSCar campus Sorocaba/SP, membro do GEPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação e docente na rede municipal de ensino de Sorocaba/SP. E-mail: licamillo77@gmail.com

**Mestranda em Educação pela UFSCar campus Sorocaba/SP, membro do GEPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação. E-mail: jmarthendal@yahoo.com.br

Por isso mesmo, as páginas a seguir dedicaram-se a traçar um panorama histórico-econômico-social deste município desde os primórdios de sua fundação no século XVIII com o percurso dos tropeiros e seu costume de pilar a carne naquela região até sua atualidade, perpassando por sua fundação em 1877 e sua emancipação em 1936.

Pilar do Sul é administrada atualmente pelo Partido dos Democratas (DEM), sendo o prefeito o ilustríssimo senhor Antônio José Pereira e seu vice, o senhor Marco Aurélio Soares, entretanto, desde a gestão anterior a esta com a ex-prefeita Janete Pedrina de Carvalho Paes (PSDB), o município criou, sancionou e aprovou a Lei Complementar nº 285/2015 de 24 de junho de 2015 a qual "Aprova o Plano Municipal de Educação do município de Pilar do Sul e dá outras providências".

Assim, ainda que Pilar do Sul apresente um Plano Municipal de Educação (PME), caberá a segunda parte desta pesquisa, a ser divulgada futuramente compreender o processo de produção deste PME, bem como sua efetiva aplicação ou não com vistas à promoção de um processo de educação "[...] escolar com padrões de excelência e adequação aos interesses da maioria da população, apoiada em valores como solidariedade, justiça, honestidade, autonomia, liberdade e cidadania" (AZEVEDO, 2011, p. 424).

Até o presente momento observa-se que o município tem atendido de maneira incipiente e deficitária sua população, uma vez que até o ano de 2010 atendia 92,59% das crianças na Educação Infantil, 84,53% nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), 65,21% nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) tendo como estatística alarmante a conclusão do Ensino Médio por apenas 38,83% de seus jovens.

Talvez estes dados fornecidos pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), tenham contribuído para a construção e aprovação do PME de Pilar do Sul, caberá a nós desvelar qual tipo de gestão, gerenciada ou democrática, ali se inscreve, bem como, conseqüentemente, qual modelo de educação está previsto para os pilarenses entre os anos de 2015 e 2025.

PILAR DO SUL: CONTEXTO E IMPORTÂNCIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA

Pilar do Sul é um município de pequeno porte localizado ao sul do Estado de São Paulo na Região Metropolitana de Sorocaba, mais especificamente em sua sub-região 3, da qual fazem parte os seguintes municípios: Araçoiaba da Serra, Iperó, Piedade, Pilar do Sul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, Sorocaba, Tapiraí e Votorantim. Observe os indicadores destes municípios na Tabela 1.

Tabela 1: Indicadores dos municípios da sub-região 3 da Região Metropolitana de Sorocaba

Município	Área (Km ²)	População 2016	Densidade demográfica 2016 hab/Km ²	TGCA 2010/2016 (%)	PIB 2014 Mil reais	Distância até São Paulo
Araçoiaba da Serra	255,33	31.915	125,00	2,64	508.944	122
Iperó	170,29	34.149	200,54	3,18	438.542	126
Piedade	746,87	54.907	73,52	0,86	1.129.675	99
Pilar do Sul	681,12	28.516	41,87	1,29	449.225	150
Salto de Pirapora	280,70	43.990	156,72	1,54	1.383.574	124
São Miguel Arcanjo	930,34	32.840	35,30	0,72	556.845	184
Sorocaba	450,38	652.481	1.448,73	1,79	32.662.452	99
Tapiraí	755,10	8.010	10,61	0,00	144.494	135
Votorantim	183,52	118.858	647,67	1,48	4.708.770	105

Fonte: EMPLASA (2017)

O município de Pilar do Sul, segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Sorocaba (2016), tornou-se parte da região metropolita de Sorocaba (RMS) através da Lei Complementar Estadual nº 1.241 de 08 de maio de 2014 à qual Cria a Região Metropolitana de Sorocaba e dá providências correlatas.

Observa-se que, dentre os nove municípios pertencentes à sub-região 3 da RMS, Pilar do Sul ocupa a quarta posição em relação à extensão territorial, caindo para oitava posição referente ao número de habitantes, o que nos leva a concluir que este município apesar de grande extensão territorial abriga uma pequena população, haja vista sua densidade demográfica que apresenta um número de 41,87 habitantes por quilômetro quadrado, a qual lhe confere a sétima menor densidade desta sub-região.

De acordo com os dados apresentados pela Tabela 1, Pilar do Sul é um município com poucos habitantes e que apresenta uma pequena Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA) se comparada aos demais municípios da Sub-região 3 da RMS ficando assim em posição de número seis com um TGCA de 1,29% entre os anos de 2010 e 2016.

O Produto Interno Bruto (PIB) deste município também não é dos melhores se comparado com os demais da Sub-região 3 da RMS, Pilar do Sul é o sétimo dentre os nove municípios aqui citados, apresentando um PIB de R\$ 449.225. Conclui-se que, apesar de extenso territorialmente o município de Pilar do Sul não se apresenta como destaque na Sub-região 3 da RMS, entretanto, possui um grande potencial turístico e econômico a ser explorado, tanto que, foi criado o Condomínio de Pequenas Empresas, local que apresenta infraestrutura como, rede de água, energia, esgoto, guias e sarjetas com o intuito de atrair a instalação de novas indústrias para o município (FÉLIX, 2005).

Em 2015 Pilar do Sul, apresentava 86% do seu orçamento proveniente de fontes externas. Em 2014, o salário médio mensal era de 2,2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 23,5% (IBGE,2014).

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 36.5% da população nessas condições, o que o colocava na posição 97º de 645º dentre os municípios do estado e na posição 3257º de 5570º dentre os municípios do Brasil (IBGE,2010).

A administração atual é composta pelo prefeito Antônio José Pereira e seu vice, Marco Aurélio Soares. Ambos os administradores municipais pertencem ao Partido dos Democratas (DEM), sendo que, o vice ocupa este cargo pela primeira vez e o prefeito, Antônio José Pereira já o ocupou anteriormente através das eleições do ano de 2008 (TSE, 2016).

História do município

Registros apresentam sendo os índios Tupinambás os primeiros moradores da região. Os primeiros registros sobre Pilar do Sul datam de 1690 a 1740, quando uma organização religiosa que pertencia a Igreja São Bento de Sorocaba promovia povoamento nas terras próximas dos rios Pirapora e Sarapuí (NOGUEIRA, 2014).

Segundo Nogueira (2014), Pilar do Sul atualmente localiza-se em uma rota alternativa percorrida no ano de 1732 por tropeiros que procuravam desviar de um pedágio português cobrado em cima do registro de animais instalados em Sorocaba.

Essa rota teria sido a passagem pela serra da Paranapiacaba por tropeiros, caçadores e mineradores que transitavam pela região à procura de metais preciosos. Conta-se que a expressão "pilar a carne", que começou com esses tropeiros nessa região, originou o verbo pilar que deu nome ao local, Pilar do Sul (NOGUEIRA, 2014).

Em 1815 o Tenente Antônio de Almeida Leite adquiriu 3000 alqueires de terras do Coronel Bento Gonçalves de Oliveira. Uma grande área nesta região que era caminho antigo do sertão explorado por caçadores e mineradores oriundos da região de Sorocaba e de Itapetininga. Nessa propriedade iniciou-se uma atividade agrícola e extrativista (NOGUEIRA,2014)

Dos anos 1815-1842 o Tenente trouxe escravos para montar uma fazenda agrícola e, em seguida, em uma gleba dessa propriedade, entre os ribeirões do Pilar e da passagem, construiu uma pequena capela em homenagem ao Bom Jesus do Bonfim, do qual era devoto (NOGUEIRA,2014).

Em 1843 a esposa do Tenente morre e ele faz uma doação ao patrimônio da igreja de um terreno para a Paróquia da Diocese de Sorocaba e outra parte para os escravos que trabalhavam na fazenda. Incentiva famílias de Minas Gerais a virem morar nessa região e vende uma parte das terras para um sobrinho indo morar, até o ano de 1860, onde seria hoje o centro de Pilar do Sul (NOGUEIRA,2014).

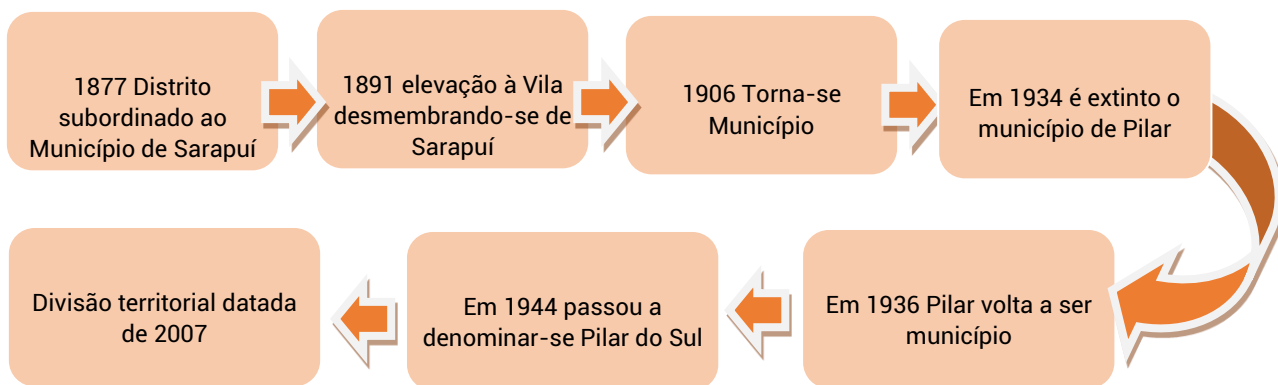
Em 1877, Pilar foi elevado à categoria de Freguesia. O local também ganhou esse nome graças à religiosidade das famílias mineiras que tinham grande devoção a Nossa Senhora do Pilar, uma Santa Espanhola (NOGUEIRA,2014).

Em 12 de maio de 1891, por meio de um decreto, Pilar do Sul se tornou município com o nome de "FREGUESIA de NOSSA SENHORA DO PILAR". No dia 20 do mesmo mês foi instalada ali uma intendência nomeando Euzébio de Moraes Cunha o primeiro prefeito de Pilar (NOGUEIRA, 2014).

O município enfrentou muitas dificuldades para se desenvolver durante o século XX. A chegada de imigrantes italianos por volta de 1934 e de japoneses por volta de 1908 se deu nesta época no município. As precárias estradas e pouco desenvolvimento da agricultura causou a estagnação e resultou na perda de autonomia política, tornando-se então, distrito do município de Piedade, em 1934 (NOGUEIRA, 2014).

No dia 5 de novembro de 1936, Pilar do Sul reconquistou sua autonomia política e voltou a ser município. Em março do ano seguinte, Eugênio Theodoro Sobrinho tomou posse como primeiro prefeito eleito. No mesmo ano, a Câmara de vereadores aprovou uma lei que doava lotes a todos que quisessem construir prédios de qualquer natureza. Em 1944, o município passou a ser chamado de Pilar do Sul (IBGE *apud* Pilar do Sul, 2010).

Esquema 1: Breve histórico da formação administrativa



Fonte: Pilar do Sul (2010).

Atividade econômica predominante

Os japoneses iniciaram o cultivo de tomate, caqui e uva em Pilar do Sul no início do século XX e até o início dos anos 2000 ainda eram os principais representantes da produção agrícola neste município, a diversidade agrícola pilarense se estende de uvas finas de diferentes tipos, "[...] nêspera, ponkan, nectarina, pêssego, maçã, pêra, caqui, maracujá, noz-pecã e ameixa, até tubérculos, hortaliças, cereais, verduras, eucaliptos e pínus" (FÉLIX, 2005, p. 32).

O cultivo de uvas finas destacou-se, de acordo com Félix (2005) como uma das principais rendas do município até os primeiros anos do século XXI com uma produção anual de 28.000 toneladas de frutas que eram exportadas para diferentes países do Mercosul, da América do Norte e da Ásia.

Pilar do Sul ainda conta, de acordo com Félix (2005), com o cultivo do cogumelo, graças ao seu solo fértil e clima agradável com grandes variações de temperatura entre o dia e a noite e as diferentes estações do ano o cogumelo *Agaricus blazei murri* ali produzido mantém um padrão de alta qualidade e nutrientes e, por isso, vem ganhando o território nacional possibilitando mesmo a criação da GAPI (Grupo Agaricus de Pilar).

O município também conta com a diversidade da pecuária através da criação de bois, búfalos, cabras, ovelhas, aves e suínos, entretanto, segundo Félix (2005), o gado bovino leiteiro e de corte se destacam, tanto que existe a Fazenda Querência do Guaçu & Laticínios MammaMia que atendem a população local com leite e seus derivados.

Pilar do Sul apresenta a agropecuária de bovinos, suínos, galináceo e ovinos como atividade econômica predominante, segundo o IBGE (2015), sendo estas acompanhadas pela indústria de mineração, plástico, reciclagem entre outras às quais caracterizam-se como representantes importantes na geração de rendas municipais, segundo dados do IBGE (2014).

A pecuária, assim com a apicultura começavam a dar seus primeiros passos em direção ao seu desenvolvimento no início dos anos 2000, Félix (2005) fez esta observação a partir da constatação do aumento do número de pesqueiros e criadouros no município, bem como com a ampliação da produção de mel e própolis, principalmente a partir das criações de Mitsuru Minami, Teisuke Terao e José Luiz Correa Duarte.

A Associação Comercial e Empresarial de Pilar do Sul (ACE), fundada em 1984, presta serviços e apoio aos seus associados com vistas ao desenvolvimento deste setor no município, o qual, de acordo com Félix (2005) é um dos mais organizados da região.

De acordo com Nogueira (2014), Pilar do Sul também é conhecida como Nascente das águas, visto que, é rodeada de mananciais, matas e belezas naturais exuberantes, protegidas da poluição e próxima a grandes centros urbanos, de fácil acesso contribuindo assim com o fluxo turístico que, caracteriza-se como uma atividade econômica em desenvolvimento no município.

A maior parte das cachoeiras estão localizadas na região sudeste do município, próximas à rodovia que liga Pilar do Sul a Piedade, ali está o símbolo turístico da cidade, a cachoeira Nascente das Águas, bem como, um grande número de pesqueiros que ficam espalhados pelos bairros Pinhal, Turvo e Bom Retiro (FÉLIX, 2005).

A Mata Atlântica está a sudoeste do município em direção a Tapiraí e São Miguel Arcanjo, localidade com vistas exuberantes que servem ao turismo com jipe ou mesmo com o percurso realizado a pé através de trilhas, muito admiradas, segundo Félix (2005) por praticantes de trekking.

Pilar do Sul ainda conta com a Ilha do Pombal, distante a 10 quilômetros do centro da cidade e acessada pela estrada vicinal Benedito Antonio Brizola, o ponto turístico apresenta um rio para a prática de bóia-cross além de outras atrações. O Camping Rugine, caracterizado por Félix (2005) como o ponto turístico mais disputado da localidade oferece oportunidades para pescaria, banho, acampamento e local para churrascos em meio à natureza.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

Pilar do Sul, município criado em 5 de novembro de 1936 iniciou seu processo de municipalização em 1997 através da Lei nº 1.388/1997, durante a gestão do então prefeito Luiz Henrique de Carvalho, os representantes administrativos da educação pilarense compreendem como pontos positivos de se tornarem um ente federado os seguintes aspectos:

[...] gestão mais flexível e transparente; permanência dos profissionais do Estado no próprio município; qualidade de merenda escolar; controle do transporte escolar; repasse de verbas para o município, por número de alunos; conservação dos patrimônios públicos (prédios, móveis, equipamentos e etc); material escolar de boa qualidade para as escolas; concurso público municipal favorecendo os profissionais do município; parcerias com o Estado e MEC em programas de formação continuada; Secretaria de Educação no próprio município, tendo autonomia para realizar trabalhos e eventos na área educativa, de acordo com a sua realidade; entre outro. (PILAR DO SUL, 2015, p. 52).

Atualmente a secretaria de Educação de Pilar do Sul atende na avenida Papa João XXIII, nº 1175 e buscar ampliar a comunicação com a população através dos telefones (15) 3278-9710 e 3278-3648, do seu endereço eletrônico oficial <<https://posuta.com/pt/pilar-do-sul/educacao/secretaria-de-educacao-de-pilar-do-sul/>>, do blog acessado pelo endereço digital <<https://seedpilardosul.wordpress.com/about/>> e do facebook, <<https://www.facebook.com/Secretaria-De-Educa%C3%A7%C3%A3o-De-Pilar-Do-Sul-419708094831379/>>.

O município de Pilar do Sul iniciou seus investimentos na Educação Infantil, de acordo com a Lei Complementar nº 285/2015, no ano de 1985 com a abertura de uma sala que atendia 30 crianças na EEPG "Profa. Maria de Lourdes Oliveira Iha", porém, apenas em 1989 foi criado o primeiro PEMPS (Pré-Escola Municipal de Pilar do Sul), denominação alterada pela Lei nº 2264/2007, que passou a chamar tais estabelecimentos de EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil) e, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, no ano de 2010, Pilar do Sul ainda apresentava um índice de 50% de suas crianças entre 0 e 5 anos de idade fora dos bancos escolares.

O Ensino Fundamental não possui uma data de início bem delimitada na história de Pilar do Sul, entretanto, sabe-se, de acordo com a Lei Complementar nº 285/2015, que desde 1912 já eram representativas da história educacional pilarense as "Escolas Isoladas", salas de aulas que funcionavam em diferentes localidades, mesmo em casas particulares de algumas famílias, sendo que em 15 de abril de 1922 essas escolas foram agrupadas e passaram a denominar-se Escolas Reunidas de Pilar do Sul.

Ainda de acordo com a Lei Complementar nº 285/2015, as Escolas Reunidas passaram a denominar-se em 1934 de Grupo Escolar de Pilar, o qual transformou-se em 1976 em Escola Estadual de Primeiro Grau Padre Anchieta, atendendo neste momento salas de 1ª a 8ª séries do Ensino Fundamental. Em 1998 a escola recebeu o nome que carrega até a atualidade, Escola Estadual Padre Anchieta (PILAR DO SUL, 2015).

Segundo a Lei Complementar nº 285/2015, a EMEFTI "Dr. Narcizo José, criada em 24/01/2000 e instalada em 01/02/2000, iniciou seus trabalhos atendendo alunos da educação infantil e do ensino fundamental e apenas em 2007, através da Lei nº 2313/2007 de 07 de dezembro de 2007 iniciou seus trabalhos como Escola de Ensino Fundamental em Tempo Integral (PILAR DO SUL, 2015).

Como apresenta o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, em 2010, Pilar do Sul, mesmo após a implantação da Lei nº 11.274/2006 que inaugurava a obrigatoriedade do Ensino Fundamental a partir dos 6 anos de idade, ainda apresentava um percentual de 6,20% de seus educandos entre 6 e 14 anos de idade excluídos desta modalidade de ensino (BRASIL, 2010).

Além da Educação Infantil e do Ensino Fundamental parcial e integral, o município de Pilar do Sul também atende a modalidade de Educação Especial, a qual iniciou seus trabalhos em 23 de fevereiro de 1988, com a criação na EEPG "Padre Anchieta" de uma sala de educação especial para o atendimento de indivíduos com deficiência intelectual (PILAR DO SUL, 2015).

De acordo com a Lei Complementar nº 285/2015, em 04 de outubro de 1992, homologou-se na Diretoria de Ensino de Votorantim uma Escola Especial para Pilar do Sul denominada de Centro Educacional e de Reabilitação "Profa. Edna Aparecida Ferreira", que a partir dos anos 2000 passou a atender indivíduos portadores de deficiências: auditiva, visual, intelectual, física e múltiplas (PILAR DO SUL, 2015).

Já o Ensino Médio foi instituído em Pilar do Sul no dia 02 de março de 1959 no prédio do Grupo Escolar Padre Anchieta até que a construção do prédio próprio para esta etapa de ensino fosse concluída e inaugurada em 1961. Em 1970, de acordo com a Lei Complementar nº 285/2015, foi instalado o colegial e esta unidade escolar passou a ser chamada de Escola Normal e Ginásio Estadual de Pilar do Sul e, em 1976 foi renomeada como Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus "Vereador Odilon Batista Jordão" (PILAR DO SUL, 2015).

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, mesmo após a extensão da obrigatoriedade do ensino através da Emenda Constitucional nº 59/2009, a qual amplia a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos, Pilar do Sul, apresentava em 2010 um percentual de 10,71% de indivíduos entre 15 e 24 anos que não estavam nem estudando, nem trabalhando, portanto encontravam-se vulneráveis socialmente (BRASIL, 2010).

Dados estatísticos da educação do município

Segundo dados do IBGE (2015), Pilar do Sul possuía naquele ano um total de 5745 alunos matriculados na Educação Básica, dos quais, 2692, aproximadamente 46,9% pertenciam à rede municipal, 2763, ou seja, cerca de 48,1% eram alunos da rede estadual e um percentual aproximado de 5%, isto é, 290 crianças e jovens encontravam-se matriculados na rede particular de ensino. Observe na Tabela 2 os dados referentes ao número de matrículas de cada etapa deste nível de ensino e as respectivas redes que os acolhiam:

Tabela 2. Matrículas: Pilar do Sul (2015)

Órgão responsável	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Município	713	1979	0
Estado	0	1617	1146
Rede Privada	40	183	67
Total	753	3779	1213

Fonte: IBGE (2015)

Em relação aos docentes, o IBGE (2015) apontava para um número total de 405 profissionais no atendimento destes 5745 alunos matriculados na Educação Básica em seus três níveis, quais sejam, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Em relação a estes profissionais e seus respectivos órgãos empregadores observa-se que 69 eram pagos pela rede particular de ensino e o restante dos

docentes, dividiam-se igualmente num total de 168 funcionários da prefeitura e da rede estadual. Observe na tabela 3 como ficam estes docentes distribuídos nos diferentes níveis e órgão empregadores:

Tabela 3. Docentes: Pilar do Sul (2015)

Órgão empregador	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Município	35	133	0
Estado	0	87	81
Rede Privada	7	38	24
Total	42	258	105

Fonte: IBGE (2015)

Ainda de acordo com o IBGE (2015) estes 5745 educandos matriculados, bem como seus 405 docentes estavam distribuídos em 25 escolas, das quais 11 pertenciam à prefeitura, 8 à rede estadual e 6 à privada, totalizando respectivamente nos seguintes percentuais: 44%, 32% e 24% de escolas sendo financiadas e administradas pelo município de Pilar do Sul, pelo estado de São Paulo ou ainda pelo empreendimento privado, conforme a Tabela 4.

Tabela 4. Escolas: Pilar do Sul (2015)

Entidade responsável	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Município	5	6	0
Estado	0	4	4
Rede Privada	2	2	2
Total	7	12	6

Fonte: IBGE (2015)

Observa-se através das tabelas que o município de Pilar do Sul não atendia em 2015 os educandos do Ensino Médio, assim como o Estado não se responsabilizava pela Educação Infantil deste município, ou seja, ambos os entes federados estavam dando prioridade ao atendimento educacional do nível de ensino que lhe foi incumbido legalmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. Tanto que nesta pode-se ler em seus artigos 10º e 11º:

Art.10. Os Estados incumbir-se-ão de:

VI. assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade o ensino médio.

Art. 11. Os municípios incumbir-se-ão de:

V – oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 2005, p. 11).

O debruçar tanto do Estado em relação ao atendimento dos educandos do Ensino Fundamental e Médio de Pilar do Sul, assim como do município sobre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, muito possivelmente, esteja relacionado com os dados alarmantes apresentados pelo IBGE (2010) que deflagrava um total de 22.495 habitantes com 10 anos ou mais dos quais, apenas 4.837 estavam frequentando a escola, enquanto o restante destes indivíduos, ou seja 17.659, estava fora dos bancos escolares. O nível de instrução destes sujeitos estava assim distribuído, conforme a Tabela 5:

Tabela 5. Nível de Instrução de indivíduos com 10 anos ou mais: Pilar do Sul (2010):

Nível de instrução pessoas com 10 anos ou mais	Número de pessoas
Sem instrução e Fundamental incompleto	13375
Fundamental completo e Médio incompleto	4170
Médio completo e Superior incompleto	3589
Superior completo	1197
Não determinado	163

Fonte: IBGE (2010)

Assim, ainda que se considerasse que estes 17.659 indivíduos que se encontravam em 2010 fora da escola já tivessem ultrapassado a idade regular para frequentarem o Ensino Fundamental, ou seja, já tivessem mais de 14 anos, poder-se-ia concluir que o município de Pilar do Sul em parceria com o estado de São Paulo e a União tem atendido de maneira deficitária os educandos em idade escolar, haja visto que em nossa legislação nacional pode-se ler:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; [...]
(BRASIL, 2005, p. 8).

Se em Pilar do Sul de um total de 22.495 indivíduos com 10 anos ou mais apenas 4.837 frequentavam a escola em 2010, o que corresponde a 21,5% enquanto 17.659 habitantes, ou seja, 78,5% encontravam-se distantes dos bancos escolares e destes, apenas 4.170 possuíam Ensino Fundamental completo, conclui-se que, 13.489 estudantes que deveriam ter tido o direito constitucional ao Ensino Fundamental garantido, não o tiveram, ou o tiveram de maneira incipiente e deficitária.

Nossas suspeitas são corroboradas pelos dados apresentados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010) que apresenta um afunilamento na formação educacional dos estudantes de Pilar do Sul, uma vez que de 92,59% de crianças que ingressam na Educação Infantil, apenas 38,83% concluem o Ensino Médio até os 20 anos de idade. Observe os dados na Tabela 6:

Tabela 6. Educandos atendidos segundo faixa etária e etapa de ensino

Idade	Etapa de Ensino	Percentual atendido
5 a 6 anos	Educação Infantil	92,59%
11 a 13 anos	Ensino Fundamental	84,53%
15 a 17 anos	Ensino Fundamental completo	65,21%
18 a 20 anos	Ensino Médio completo	38,83%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010)

Pilar do Sul não foge à regra imposta pela realidade brasileira a qual mantém grande parte dos jovens distantes da conclusão da Educação Básica que, apesar de ter sido declarada obrigatória e gratuita através da Emenda Constitucional n. 59/2009 aos indivíduos de 4 a 17 anos de idade, ainda não se constituiu em realidade nacional, afinal:

[...] as metas referentes à oferta e atendimento do ensino médio previstas no PNE 2001-2011 não só não foram alcançadas, como também estamos razoavelmente distantes da universalização, com qualidade, da oferta e do atendimento desse nível de ensino, o que se constitui em um imenso desafio a ser ainda enfrentado (BRANDÃO, 2011, p. 199-200).

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), naquele ano, Pilar do Sul atendia 89,50% dos indivíduos de 6 a 17 anos na Educação Básica regular com uma distorção de idade série de até dois anos, apesar deste percentual de total ausência de atendimento educacional à 10,5% de sua população, segundo a Lei Complementar n. 285/2015 que aprova o Plano Municipal de Pilar do Sul a universalização do ensino naquele município é quase uma realidade à população em idade escolar.

Tal afirmação feita pela Lei Complementar de 2015 há que ser refletida mediante os índices impressos pelo Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo (2010), o qual apontava para uma taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de Pilar do Sul de 7,34%, sendo que da população entre 18 e 24 anos, o percentual de indivíduos com pelo menos o Ensino Médio completo era de 41,49% (PILAR DO SUL, 2015).

Na Lei Complementar n. 285/2015 consta que dentre os 207 docentes da rede municipal que atendem as salas de Ensino Fundamental I, todos possuem curso de graduação, 197 dispõe ainda de cursos de pós-graduação *latu-sensu*, 1 é mestre e 1 é doutor. Em se tratando dos professores do Ensino Fundamental II, a Lei acima citada refere-se a 14 docentes com graduação específica para a área do saber em que atuam (PILAR DO SUL, 2015).

De acordo com a Lei Complementar n. 285/2015, o município de Pilar do Sul, além de escolas de Educação Básica, atende ainda as modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Tecnológica e Formação Profissional, assim, em 2015 Pilar do Sul possuía, conforme a Tabela 7:

Tabela 7. Modalidades EJA e Educação Tecnológica e formação profissional

Modalidade de Ensino	Etapa de Ensino	Ente federado responsável	Nº salas
EJA	Ensino Fundamental Anos Iniciais	Município	31
EJA	Ensino Fundamental Anos Finais	Estado	30
EJA	Ensino Médio	Estado	26
Administração	Superior	Município Secretaria de Educação do estado de São Paulo Centro Paula Souza CEETEPS ETEC	01
Informática e Oficinas	Cursos Básicos	Secretaria de Desenvolvimento e Integração Social	Não determinado

Fonte: Pilar do Sul (2015)

Concernente à modalidade de Educação Especial a Lei Complementar n. 285/2015, cita o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que atende prioritariamente indivíduos em idade escolar de 0 a 17 anos no contraturno da rede regular de ensino e o Atendimento Especial Exclusivo (EEE), aqueles que não possuem condições mínimas de inclusão e permanência na rede regular.

Pessoas com idades superiores aos 17 anos são encaminhadas aos Serviços Públicos Municipais de Saúde e Social a fim de que sejam incluídas nos programas de CREAS, CRAS, CAPS e APAE. Assim, de acordo com a Lei Complementar n. 285/2015, a Escola Municipal de Ensino Especial "Professora Edna Aparecida Ferreira", atendia naquele ano 68 educandos cadastrados na rede municipal de Pilar do Sul.

Ainda que se faça várias críticas¹ e que se tenha várias ressalvas em relação aos coeficientes de educação obtidos através das Avaliações em larga escala, às quais preocupam-se com o produto final e não com o processo ensino-aprendizagem, por ser um índice de ampla divulgação nacional a serviço como nos indaga Azevedo (2011) de uma gestão gerenciada, expor-se-á aqui o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) do município de Pilar do Sul, 6,5 para os anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º anos) e 5,4 para os anos finais do Ensino Fundamental (9º ano).

O IDEB, de acordo com Melo e Lima (2016), é um indicador nacional obtido através de uma equação entre a nota dos educandos dos anos finais dos ciclos do Ensino Fundamental, 5º e 9º anos na Prova Brasil, a qual avalia apenas conhecimentos concernentes às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e o fluxo escolar (taxas de aprovação).

De acordo com dados do QEDu (2015), a rede pública brasileira alcançou em 2015 nos anos iniciais o IDEB de 5,3 e o estado de São Paulo teve um IDEB de 6,2, enquanto o município de Pilar do Sul ficou com 6,5; acima tanto do nível nacional quanto do estado de São Paulo.

¹MELO, E.P.C.B.N.de; LIMA, P.G. O estado brasileiro e as políticas de avaliação da educação. *Laplage em Revista* (Sorocaba), vol.2, n.2, mai.-ago. 2016, p. 111-128.

Já em relação aos anos finais, o IDEB do Brasil em 2015 alcançou 4,2; o estado de São Paulo ficou com 4,7 e o município de Pilar do Sul com 5,4. Os dados apontam para um índice municipal superior aos estadual e federal. Veja os dados completos nas Tabela 8 e 9:

Tabela 8. Anos iniciais do Ensino Fundamental:

	Aprendizado	Fluxo	IDEB
Brasil	5,74	0,92	5,3
São Paulo	6,38	0,97	6,2
Pilar do Sul	6,75	0,96	6,5

Fonte: Pilar do Sul (2015)

Tabela 9. Anos Finais do Ensino Fundamental:

	Aprendizado	Fluxo	IDEB
Brasil	4,97	0,84	4,2
São Paulo	5,06	0,93	4,7
Pilar do Sul	5,54	0,97	5,4

Fonte: Pilar do Sul (2015)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito desde a introdução da presente pesquisa, esta configura-se como um trabalho de espectro mais amplo, o qual pretende analisar as iniciativas de nove municípios da Sub-região 3 de Sorocaba, a partir de seus respectivos Conselhos Municipais de Educação quanto ao planejamento e implementação da qualidade socialmente referenciada entre devolutivas exitosas e contextos adversos, portanto, as considerações que aqui se fará são parciais, tanto por se tratar de apenas um dentre os municípios selecionados, no caso, Pilar do Sul, quanto por representar a primeira parte da citada pesquisa, configurando-se como a contextualização política, econômica, histórica e educacional deste município.

Observou-se que Pilar do Sul fundado no ano de 1877 e emancipado no ano de 1936 passou por muitas dificuldades em seu percurso histórico em prol de sua emancipação política, assim como apresenta até a atualidade uma extensa área territorial, se comparada as demais pertencentes aos municípios da Sub-região 3 de Sorocaba, porém, que em se tratando de densidade demográfica, taxa geométrica de crescimento anual e produto interno bruto não se configura como uma das mais representativas da região.

Seu desenvolvimento econômico permanece pautado na agropecuária de bovinos, suínos, galináceo e ovinos, acompanhado pela indústria de mineração, plástico e reciclagem, observando-se que, apesar de possuir um grande potencial turístico devido à riqueza tanto das matas quanto dos rios, este ainda é pouco explorado pelos administradores municipais.

No campo educacional, Pilar do Sul ainda não conseguiu atender a totalidade de sua população na Educação Básica, que desde a Emenda Constitucional nº 59/2009 é obrigatória e gratuita a indivíduos entre 4 e 17 anos de idade, mantendo seu atendimento em 92,59% na Educação Infantil e baixando este percentual para 65,21% de municípios que concluem o Ensino Fundamental, com um percentual assustador de apenas 38,83% de cidadãos que concluem o Ensino Médio.

Justamente a fim de se compreender este atendimento deficitário e quais ações efetivas o governo municipal tem realizado para melhorar o quadro é que se dará continuidade a esta pesquisa de maneira a analisar o Plano Municipal de Educação do município de Pilar do Sul com vistas a averiguar não apenas seu documental, bem como, sua efetiva aplicação e resultados no município.

REFERÊNCIA

AZEVEDO, J. M.L. de. Notas sobre a análise da gestão da educação e da qualidade do ensino no contexto das políticas educativas. *RBP*AE – v.27, n.3, p.361-588, set./dez. 2011. Disponível em <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/26412/15404>> Acesso em 16 jul. 2017.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. O Ensino Médio no contexto do Plano Nacional de Educação: o que ainda precisa ser feito. *Cad. Cedes, Campinas*, vol. 31, n. 84, p. 195-208, maio-ago. 2011. Disponível em <http://200.145.6.238/bitstream/handle/11449/6541/S0101-32622011000200003.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 01 jul. 2017.

BRASIL IBGE: *Histórico de Pilar do Sul*, 2010. Disponível em: <
<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/sp/pilar-do-sul/historico>> Acessado dia 03 de jul. de 2017.

BRASIL IBGE: *Panorama de Pilar do Sul*, 2017. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/sp/pilar-do-sul/panorama> Acessado dia 28 de jun. de 2017.

BRASIL IBGE: *Produto Interno Bruto de Pilar do Sul*, 2014. Disponível em: <
<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/sp/pilar-do-sul/pesquisa/38/46996?detalhes=true>> Acessado dia 03 de jul. de 2017.

BRASIL. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Educação Crianças e Jovens, 2010. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/pilar-do-sul_sp. Acesso em: 01 jul. 2017.

BRASIL. IBGE. Censo: *Amostra – Educação em Pilar do Sul, 2010*. Disponível em: <
<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/sp/pilar-do-sul/pesquisa/23/22469?detalhes=true&localidade1=355030>> Acesso em: 29 jun.2017.

BRASIL. IBGE. *Ensino em Pilar do Sul– matrículas, docentes e rede escolar, 2015*. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/sp/pilar-do-sul/pesquisa/13/5902?detalhes=true>. Acesso em: 29 jun. 2017.

BRASIL. INEP. *IDEB*. Disponível em:
<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=11654984>. Acesso em 15 jul. 2017.

BRASIL. *QEDu*, 2015. Disponível em: < <http://www.qedu.org.br/estado/125-sao-paulo/ideb>> Acesso em 02 jul. 2017.

BRASIL. *QEDu*, 2015. Disponível em: http://www.qedu.org.br/brasil/ideb?gclid=CjwKEAjws-LKBRDck9v6_cnBgjISJAADkzXeh5FgiA6VIHQezmGiZpNwWuErkCILJW_2dwCstegZLxoCsADw_wcB
Acesso em: 02 jul. 2017.

BRASIL. *QEDu*, 2015. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/cidade/2010-pilar-do-sul/ideb> Acesso em 02 jul. 2017.

BRASIL. *QEDu*, 2015. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/cidade/2010-pilar-do-sul/ideb?dependence=5&grade=2&edition=2015>. Acesso em 02 jul. 2017.

BRASIL. *QEDu*, 2015. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/estado/125-sao-paulo/ideb>. Acesso em 02 jul. 2017.

BRASIL. *QEDu*, 2015. Disponível em:< <http://www.qedu.org.br/brasil/ideb>> Acesso em 02 jul. 2017.

BRASIL.MEC. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96*. Disponível em:
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2017.

EMPLASA. *Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano*. Disponível em:<
<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMS>> Acesso em:15 jul. 2017.

MELO, E. P. C. B. N. de M; LIMA, P. G. O estado brasileiro e as políticas de avaliação da educação. *Laplage em Revista* (Sorocaba), vol.2, n.2, mai.-ago. 2016.

NOGUEIRA, J.L. *Genealogia de uma cidade*. Vol.IV, Gráfica Regional, Itapetininga-SP, 2014. Disponível em: < https://issuu.com/silveirafh/docs/livro_genealogia_de_uma_cidade_-_pi> Acessado dia 28 de jun. de 2017.

PILAR DO SUL. *Endereços e telefones das secretarias – Prefeitura Municipal de Pilar do Sul*. Disponível em: < <http://www.pilardosul.sp.gov.br/> > Acesso em 02 jul. 2017.

PILAR DO SUL. *Lei Complementar nº 285/2015 de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação e dá outras providências*. Disponível em: < <http://www.pilardosul.sp.gov.br/> > Acesso em 02 jul. 2017.

PDUÍ. *Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado Região Metropolitana de Sorocaba* (2016). Disponível em: https://www.pdui.sp.gov.br/sorocaba/?page_id=56. Acessado em 03 de jul. de 2017.

TSE. Repositório de dados eleitorais, 2016. Disponível em: www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais. Acessado em 14 de jul. 2017.

Recebido em: 10.10.2017
Aprovado em 10.12.2017

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIEDADE/SP: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E ESTRUTURA EDUCACIONAL

The municipal council of education of Piedade/SP: characterization of the municipality and educational structure

Jurany Leite Rueda –USP/São Paulo*
Jociane Marthendal Oliveira Santos – UFSCar/Sorocaba**

Resumo: O presente artigo apresenta informações do município de Piedade relativas à sua história, política economia e questões educacionais. A pesquisa é um recorte de um estudo maior a respeito dos Conselhos Municipais de Educação da Sub-região 3 da Região Metropolitana de Sorocaba. A formulação do estudo é baseada na pesquisa qualitativa fundamentada em pesquisas bibliográficas e documentais. Abordar-se-á neste recorte a trajetória histórica do município de Piedade, assim como a de seu sistema municipal de educação com dados estatísticos e históricos.

Palavras-chave: Educação. Piedade/SP. Conselho Municipal de Educação.

Abstract: This article presents information about the municipality of Piedade concerning its history, politics, economics and educational issues. The research is a cut of a larger study regarding the Municipal Councils of Education of the Sub-region 3 of the Metropolitan Region of Sorocaba. The formulation of the study is based on qualitative research based on bibliographical and documentary research. The historical trajectory of the municipality of Piedade, as well as that of its municipal education system with statistical and historical data, will be addressed in this clipping.

Keywords: Education. Piedade/SP. Municipal Council of Education.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é o recorte de uma pesquisa maior em andamento: "Conselhos Municipais de Educação da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS): a qualidade socialmente referenciada entre iniciativas exitosas e contextos adversos". O parâmetro de análise é a qualidade do atendimento educacional da população e a implantação de uma gestão democrática da educação que proporcionaria a construção de uma sociedade mais participativa.

A pesquisa se dividirá em duas partes: na primeira, caracterizar-se-á o município de Piedade quanto à sua territorialidade, índice habitacional, econômico, social e educacional. Apresentar-se-á os primórdios do município de sua fundação até os dias atuais. E na segunda parte se apresentará entrevistas e resultados coletados em campo em relação ao funcionamento e a questões sobre o Conselho Municipal de Piedade que não serão abordados neste momento. Este texto desdobrará a apresentação da primeira parte proposta.

PIEDADE: CONTEXTO E IMPORTÂNCIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA

Piedade é um município pertencente à Região Metropolitana de Sorocaba (RMS), da sub-região 3, da qual fazem parte os seguintes municípios: Araçoiaba da Serra, Iperó, Pilar do Sul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, Sorocaba, Tapiraí e Votorantim. Segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Sorocaba (2016), foi a partir da Lei Complementar Estadual nº 1.241 de 8

*Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), membro do GEPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação da UFSCar-Sorocaba/SP. E-mail jurany.rueda@outlook.com.

**Mestranda em Educação pela UFSCar campus Sorocaba/SP, membro do GEPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação. E-mail: jmarthendal@yahoo.com.br.

de maio de 2014 que o município de Piedade se tornou parte da região metropolitana de Sorocaba (SÃO PAULO, 2014).

O município localiza-se ao sudeste do estado de São Paulo e faz limites com os seguintes municípios: Votorantim ao norte, Tapiraí ao sul, Ibiúna ao leste e Pilar do Sul ao oeste (IBGE, 2010). Os dados do município podem ser analisados como apresentado no quadro comparativo abaixo:

Quadro 1: Comparativo entre os municípios da RMS

Município	Área (Km ²)	População 2017	Densidade demográfica 2017 hab./km ²	TGCA 2010/2017 (%)	PIB 2014 Mil reais	Distância até São Paulo
Araçoiaba da Serra	255,33	32.495	127,27	2,52	508.944	122
Iperó	170,29	34.913	205,02	3,05	438.542	126
Piedade	746,87	55.092	73,76	0,79	1.129.675	99
Pilar do Sul	681,12	28.718	42,16	1,21	449.225	150
Salto de Pirapora	280,70	44.397	158,17	1,45	1.383.574	124
São Miguel Arcanjo	930,34	32.910	35,37	0,65	556.845	184
Sorocaba	450,38	659.871	1.465,14	1,70	32.662.452	99
Tapiraí	755,10	7.973	10,56	-0,07	144.494	135
Votorantim	183,52	119.898	653,33	1,40	4.708.770	105

Fonte: EMPLASA (2017)

Segundo o Quadro 1, percebe-se que dentre os demais municípios da RMS sua territorialidade é a terceira maior em extensão com 746,87 km²; é o terceiro em maior número de habitantes com 55.092, porém o quinto município no fator de densidade demográfica, revelando que existe pouca concentração de habitantes por ser predominantemente rural.

Conforme Moreni e Andrade (2002), Piedade possui a maior concentração de área e população em ambiente rural, cerca de 60%. A Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA) aponta a sétima posição do município se comparado aos demais municípios da sub-região 3 da RMS.

Segundo o quadro apresentado com dados obtidos da Emplasa (2017), o Produto Interno Bruto (PIB) deste município está na quarta posição dentre os nove municípios apresentando um PIB de R\$ 1.129,675. O município de Piedade fica a 99 km de distância da capital. Em comparação com os demais municípios da sub-região 3 da RMS, Piedade apresenta-se com destaque mediano em relação ao PIB, área territorial e população.

Segundo informações obtidas no site do IBGE (2010), em 2015 Piedade apresentava 83,8% do seu orçamento proveniente de fontes externas. No mesmo ano, o salário médio mensal era de 2,3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 15,9%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 34,8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 147 de 645, dentre as cidades do estado, e na posição 3.609 de 5.570, dentre as cidades do Brasil.

A administração atual é composta pelos partidos Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Democratas (DEM), sendo o prefeito o senhor José Tadeu de Resende (PSDB) e seu vice, o senhor Álvaro Francisco Figueiredo Júnior (DEM). Anteriormente, na gestão 2012 a 2016, a prefeita Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva (PSDB) e o vice-prefeito Renaldo Corrêa da Silva (PV) administravam a cidade (JORNAL DO MUNICÍPIO DE PIEDADE, 2012 e 2017).

História do município

Os registros dos primórdios de Piedade revelam que as terras do município permaneceram inexploradas até 1750. Sorocaba já era considerada vila desde 1661 devido ao seu povoamento e desenvolvimento. Piedade e outros municípios foram surgindo acompanhando esse desenvolvimento de Sorocaba. As passagens entre uma vila e outra também foram abrindo municípios nessa região (MORENI e ANDRADE, 2002).

Conforme a obra de Moreni e Andrade (2002), o primeiro lugar de parada dos povoadores foi Jurupará, lotes doados ao senhor José Vieira Nunes para distribuição a quem quisesse cultivar e povoar essa região. Outro local foi às margens do rio Pirapora sob a liderança de Antônio de Sousa Pereira. A partir de 1780 outras pessoas receberam lotes com o mesmo objetivo. As passagens, idas e vindas de Sorocaba, fizeram de Piedade um local favorável para pouso e pastagens dos animais tropeiros. Assim essas paradas deram origem a dois povoados: hoje seriam a Praça Coronel João Rosa e o bairro Paula e Mendes, aparecendo em 1779 nos documentos oficiais e constando como os primórdios do município de Piedade.

A origem do nome da cidade está ligada à imagem de Nossa Senhora da Piedade. A imagem foi encontrada por Vicente Garcia, um possível fundador, nas suas terras pelos anos de 1840. Para abrigarem a imagem da santa ergueu-se então a capela em seu louvor. A construção do pequeno santuário foi feita a partir de donativos arrecadados por Vicente Garcia com os primeiros moradores do povoado. No dia 3 de março 1847, através da Lei nº 16, o povoado foi elevado a freguesia e, dez anos depois, no dia 24 de março de 1857, a partir da lei provincial nº 8, passou a ser vila elegendo seus próprios vereadores no dia 22 de setembro de 1857 (MORENI e ANDRADE, 2002).

Segundo os autores Moreni e Andrade (2002), no dia 18 de novembro de 1887 a Câmara de Piedade se reúne devido à Proclamação da República no dia 15 de novembro e conclamam a adesão ao regime republicano. Em 1892 Piedade torna-se comarca, compreendendo os municípios de Pilar do Sul e Tapiraí.

Naquela época, a vila era considerada município, porém ainda dependia de Sorocaba por pertencer a esse distrito. Em 1906, pela lei estadual nº 1038, Piedade é constituída do distrito sede e elevada à condição de cidade com a denominação de Piedade. Porém seu desenvolvimento dependeu da comunicação com Sorocaba até 1907 mediante tropas de burros, o que limitava sua economia. Após a abertura de uma estrada melhor, as condições de transporte facilitaram o escoamento de seus produtos refletindo assim na economia e desenvolvimento de Piedade (PIEADADE, 2015).

Segundo informações do site oficial da Prefeitura Municipal de Piedade (2015), em 21 de maio de 1934, pelo decreto nº 6448, é extinto o município de Pilar, sendo seu território anexado ao município de Piedade, como simples distrito. Mas somente pela lei estadual nº 2695, de 5 de novembro de 1936, desmembra-se do município de Piedade o distrito de Pilar do Sul. Em 30 de novembro de 1938, pelo decreto-lei estadual nº 9775, é criado o distrito de Santa Catarina e anexado ao município de Piedade. No período de 1939-1943, o município é constituído de dois distritos: Piedade e Santa Catarina. Pelo decreto-lei estadual nº 14334, de 30 de novembro de 1944, o distrito de Santa Catarina passou a denominar-se Tapiraí.

Em 1950 a divisão territorial do município é constituída de dois distritos: Piedade e Tapiraí (ex-Santa Catarina). E em 18 de fevereiro de 1959, pela lei estadual nº 5.285, desmembra-se do município de Piedade o distrito de Tapiraí. Desde 1960, Piedade permanece na categoria de município e distrito sede. Mas sua divisão territorial é datada de 2009 alterando a toponímica distrital Nossa Senhora da Piedade para Piedade, pela lei provincial nº 8, de 03 março de 1857 (PIEADADE, 2015).

Atividade econômica predominante

A base econômica de Piedade é a agricultura. Em pesquisa a dados do IBGE (2010), a significativa representação das vendas do agronegócio gera a força econômica predominante no município.

As principais produções agrícolas de cereais, leguminosas e oleaginosas são o algodão, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticales (IBGE, 2007).

As produções da lavoura em Piedade se caracterizam como permanentes, cultivadas ano após ano como colheitas fixas e temporárias, que são cultivos em determinados meses a cada ano ou esporádicos (IBGE, 2016).

Em Piedade são cultivados temporariamente morango, alcachofra, caqui, cenoura, cebola, abóbora, batata-doce, beterraba, mandioquinha, vagem, batatinha, acelga, brócolis, repolho, salsa, chuchu,

inhame, pepino, pimentão, rabanete, jiló, couve-flor, berinjela, alface, almeirão, couve e escarola (PIEADA, 2015).

O município ainda possui produtores de pós-larvas de camarão da Malásia, champignon, a proliferação de haras, apiários, estações experimentais e pecuária. Conforme informações no site oficial da prefeitura, a economia do município é representada pela indústria (10%), comércio (20%), agricultura (60%), prestação de serviços (1,5%), cooperativas (2%) e outros (6,5%) (PIEADA, 2015).

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

A educação no município de Piedade está relacionada à iniciativa da composição de uma sala de aula, em 1853, contendo 36 alunos, assumida pelo professor João Rodrigues da Silva Passos, imigrante português, que começou a tarefa de alfabetização no município (MORENI e ANDRADE, 2002).

De acordo com Leite Netto (2011), nessa época as escolas mais próximas do município – denominado na aquele período de Freguesia da N. S. da Piedade – se encontravam em Sorocaba e as crianças praticamente não tinham a oportunidade de ser alfabetizadas. Foi a partir de 1853 que essa realidade começou a ser modificada, sendo criada, pela lei nº 3 de março de 1853, a cadeira de primeiras letras do sexo masculino.

O autor destaca que a leitura e escrita nesse contexto eram tidas como um privilégio, e grupos como mulheres, escravos, pardos e os trabalhadores em geral eram analfabetos. Porém, conforme Moreni e Andrade (2002), em 1857, a professora Maria do Carmo Maciel começou o trabalho de alfabetização de 12 meninas.

Com o decorrer dos anos, a realidade da educação em Piedade foi sendo modificada, e para Moreni e Andrade (2002), é comum e relativamente fácil estudar no município atualmente, situação essa bem diferente da segunda metade do século XIX, uma vez que havia dificuldades de transporte, condições precárias das estradas, e a educação era voltada às pessoas ricas.

Em 1872, foi criada a primeira escola rural do município, no bairro do Pirituba, com o professor Francisco Vieira Pinto. E depois outras escolas foram fundadas, tais como: Escola dos Oliveiras, em 1882, tendo como professor Francisco Solano Ferreira Gonçalves; Escola dos Ortizes, em 1887, com o professor José Ribeiro Escobar; entre outras (LEITE NETTO, 2011).

No decorrer dos anos, o município foi passando por modificações inclusive na área da educação, até surgir um Sistema Municipal de Ensino, que foi estabelecido em 2004 pela lei 3526 de 28 de abril, sob a gestão do prefeito Rubens Caetano da Silva. De acordo com a lei em seu artigo 2º, o Sistema de Ensino de Piedade se organizará em:

1. Diretoria de Municipal de Educação
2. Conselho Municipal de Educação
3. Instituições municipais de Educação Infantil: creches, pré-escolas, inclusa a Educação Especial
4. Instituições municipais de Ensino Fundamental: classes de 1ª a 4ª séries (1º ao 5º ano), inclusas a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos
5. Instituições de Educação Infantil da iniciativa privada: creches e pré-escolas
6. Instituições municipais de Educação Profissional: básica e/ou técnica

O Sistema tem como uma de suas incumbências, a partir de 2015, fornecer mecanismos de acompanhamentos para a execução das metas previstas no Plano Municipal de Educação de Piedade de 2015 a 2025, que foi estabelecido pela lei nº 4387 de 23 de junho de 2015. Essa lei apresenta em seu artigo 1º o seguinte objetivo:

[...] articular o Sistema Municipal de Educação, em regime de colaboração, e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades, por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.

No que se refere ao Plano Municipal de Educação, esse está disponível no site da Prefeitura de Piedade¹. O documento disponibilizado em PDF apresenta na parte inicial o estabelecimento da lei com seus respectivos artigos, e em seguida são apresentadas as 20 metas com suas concernentes estratégias. Porém esse documento não traz o contexto educacional do município nem sua constituição.

Cabe frisar que Piedade teve seus avanços no contexto educacional, mas que, assim como a realidade de outros municípios brasileiros, ainda precisa avançar na qualidade do ensino. Dourado e Oliveira (2009, p. 210-211) ressaltam fatores fundamentais que influenciam a busca por uma educação de qualidade. Destaca-se aqui dois deles: "as dimensões, intra e extraescolares, devem ser consideradas de maneira articulada na efetivação de uma política educacional direcionada à garantia de escola de qualidade para todos, em todos os níveis e modalidades" e a constituição de "condições, dimensões e fatores para a oferta de um ensino de qualidade social deve desenvolver-se em sintonia com ações direcionadas à superação da desigualdade socioeconômica-cultural presente nas regiões".

Dados estatísticos da educação do município

O município de Piedade continha em 2015, 10.289 matriculados na Educação Básica, distribuídos na Pré-escola, Ensino Fundamental e Médio. Os alunos dos anos iniciais da rede pública alcançaram nota média de 6.6 no IDEB, e 4.8 os alunos dos anos finais (IBGE, 2015).

Esse contexto revela que, no que tange aos anos iniciais, Piedade superou a meta projetada para o ano de 2015 no município, que era de 6.0. Mas para os anos finais a meta de 5.5 não foi atingida (INEP, 2016). Tais resultados são tidos como ponto para análise do avanço educacional do município, uma vez que, de acordo com Chirinéa e Brandão (2015, p.464), "[...] embora seja um indicador de resultado, e não de qualidade, é a partir [do IDEB] – e da divulgação dos seus resultados – que se mobilizam ações para melhoria da qualidade".

Já para o ano de 2016, os dados sobre a educação no município, conforme o INEP, retrata um total de 11.135 alunos matriculados na Educação Básica – ensino regular, especial e EJA, como pode ser observado na tabela 1:

Tabela 1: Matrículas da Educação Básica – Piedade

Etapa/modalidade de ensino	Matrículas
Educação Infantil	1.938
Ensino Fundamental	6.624
Ensino Médio	2.278
Educação Profissional	400
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	157
Educação Especial	282

Fonte: INEP (2016)

Na modalidade Educação de Jovens e Adultos, tem-se 69 alunos no Ensino Fundamental e 88 no Ensino Médio. Com relação à Educação Especial, 225 alunos estão matriculados em classes comuns e 57 em classes exclusivas. Cabe ressaltar que o total geral de matrículas informado pelo INEP não contempla matrículas de turmas de Atendimento Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE); matrículas do Ensino Regular, Especial e/ou Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de que o mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula. Diante disso, o somatório de matrículas no quadro 1 não é equivalente ao total informado pelo INEP, informação essa fornecida pelo próprio Instituto.

No que diz respeito à taxa de escolarização para pessoas de 6 a 14 anos, o IBGE (2010) destaca que essa taxa em 2010 foi de 95.6%. Conforme o quadro 2, é possível analisar o contexto educacional no que se refere à proporção de crianças e jovens que estão frequentando ou que completaram determinados ciclos:

¹ Disponível em: <http://www.piedade.sp.gov.br>. Acessado em: 12 nov. 2017.

Quadro 2: Fluxo escolar por faixa etária

Situação	Faixa etária	Proporções
Frequentando a Educação Infantil	5 a 6 anos	92,09%
Frequentando os anos finais do Ensino Fundamental	11 a 13 anos	89,93%
Com Ensino Fundamental completo	15 a 17 anos	67,50%
Com Ensino Médio completo	18 a 20 anos	44,76%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010)

Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), 93,47% da população de 6 a 17 anos da cidade de Piedade no ano de 2010 estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Ao analisar essa informação, e traçar um paralelo com a Região Metropolitana de Sorocaba que abarca 26 municípios, a realidade não é muito diferente, uma vez que 91,30% da população de 6 a 17 anos dessa região, no ano de 2010, apresentava a distorção da idade-série de até dois anos.

Para a observação da distribuição de matrículas na rede pública e privada, quantidade de docentes e quantidade de escolas no sistema de ensino, utiliza-se neste texto os dados fornecidos pelo IBGE (2015). Diante disso é possível observar no quadro 3 a distribuição de Historias nas esferas pública e privada, tendo-se um total de 10.289 alunos para o ano de 2015, conforme já mencionado.

Quadro 3: Matrículas nas Esferas pública e privada (2015) – Piedade

Esfera/escola	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Escola pública municipal	1.097	3.288	-
Escola pública estadual	-	2.932	2.175
Escola privada	169	468	160

Fonte: IBGE (2015)

A informação de 2.932 matrículas na etapa do Ensino Fundamental atendidas na rede estadual de acordo com IBGE (2015) confirma o cumprimento do artigo 10 da LDB 9394/96 em que se atribui aos estados garantir o Ensino Fundamental e ofertar com prioridade o Ensino Médio. Essa realidade se reproduz em sete dos nove municípios da sub-região 3 da Região Metropolitana de Sorocaba – que está sendo pesquisada –, com exceção dos municípios de Iperó e Araçoiaba da Serra, que, conforme o IBGE (2015) no ano de 2015, em suas redes estaduais não contemplavam o Ensino Fundamental.

O município de Piedade contava em 2015 com 66 escolas no atendimento ao total de seus alunos, sendo dessas 35 escolas municipais, 22 estaduais e 10 escolas da rede privada, como pode ser analisado no quadro 4:

Quadro 4: Escolas em 2015 – Piedade

Esfera/Escola	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Escola pública municipal	17	18	-
Escola pública estadual	-	10	11
Escola privada	5	3	2

Fonte: IBGE (2015)

Para o atendimento a essa estrutura educacional, o município, conforme o IBGE (2015), contava com 709 docentes, que contemplavam a rede pública e privada. O quadro 5 traz mais detalhes sobre a quantidade de professores por etapas e redes de ensino.

Quadro 5: Docentes em 2015 - Piedade

Esfera/escola	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Escola pública municipal	52	179	-
Escola pública estadual	-	178	192
Escola privada	21	55	32

Fonte: IBGE (2015)

Detalhes sobre a formação docente podem ser encontrados na plataforma do MEC, porém as informações são referentes ao ano de 2010. O quadro 6 apresenta a quantidade de professores, sua formação e a distribuição de acordo com a etapa/modalidade de ensino.

Quadro 6: Formação docente em 2010 – Piedade

Modalidade/ Etapa	Formação docente				
	C/GR	C/EM	C/NM	S/EM	Total
Creche	2	1	-	-	3
Pré-escola	35	2	8	-	45
Anos iniciais do Ensino Fundamental	146	10	39	-	195
Anos finais do Ensino Fundamental	161	9	2	-	172
Ensino Médio	170	8	1	-	179
Educação de Jovens e Adultos – Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4	-	-	-	4
Educação de Jovens e Adultos – Anos Finais do Ensino Fundamental	9	-	1	-	10

*C/GR – com graduação; C/EM – com ensino médio; C/NM – com normal médio; S/EM – sem ensino médio

Fonte: BRASIL (2011)

O município de Piedade, há 10 anos, apresentava no quadro de professores a seguinte realidade no Ensino Fundamental: no ano de 2010, Piedade contava com 195 professores que atendiam os anos iniciais do Ensino Fundamental; desses, 13 eram da rede estadual, e para os anos finais do Ensino Fundamental contava com 172, sendo esses docentes da rede estadual. Em uma análise com o ano de 2015, conforme IBGE (2015), o Ensino Fundamental contava com um total de 357 docentes da rede pública, desses, 179 em atendimento às escolas municipais e 178 às escolas estaduais.

O quadro de professores, a estrutura educacional, assim como o resultado do IDEB, que desde 2007 até 2015 alcançou ou até mesmo superou as metas projetadas para os anos iniciais do Ensino Fundamental, demonstra certo avanço no contexto educacional de Piedade. Apesar disso, o município tem desafios a serem superados, entre eles: o não alcance da meta projetada para os anos finais do Ensino Fundamental desde 2011 até 2015 (INEP, 2016); o atendimento da totalidade da população na Educação Básica – que é obrigatória e gratuita aos indivíduos de 4 a 17 anos de idade (Emenda constitucional n° 59/2009) – que, até o ano de 2010, tinha apenas 44,76% de sua população de 18 a 20 anos de idade com o Ensino Médio completo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta primeira parte da pesquisa se deteve em explicar a constituição e o desenvolvimento do município de Piedade, tendo como viés o contexto e a importância da cidade na sub-região 3 da Região Metropolitana de Sorocaba, a história do município e sua atividade econômica predominante, bem como a história da educação e sua estrutura.

Diante disso, as informações expostas até aqui proporcionam uma visão breve, porém importante, sobre a cidade de Piedade e como esta tem avançado desde sua constituição como município, de maneira mais específica na área da educação, objeto mais amplo desta pesquisa.

Nesse sentido, é importante ressaltar que Piedade tem um Sistema Municipal de Educação desde 2004, o Plano Municipal de Educação a partir de 2015, e em 2013 foi estabelecido o Conselho Municipal de Educação pela lei nº 5749, órgão este que será estudado de forma mais direta na próxima etapa, visando compreender o papel que este exerce no município e suas contribuições na busca pela construção da qualidade da educação (PIEIDADE, 2015).

REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. *Educação Crianças e Jovens*, 2010. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_rm/sorocaba. Acessado em: 13 nov. 2017.

BRASIL, MEC. *Indicadores demográficos e educacionais*, 2011. Disponível em: <http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/3537800>. Acessado em: 15 nov. 2017.

CHIRINÉA, A. M.; BRANDÃO, C. F. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, p. 461-484, abr./jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n87/0104-4036-ensaio-23-87-461.pdf>. Acessado em: 15 nov. 2017.

DOURADO, F. L.; OLIVEIRA, de F. J. A qualidade da Educação: perspectivas e desafios. *Caderno Cedes*, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a04.pdf>. Acessado em: 15 nov. 2017.

IBGE. *Ensino – matrículas, docentes e rede escolar*, 2015. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/piedade/pesquisa/13/5902>. Acessado em: 9 nov. 2017.

IBGE. *Histórico*, 2010. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=353780&search=|infogr%E1ficos:-hist%F3rico>>. Acessado em: 11 out. 2017.

IBGE. *Lavoura temporária*, 2016. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=353780&search=sao-paulo|piedade|infograficos:-informacoes-completas>>. Acessado em: 11 out. 2017.

IBGE. *Panorama*, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/piedade/panorama>. Acessado em: 11 out. 2017.

IBGE. *Panorama*, 2015. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/piedade/panorama>>. Acessado em: 9 nov. 2017.

IBGE. *Produção agrícola municipal- oleaginosas, 2007*. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=353780&idtema=18&search=sao-paulo|piedade|producao-agricola-municipal-cereais-leguminosas-e-oleaginosas-2007>>. Acessado em: 11 out. 2017.

INEP. *Sinopses Estatísticas da Educação Básica*, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acessado em: 13 nov. 2017.

JORNAL MUNICIPAL DE PIEIDADE, 06 de outubro de 2017, número 383, ano XV. Disponível em: https://view.publitas.com/jornalmunicipaldepiedade/jornal_383/page/1. Acessado em: 11 out. 2017.

JORNAL MUNICIPAL DE PIEIDADE, 20 de outubro de 2012, número 361, ano IX. Disponível em: <http://www.piedade.sp.gov.br/portal/jornal>. Acessado em: 11 out. 2017.

LEITE NETTO, A. *História de Piedade II*. Sorocaba: s.ed.,2011.

MORENI, M.; ANDRADE, P. *Geografia e História de Piedade*. Sorocaba, SP: Gráfica e Editora Cidade, 2002.

PDUI. *Plano de Desenvolvimento urbano integrado região metropolitana de Sorocaba*, 2016. Disponível em: <https://www.pdui.sp.gov.br/sorocaba/?page_id=56>. Acessado em: 11 out. 2017.

PIEDADE. *Nossa cidade*, 2015. Disponível em:

<http://www.piedade.sp.gov.br/portal/cidade/11/Piedade>. Acessado em: 11 out. 2017.

PIEDADE. *Plano Municipal de Educação, 2015*. Disponível em:

http://www.piedade.sp.gov.br/publicos/09_lei_4387.pdf>. Acessado em: 12 nov. 2017

SÃO PAULO. EMPLASA. *Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano*, 2017. Disponível em:

<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMS>. Acessado em: 11 out. 2017.

SÃO PAULO. Lei Complementar Estadual nº 1.241 de 8 de maio de 2014 que cria a Região Metropolitana de Sorocaba e dá providências correlatas. Disponível em:

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2014/lei.complementar-1241-08.05.2014.html>. Acessado em: 11 out. 2017.

TSE. *Repositório de dados eleitorais*, 2016. Disponível em:

www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais. Acessado em: 11 out. 2017.

Recebido em: 10.10.2017

Aprovado em 10.12.2017

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL ARCANJO/SP: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E ESTRUTURA EDUCACIONAL

The municipal council of education of São Miguel Arcanjo/SP: characterization of the municipality and educational structure

Silmara Aparecida Lopes –UFSCar/Sorocaba-SEESP*
Etiane Lilian Barbosa Damasceno – UFSCar/Sorocaba**

Resumo: Esta pesquisa de caráter científico propõe-se, de forma introdutória, a investigar analisar o funcionamento do Conselho Municipal de Educação de São Miguel Arcanjo desde sua instalação até os dias atuais. Trata-se de estudo metodologicamente fundamentado na utilização de fontes de dados para análises e interpretações de legislações, documentos e revisão bibliográfica. Foram analisadas 72 (setenta e duas) atas de reuniões do Conselho Municipal de Educação de São Miguel Arcanjo, datadas de setembro de 2002 a abril de 2017. Pelas análises das atas, foi possível perceber que, provavelmente, tais membros ainda não tenham conseguido conquistar o espaço ideal dentro dessa instância de participação popular e que ainda encontram dificuldades para contribuir para uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Palavras-chave: Educação. São Miguel Arcanjo/SP. Conselho Municipal de Educação.

Abstract: This research of scientific character is proposed, in an introductory form, to investigate to analyze the operation of the Municipal Council of Education of San Miguel Arcanjo from its installation until the present day. This study is methodologically based on the use of data sources for analysis and interpretation of legislation, documents and bibliographic review. Seventy-two (72) minutes of meetings of the São Miguel Arcanjo Municipal Council of Education, dated September 2002 to April 2017, were analyzed. From the analysis of the minutes, it was possible to perceive that, possibly, these members have not yet been able to conquer. The ideal space within this instance of popular participation and that still find difficulties to contribute to an education of socially referenced quality.

Keywords: Education. Sorocaba / SP. Municipal Council of Education.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de caráter científico propõe-se, de forma introdutória, a investigar a participação dos membros do Conselho Municipal de Educação de São Miguel Arcanjo desde sua instalação até os dias atuais. Este estudo é um recorte de um projeto maior que buscará investigar os Conselhos Municipais de Educação da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) no que se refere à qualidade socialmente referenciada entre iniciativas exitosas e contextos adversos.

Trata-se de estudo metodologicamente fundamentado na utilização de fontes de dados para análises e interpretações de legislações, documentos e revisão bibliográfica. Tendo como problema condutor analisar o funcionamento do Conselho Municipal de Educação de São Miguel Arcanjo.

São Miguel Arcanjo atingiu, no ano de 2015, um Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB), nos anos iniciais do Ensino Fundamental (4ª série/5º ano), superior a outros municípios da Região Metropolitana de Sorocaba e nos anos de 2009, 2011, 2013 e 2015 ultrapassou as metas projetadas

*Mestra em Educação pela UNISO, membro do GEPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação e supervisora de ensino na rede estadual de ensino de São Paulo. E-mail: silmara.lopes2008@hotmail.com.

**Docente na Rede Municipal de Ensino de Araçoiaba da Serra-SP. E-mail: etianedamas@msn.com.

para esses anos, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2016).

Tem-se como objetivo investigar se o referido Conselho, através da participação de seus membros, tem contribuído ou não para a construção de uma educação de qualidade socialmente referenciada no âmbito municipal.

No entanto, nesta primeira parte desta pesquisa de caráter introdutório, a qual terá continuidade num próximo momento em que membros do Conselho Municipal de Educação de São Miguel Arcanjo responderão a questionários, limitar-nos-emos na primeira seção à caracterização do Município e sua importância para a Região Metropolitana de Sorocaba, na segunda seção apresentaremos uma breve história da Educação Municipal e da criação do Conselho e na terceira apresentaremos alguns aspectos sobre o funcionamento do Conselho Municipal de Educação e sobre a participação de seus membros, através da análise de 72 (setenta e duas) atas de reuniões.

SÃO MIGUEL ARCANJO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA

Povoadores, em meados do século XIX, fixaram-se ao longo da estrada que liga Sorocaba ao Sul do País, organizando novas fazendas voltadas a culturas diversificadas. Ao Sul da cidade de Itapetininga, nessa mesma época, um dos povoadores, o Tenente Urias Emídio Nogueira de Barros com alguns amigos e parentes concentraram-se numa grande área, formando o antigo bairro Fazenda Velha. Para homenagear o falecido marido Miguel dos Santos Terra, a filha do Tenente Urias doou à igreja terras para a construção de uma Capela, invocando São Miguel Arcanjo, dando origem ao nome do povoado que se formou em torno dessa pequena Capela. O Distrito de São Miguel Arcanjo foi criado em 12-05-1877 e, em 01-04-1889, foi desmembrado de Itapetininga. Em 19-12-1908 foi elevado à condição de cidade. Comemora-se o aniversário da cidade no dia 1º de abril. (SÃO MIGUEL ARCANJO, 2017c).

O desenvolvimento socioeconômico iniciou-se com o cultivo do algodão na década de 1920 e, segundo alguns historiadores, essa foi a época mais rica do município. Na época da II Guerra Mundial, a Inglaterra, que era o principal consumidor de algodão de São Miguel, deixou de adquiri-lo e os inúmeros proprietários abandonaram o seu cultivo, passando a explorar madeira para carvão que se tornou de grande relevância para a economia local. Logo após a II Guerra Mundial, os primeiros imigrantes japoneses iniciaram o cultivo da batata que se tornou outra base da economia. O comendador Dante Carraro, vindo da Itália, comprou uma área de terra bastante grande e iniciou o cultivo do trigo. No entanto, com sua morte, a família deixou de cultivá-lo e passou a dedicar-se à pecuária. A família Masato Fujiwara, na década de 1950, trouxe mudas de uvas Itália que mais tarde, tornou-se a principal fonte de renda do município. (SÃO MIGUEL ARCANJO, 2017c).

São Miguel Arcanjo localiza-se na região sudoeste do Estado de São Paulo e pertence à 19ª Região Administrativa. Até a capital, em linha reta, são 143 km pela rodovia Castelo Branco. A extensão territorial chega a 1.081 km², se for incluído o Parque Estadual Carlos Botelho. O município tem como principais afluentes o Rio Taquaral, Rio do Turvo, Ribeirão São Miguel, Rio Acima, Guarupu e o Córrego do Pinhalzinho. Como limites tem-se: na direção Norte, Itapetininga que dista 30 km; na direção Sul tem Sete Barras que dista 85 km; na direção Leste tem Pilar do Sul que dista 23 km e na direção Oeste tem o município de Capão Bonito que dista 45 km. Conta com uma população estimada de 33.577 habitantes e uma área de 930 km. A Mata Atlântica é o bioma predominante, cuja densidade demográfica é de 33,91 km. (SÃO MIGUEL ARCANJO, 2017a).

A economia é voltada para o setor agrícola predominando o cultivo de uvas do tipo Rubi e Itália. As uvas Niágara são uma variedade que vem crescendo muito na cidade, pois tratam-se de uvas com menor custo para a sua produção, sendo atualmente responsável por 40% da produção do Estado paulista. (Idem, 2017a).

A Região do Escritório de Desenvolvimento Rural de Itapetininga (EDR) que abrange 14 Municípios aumentou, entre 2015 a 2016, o valor da Produção Agrícola (VPA) passando do 9º ao 4º lugar no ranking estadual. A região do EDR de Sorocaba composta por 19 Municípios, também, conseguiu apresentar bom desempenho no VPA, com crescimento de 19,4%, passando de R\$ 1,63 bilhão em 2015 para R\$1,94 bilhão em 2016. No entanto, permaneceu na 19ª posição Estadual. As uvas para mesa e os valores recebidos pelos produtores de laranjas direcionadas para a indústria, contribuíram para o bom desempenho agrícola do EDR de Itapetininga. Destacando-se os municípios de Itapetininga e

Sarapuí no plantio de laranjas e São Miguel Arcanjo no plantio de uvas de mesa, os quais fazem parte da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS). (MARQUES, 2017).

A cidade possui inúmeros atrativos no Ecoturismo como o Parque Estadual Carlos Botelho (patrimônio natural da humanidade da UNESCO) devido a sua relevância socioambiental, histórica e cultural. Há, também, o Parque Taquaral, o Parque do Zizo, a Lagoa do Sol e o Parque da Onça Parda, todos com altos índices de preservação de flora e de fauna. Conta com diversas cachoeiras e trilhas que se encontram em cenários encantadores de Mata Atlântica. São praticadas no município várias modalidades esportivas como Bike, Arvorismo, Jeep Off Road, etc. E há, ainda, os roteiros às vinícolas que produzem uvas finas de mesa e vinho. (SÃO MIGUEL ARCANJO, 2017b).

SOBRE A EDUCAÇÃO E CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL ARCANJO

Antes do ano de 1998, a Educação Municipal de São Miguel Arcanjo era regida pelo Departamento Municipal de Educação. Somente com a Lei n. 2.639, de 14 de janeiro de 2005, foi criada a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, na gestão do Prefeito Antônio Celso Mossin. Essa mesma lei definiu as atribuições, competências, deveres e responsabilidades da referida Secretaria, das quais destacamos:

- I - receber do Prefeito as diretrizes a serem seguidas e os objetivos a serem alcançados pela Secretaria, definir a Política Municipal de Educação, Esporte e Lazer em consonância com as diretrizes estabelecidas nas legislações municipal, estadual e federal pertinentes;
- II - assegurar o ensino público de qualidade e estabelecer planos e programas a serem seguidos por suas unidades administrativas subordinadas e controlar sua execução;
- III - Apresentar relatórios periódicos e oportunos ao Prefeito, sobre o desempenho de sua Secretaria e das unidades administrativas subordinadas; [...]
- [...] XII - implantar e gerenciar o plano de educação; [...] (SÃO MIGUEL ARCANJO, 2005, p.4)

A Lei n° 2.639/2005, foi revogada pela Lei Municipal n° 3.706, de 11/12/2015, a qual desvinculou a Secretaria Municipal de Educação do Esporte e da Cultura. No entanto, manteve todas as Secretarias Municipais subordinadas ao Chefe do Executivo.

Nessa nova Lei de 2015, há o registro de que as atividades da administração da prefeitura de São Miguel Arcanjo terão com fundamentos, em caráter permanente: o planejamento; a coordenação; a descentralização; a delegação de competências; o controle e a racionalização. A descentralização tem como objetivo principal liberar os dirigentes de tarefas de rotina de execução e de tarefas de simples formalização de atos administrativos para que possam concentrar-se em atividades de planejamento, supervisão e controle. A delegação de competências deve ser aplicada como um instrumento para a descentralização administrativa, cujo objetivo seria garantir quanto às decisões maior rapidez e objetividade, localizando-as mais próximas das pessoas, dos fatos ou dos problemas a serem atendidos. (SÃO MIGUEL ARCANJO, 2015).

A Lei Municipal n° 3.706/2015, em seu artigo 34, registrou como uma das finalidades da Secretaria Municipal de Educação a organização do Sistema Municipal de Ensino. No artigo 46 dessa mesma Lei, destaca-se que além das atribuições já previstas nesta lei, compete aos Secretários Municipais:

- I - Oferecer subsídios ao Governo Municipal na formulação de diretrizes gerais e prioridades da ação Municipal;
- II - Garantir a concretização das políticas, diretrizes e prioridades definidas pelo Governo Municipal para a sua área de competência; [...]
- [...] VIII - Conhecer os problemas e as demandas da população;
- IX - Definir e operacionalizar objetivos de ação governamental;
- X - Acompanhar a execução de programas, projetos e atividades que lhes são afetos;
- XI - Avaliar periodicamente o resultado de suas ações;

XII - Rever e atualizar objetivos, programas e projetos. (SÃO MIGUEL ARCANJO, 2015, Art. 46).

Observa-se que desde 2015, fica reafirmada a urgência para que se constitua o Sistema Municipal de Educação em São Miguel Arcanjo. No entanto, até junho de 2017, o município de São Miguel Arcanjo ainda não tinha organizado um sistema próprio de educação. Entretanto, segundo informações da assessora da atual Secretária de Educação, há possibilidades que esse sistema seja constituído por Lei, ainda, neste ano de 2017. Pois, em março do corrente ano, a Secretária de Educação foi convocada para uma reunião com membros da Secretaria de Estado de Educação de São Paulo que vêm exigindo que seja constituído o Sistema Municipal de Educação, já que apenas 16% dos municípios paulistas, ou seja, 27 (vinte e sete) municípios ainda não têm o referido sistema.

A Secretaria da Educação é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão das atividades educacionais municipais, no âmbito da Educação Infantil, Ensino Fundamental e a modalidade de Educação Especial. Quando há demanda de alunos também oferecem Educação de Jovens e Adultos. A Secretaria da Educação administra as Escolas Municipais e os Centros de Educação Infantil. Em 2017, a senhora Sílvia Maria de Noronha Franca exerce a função de Secretária da Educação do Município. (SÃO MIGUEL ARCANJO, 2017).

De acordo com arquivos da Secretaria Municipal de Educação, os quais nos foram disponibilizados, em 2017, pela Secretária de Educação, o Município de São Miguel Arcanjo oferece atendimento nas modalidades da educação infantil, ensino fundamental, creche, centro de recreação infantil, escola de educação integral e educação especial (APAE). Sendo que doze escolas oferecem atendimento na educação infantil e fundamental; duas escolas apenas o ensino fundamental; conta com um centro de educação e recreação infantil; duas escolas são somente de educação infantil; uma escola no período integral, quatro creches e uma escola de educação especial (APAE) no total de vinte e três instituições que envolvem escolas, centro de educação, creches e a APAE.

A Secretaria Municipal de Educação, contava até junho 2017, com 3.614 (três mil seiscentos e catorze) alunos e 170 (cento e setenta salas de aulas).

Em relação aos funcionários que atuam na rede municipal de Educação, 121 (cento e vinte e um) são professores do Ensino Fundamental, 38 (trinta e oito) são da Educação Infantil, 83 (oitenta e três) são funcionários com várias funções (inspetor de alunos, agentes de limpeza, etc.), 19 (dezenove) são professores coordenadores de escolas, 10 (dez) são Vice-Diretores de Escola e 11 (onze) são Diretores de Escola.

Dos professores, 1 (um possui) formação na área de Matemática, 1 (um) na área de História, 6 (seis) com licenciatura em Letras, 6 (seis) com formação no Curso de Magistério, 8 (oito) licenciados em Artes; 8 (oito) em Educação Física e 155 (cento e cinquenta e cinco) possuem licenciatura em Pedagogia. Dados sujeitos a mudanças, já que os funcionários podem afastar-se, solicitar exoneração, solicitar licença-saúde, segundo informações da atual Secretária da Educação do Município.

O Conselho Municipal de Educação do Município de São Miguel Arcanjo

De acordo com Borges (2017) pesquisar sobre a atuação do Conselho Municipal de Educação apresenta importância tanto política quanto social, pois os Conselhos além de se constituírem como espaços políticos relevantes “[...] no processo de desconcentração das atribuições do Estado, constituem, também, ambientes de mobilização social com potencial transformador e desalienante, capazes de promover verdadeiras mudanças nas estruturas de controle ideológico da sociedade, contribuindo para a melhoria do ensino.” (BORGES, 2017, p. 17).

A lei orgânica do Município, Lei Municipal n.º 1.625, de 26/05/1990, em seu Artigo 132, item VII, já previa que o Município poderia criar, por lei complementar, o Conselho Municipal de Educação. No entanto, somente no ano de 1998 o referido Conselho foi criado pela Lei n.º 2.152, de 05 de maio de 1998, na gestão do Prefeito Luiz Gonzaga Albach, possivelmente pelos incentivos de descentralização, previstos na Lei n.º 9.394/96, para que os municípios organizassem, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. De acordo com a Lei n.º 2.152/1998, o Conselho Municipal de Educação de São Miguel Arcanjo terá funções normativas, deliberativas e consultivas referentes aos assuntos da Educação da Rede Municipal.

Além de outras atribuições, compete ao Conselho Municipal de Educação de São Miguel Arcanjo:

- I-Fixar diretrizes para organização do sistema municipal de ensino ou para o conjunto das escolas municipais;
- II- Colaborar com o Poder Público Municipal na formulação da política e na elaboração do Plano Municipal de Educação;
- III-Zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas em matéria de educação;
- IV- Exercer atribuições próprias do poder público local, conferidas em lei, em matéria educacional; [...]
- [...] VI- Assistir e orientar os poderes públicos na condução dos assuntos educacionais do Município;
- VII- Aprovar convênios de ação interadministrativa que envolvam o Poder Público Municipal e as demais esferas do Poder Público ou do setor privado;
- VIII- Propor normas para a aplicação de recursos públicos em educação no Município; [...] (SÃO MIGUEL ARCANJO, 1988).

De acordo com a Lei, o Conselho Municipal de Educação de São Miguel Arcanjo será composto por 11 (onze) conselheiros nomeados pelo Prefeito, sendo: dois educadores do magistério público municipal e dois educadores da rede estadual; um educador da rede particular de 1º grau; um representante de diretores de escolas; dois pais de alunos; um representante de alunos e dois representantes da comunidade. O mandato dos conselheiros que não serão remunerados, é de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução por prazo que não determinado. O Diretor do Departamento Municipal de Educação e, posteriormente, o Secretário de Educação, com a mudança de nomenclatura, poderá participar das reuniões do Conselho. No entanto, sem direito a voto.

Os atos do Conselho serão homologados ou vetados pelo Diretor/Secretário do Departamento de Educação. Serão escolhidos por maioria simples de votos dentre os próprios membros já eleitos, um Presidente e um Vice-Presidente. Deverá ser organizada reunião dos conselheiros uma vez por mês ou conforme disposição de regimento interno para deliberar sobre assuntos de âmbito geral de suas competências. (SÃO MIGUEL ARCANJO, 1988).

Sobre o funcionamento do Conselho Municipal de Educação de São Miguel Arcanjo/SP

Para esta seção foram analisadas 72 (setenta e duas) atas de reuniões do Conselho Municipal de Educação de São Miguel Arcanjo, datadas de setembro de 2002 a abril de 2017, as quais foram disponibilizadas pela atual Secretária da Educação. Antes de 2002, os atuais responsáveis pela Secretaria de Educação, informaram que não encontraram, até junho de 2017, registros de atas de reuniões do supracitado Conselho.

Contamos com as contribuições de Bardin (2009), sobre análise de conteúdo, para o trabalho com as supracitadas atas de reuniões, buscando verificar se houve ou não atendimento da previsão legal no que concerne às eleições de membros que devem ocorrer a cada dois anos sendo permitida a recondução, número de reuniões por ano e aspectos relacionados às atribuições do Conselho.

Em relação às eleições, tivemos acesso a 5 (cinco) atas de eleições dos conselheiros, compreendidas entre 2002 a 2017, sendo a primeira ata de eleição a que tivemos acesso datada de 17-09-2003; depois somente em 19-04-2006 (depois de mais de dois anos divergindo da Lei que prevê eleição ou recondução de conselheiros a cada dois anos); outra eleição é datada de 13-05-2008; em 26-04-2012 houve eleição, ou seja, após quase passados quatro anos há registro de nova eleição, e em 12-05-2014 ocorreu a última eleição registrada no livro de atas. Os registros em atas indicam que o prazo de dois anos para eleição ou recondução de conselheiros não vem sendo sempre respeitado.

Pelas análises das atas, foi possível perceber que as reuniões, excluindo-se as atas em que ocorreram exclusivamente apenas eleição ou reposição de membros, não ocorrem todos os meses e o número de reuniões anuais varia bastante de um ano para o outro, na seguinte conformidade: ano de 2002 aconteceram 5 (cinco) reuniões; em 2003 o número aumentou para 9 (nove) reuniões sendo duas delas canceladas por falta de quórum; em 2004 aconteceram 5 (cinco) reuniões; já em 2005 apenas 4 (quatro); 2006 o número de reuniões aumentou para 7 (sete); 2007 apenas 3 (três); 2008 aconteceram 5 (cinco); 2009 apenas 3(três); nos anos de 2010 e 2011 não tivemos acesso a nenhuma ata de reuniões, pois não havia registro no Livro próprio referentes a esses dois anos; em 2012 apenas

2(duas); em 2013 apenas 4 (quatro); em 2014 foram 4 (quatro); em 2015 somente 3(três) reuniões; em 2016 ocorreram 8 (oito) e até junho de 2017 havia ocorrido somente duas reuniões.

Como não há registros de reuniões todos os meses do Conselho Municipal de Educação, conforme previsto na lei de sua criação, pode-se inferir que os membros desse Conselho ainda não conseguiram conquistar espaços para uma participação mais efetiva.

Para Silva (2010), considerando-se que o tipo de democracia atual tem espaços que podem restringir a participação da população, o Conselho Municipal de Educação (CME), deveria criar ações de incentivo à participação em processos de decisões envolvendo "[...] a parcela da população que não possui representatividade, principalmente ações que promovam o bem comum para que as políticas públicas possam atingir a parcela da população mais alijada dos serviços educativos e de representatividade no CME." (SILVA, 2010, p. 86-87).

Chamou a atenção o fato de que na maioria das 72 (setenta e duas) atas analisadas não há indicação de quem presidiu as reuniões do Conselho Municipal de Educação e em 7 (sete) atas há o registro explícito de que essas reuniões foram presididas pelo (a) Diretor (a) do Departamento de Educação que atualmente equivale à função de Secretário (a) da Educação quando deveriam ser presididas pelo Presidente do Conselho Municipal de Educação. Pois, pela própria lei de criação desse Conselho, os Secretários (as) de Educação podem participar das sessões plenárias, porém sem direito a voto. Portanto, por mais que as intenções do (a) Secretário (a) da Educação sejam as melhores, presidir as reuniões parece inadequado, já que pode causar constrangimentos à participação ativa e efetiva dos conselheiros.

Em relação ao tema da qualidade da educação, percebe-se pelos conteúdos explícitos das atas das reuniões que os membros do Conselho Municipal de Educação pouco se debruçaram para analisá-lo no sentido de poder interferir, buscar transformações, através de votações de situações que pudessem ter sido apresentadas pelos diversos segmentos de membros do Conselho e para trazer em plenário os anseios da população de São Miguel Arcanjo sobre a educação municipal.

Sabemos que o termo qualidade dá margem a vários tipos de interpretações podendo voltar-se mais para o aspecto quantitativo e utilitarista da educação do que às questões relacionadas à democratização dos conhecimentos escolares e, conseqüentemente, tendo como objetivo uma educação de qualidade socialmente referenciada.

De acordo com Almeida e Betini (2016), a expressão qualidade da educação pode gerar diversas interpretações, por isso é necessário ter clareza e buscar esclarecer de que qualidade está se falando, a serviço de quais objetivos e com que caminho formativo se propõe essa qualidade. Afirmando que o termo qualidade pode ser utilizado para atender interesses que não têm compromisso com a educação como direito social. Uma educação de qualidade socialmente referenciada, "[...] é diametralmente oposta a uma visão mercantil e utilitarista, necessárias à perspectiva assumida pelas empresas, porém incompatíveis com o campo da educação que visa uma formação humana mais ampla. (ALMEIDA; BETINI, 2016, p.54). Nesse sentido, a qualidade praticada pela escola deve ser completamente diferente da qualidade com viés mercantil.

Pelas análises das atas, percebe-se que os membros do Conselho Municipal de Educação de São Miguel Arcanjo tiveram pouca participação em relação às funções normativas, deliberativas e consultivas sobre assuntos que se referem à rede municipal. Na maioria dos conteúdos das atas, observa-se que os membros foram reunidos muito mais para serem informados de assuntos que estavam para acontecer ou que já estavam acontecendo na rede municipal e para analisarem planilhas com previsões de gastos de recursos e planilhas com prestações de contas de recursos destinados à educação, as quais, muitas vezes, são exigências de órgãos externos à Secretaria de Educação e mesmo à Prefeitura, do que para tratar e analisar sobre a qualidade da educação e as demandas da população na área educativa.

Para Borges (2017), os Conselhos tanto podem ser instrumentos de tomada de decisões e resoluções de conflitos quanto podem assumir características de órgãos do Governo, cuja participação torna-se concedida e limitada (pelos governantes). Sob essa perspectiva, pode-se dizer que quando isso ocorre, os Conselhos Municipais de Educação que deveriam ser instâncias de representação dos anseios da população em termos de educação contribuindo para a construção de uma educação de qualidade socialmente referenciada, tornam-se representantes que legitimam a vontade dos governantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou uma primeira aproximação sobre o funcionamento do Conselho Municipal de Educação de São Miguel Arcanjo, bem como apontou alguns aspectos em relação à participação de seus membros. Sendo possível observar que, provavelmente, tais membros ainda não tenham conseguido conquistar o espaço ideal dentro dessa instância de participação popular e que ainda encontram dificuldades para contribuir para uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Acreditamos, também, que falta mais conscientização aos membros e até mesmo aos governantes do referido município sobre a relevância desse Conselho no sentido de contribuir para o atendimento dos anseios da população no que se refere à educação municipal. Num primeiro contato (em junho de 2017) com a nova Secretária de Educação (nomeada para essa função no início de 2017), percebemos uma predisposição desta para que o Conselho Municipal de Educação possa funcionar de forma mais ativa e efetiva.

No entanto, reforçamos que os membros desse Conselho devem construir uma atuação independente da vontade dos governantes buscando representar os anseios da população. Embora saibamos que encontrarão limites, impostos pela própria lei que rege o funcionamento do referido Conselho, para essa participação, a atuação ativa e efetiva poderá abrir novos espaços para mais participação popular.

Apontamos novas perspectivas em relação à participação nos Conselhos Municipais de Educação e buscamos esclarecer que o objetivo principal dessa instância popular é contribuir para a construção de uma educação com qualidade socialmente referenciada, ou seja, que atenda aos interesses da maioria da população, principalmente, daqueles que se encontram em níveis de maior vulnerabilidade social. No entanto, esta pesquisa carece de futuros estudos para aprofundar os seus resultados, já que se trata de pesquisa que buscou as primeiras aproximações sobre o funcionamento do Conselho Municipal de Educação de São Miguel Arcanjo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. C.; BETINI, G. A. A Qualidade da Escola: Debatendo Princípios Rumo à Construção de uma Qualidade Socialmente Referenciada. In: *Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa*, vol.9, n.2, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5825917.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2017.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BORGES, G. S. *O direito à educação e à qualidade socialmente referenciada do ensino: a atuação do CME de Mineiros/GO*. 2017. 223 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6896>. Acesso em: 19 mai. 2017.

BRASIL. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)*, 2016. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>> Acesso em: 19 mai. 2017.

MARQUES, E. Municípios da região tiveram crescimento no valor da produção agrícola em 2016. *Jornal Cruzeiro do Sul (Equipe Online)*, de 09 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/801985/municipios-da-regiao-tiveram-crescimento-no-valor-da-producao-agricola-em-2016>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

SÃO MIGUEL ARCANJO (PREFEITURA). *Lei Municipal nº 3.706, DE 11/12/2015*. Dá nova Estrutura do Quadro de Servidores da Prefeitura Municipal de São Miguel Arcanjo e dá outras providências. Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo. Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.saomiguelarcanjo.sp.gov.br/sdi3-images/leis_municipais/ano_2015/lei_n_3706.pdf. Acesso em: 11 jul. 2017.

SÃO MIGUEL ARCANJO (PREFEITURA). *Lei n. 2.639, de 14 de janeiro de 2005*. Dispõe sobre a criação de Secretarias de cargos da reorganização da Estrutura do Quadro de pessoal da Prefeitura de São Miguel Arcanjo e dá providências correlatas. Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo. Estado de São Paulo. Disponível em:

<http://www.saomiguelarcanjo.sp.gov.br/sdi3images/leis_municipais/ano_2005/lei_n_2.639.pdf >
Acesso em: 03 jul. 2017.

SÃO MIGUEL ARCANJO (PREFEITURA). *Lei n° 2.152, de 05 de maio de 1998*. Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo. Estado de São Paulo. Disponível em:
<http://www.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9421&cdDiploma=19982152&NroLei=2.152&Word=&Word2=> Acesso em:11 jul.2017.

SÃO MIGUEL ARCANJO. Portal da Prefeitura de São Miguel Arcanjo. *Dados Gerais. São Miguel Arcanjo*, 2017a. Estado de São Paulo. Disponível em:
<http://www.saomiguelarcanjo.sp.gov.br/pagina/12.html>. Acesso em: 04 de junho de 2017.

SÃO MIGUEL ARCANJO. Portal da Prefeitura de São Miguel Arcanjo. *História da Cidade*. São Miguel Arcanjo, 2017c. Estado de São Paulo. Disponível em:<
<http://www.saomiguelarcanjo.sp.gov.br/pagina/04.html> >. Acesso em: 04 de junho de 2017.

SÃO MIGUEL ARCANJO. Portal da Prefeitura de São Miguel Arcanjo. *Turismo*. São Miguel Arcanjo, 2017b. Estado de São Paulo. Disponível em:<
<http://www.saomiguelarcanjo.sp.gov.br/pagina/05.html> >. Acesso em: 04 de junho de 2017.

SILVA, B-H. U. da. *O Conselho Municipal de Educação de São José do Rio Preto: participação e cidadania* / Ben-Hur Ulisses da Silva – 2010, 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2010, Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/90262>. Acesso em: 04 de junho de 2017.

Recebido em: 10.10.2017
Aprovado em 10.12.2017

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TAPIRAÍ/SP: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E ESTRUTURA EDUCACIONAL

The municipal council of education of Tapiraí/SP: characterization of the municipality and educational structure

Lincoln Akira Nazario Kayaki –UFSCar/Sorocaba*

Thiago de Melo Martins – UFSCar/Sorocaba**

Vitória Evelin Pignatari Nakadaki - UFSCar/Sorocaba***

Resumo: O presente artigo faz menção aos primeiros desdobramentos da pesquisa em andamento intitulada Conselho Municipal de Educação de Tapiraí/SP e a Gestão Democrática, cujo cerne é a educação socialmente referenciada, a participação e o exercício da cidadania. Os esforços aqui empregados apoiam-se na premissa de que, sendo o município um ente federado, possui suficiente autonomia para desempenhar ações e planejamentos em prol da qualidade da educação, a qual em articulação com o Conselho Municipal, deve nortear parâmetros de efetiva participação popular que consolide encaminhamentos pertinentes às demandas sociais. Nesta perspectiva, integra-se o enfoque qualitativo da pesquisa subsidiado por consultas bibliográfica e documental, *a priori*. Metodologia esta implica o aporte analítico das conjunturas e processos que permeiam a contextualização do município, enquanto Sub-região 3 da Região Metropolitana de Sorocaba, e o aprofundamento teórico acerca das condições político-econômicas e educacionais que abarcam o Plano Municipal de Educação e seus reflexos exitosos ou adversos no cenário social atual.

Palavras-chave: Educação. Tapiraí/SP. Conselho Municipal de Educação.

Abstract: This article refers to the first developments of the research in progress entitled Municipal Council of Education of Tapiraí / SP and the Democratic Management, whose core is socially referenced education, participation and the exercise of citizenship. The efforts employed here are based on the premise that, since the municipality is a federated entity, it has sufficient autonomy to carry out actions and plans for the quality of education, which, in articulation with the Municipal Council, should guide parameters of effective popular participation that consolidates referrals pertinent to social demands. In this perspective, it integrates the qualitative approach of the research subsidized by bibliographical and documentary consultations, *a priori*. Methodology This implies the analytical contribution of the conjunctures and processes that permeate the context of the municipality, as Sub-region 3 of the Metropolitan Region of Sorocaba, and the theoretical deepening about the political-economic and educational conditions that comprise the Municipal Education Plan and its reflexes successful or adverse in the current social scenario.

Keywords: Education. Tapiraí/SP. Municipal Council of Education.

*Membro do GEPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação e Acadêmico de Pedagogia da UFSCar-Sorocaba. E-mail: linkaus@gmail.com.

**Membro do GEPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação e docente na rede municipal de ensino de Sorocaba/SP. E-mail: thiagomelomartins32@gmail.com.

***Acadêmica do curso de Pedagogia da UFSCar-Sorocaba. E-mail: vitoriapignatari98@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui delimitado traz o recorte de uma pesquisa em desenvolvimento, sendo esta direcionada pelo princípio de gestão democrática concedido ou vislumbrado pelo Conselho Municipal de Educação de Tapiraí/SP, cuja instituição por lei municipal indica, no plano formal e político, a efetiva autonomia por parte do último e sua atribuição fundante de uma gestão participativa, conforme Bordignon (2008). Este quadro demarca o problema conducente do trajeto epistemológico então estabelecido, o qual se qualifica como necessário e recorrente, visto que se empenha por enumerar e descrever as iniciativas do poder local eleito, o planejamento e implementação de políticas públicas educacionais frente às manifestações e condicionantes societários.

Os dados levantados neste artigo situam o município em seu contexto histórico, político-econômico, sociocultural e educacional, recorrendo-se a fatos singulares que foram e são produzidos na localidade imersa na atual Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) e, que se refletem nos aspectos e conjuntura educativos do município à luz de um projeto de qualidade socialmente referenciada, ou seja, desejada e consentida pela sociedade pertinente.

A organização a seguir será desdobrada a partir de primeiras impressões coletadas em embasamento teórico documental e bibliográfico, que embora breve, é canalizador de significativas sínteses provisórias que servirão de base às subseqüentes etapas da pesquisa, processo gnosiológico construtivo e deliberativo de possíveis reivindicações e representatividades políticas face a atuação da comunidade civil de Tapiraí.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

A cidade de Tapiraí, município do estado de São Paulo, localiza-se na Região Metropolitana de Sorocaba (15º mais populosa do país), na Mesorregião Macro Metropolitana Paulista e também na Microrregião de Piedade. A integração com a RMS pressupõe um planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, mediante cooperação entre diferentes níveis de governo, de modo a articular uma descentralização administrativa e um melhor aproveitamento de recursos públicos, bem como fomentar a redução de desigualdades regionais acentuadas.

Cidade de clima subtropical temperado que atrai turistas pela sua exuberância e patrimônio naturais, característicos da extensa área de mata atlântica. Território amplamente conservado, conta com a região do Vale do Ribeira (extensão banhada pela bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape), um contingente populacional estimado em 8.012 habitantes, conforme censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010, e um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) médio levantado em 0,681 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD - também em 2010. IBGE (2015).

Rio das andorinhas remete a propriedade etimológica de Tapiraí, o termo de origem tupi se deu pela fusão de *taperá* (andorinha) e *'y* (rio). Embora tal terminologia carregue uma cultura ancestral, ela é hodierna e sua instituição percorre os marcos histórico e fundacional do município, datados a partir de 1930, com os desbravamentos da família Rosa, a qual mediante pretensão de vender suas terras em meio aos sertões de Paranapiacaba, percorre a região e instaura a sede de um futuro povoado - titulado, a princípio, Paranapiacaba -, após encontrar um lugar propício que deu origem ao primeiro rancho, atual localidade da igreja Matriz.

Em 1932, por intermédio de Celso David do Valle, José Kenitz Moreira Lima, Royal Maravalhas e Valdomiro do Valle, institui-se a Colônia Juquiazinho, Moreira & Cia Ltda, cujas deliberações favoreceram a construção do trecho Piedade, estrada que interliga Piedade à Juquiá. Por conseguinte, em 1934, o desenvolvimento da colonização evoluiu significativamente devido a formação da Cia. Agrária Paulista, a qual encaminhou o estabelecimento das principais estradas atuais. TAPIRAÍ (2015).

Na atualidade, a população do município conta com grande número de migrantes de outros estados brasileiros; no entanto, boa parte constitui-se de descendentes da Colônia Japonesa, os quais iniciaram o processo pioneiro de produção de carvão vegetal já no período das primordiais ocupações territoriais, sendo esta uma atividade econômica de grande valia até os dias de hoje.

Conjuntura tal permeia a presença católica no cenário de 1938, pois naquele momento histórico inaugurou-se a capela e distrito de nome Santa Catarina. Sobretudo, por proibição imposta legalmente,

o nome foi alterado para Tapiraí. Ou seja, a Legislação Estadual desaprova a semelhança entre nomes de comunidade e Estados da Federação, na situação, o estado de Santa Catarina. Portanto, a partir do decreto de Lei Estadual nº 14.334, de 30 de novembro de 1944, lei esta que estabelece as divisões do Estado, o nome Tapiraí foi ratificado. Contudo, é preciso destacar que, a fundação do município se deu apenas em 19 de fevereiro de 1959, momento este demarcador de novas relações sociais e constituição de um poder municipal coligado ao setor público estatal. (TAPIRAÍ, 2015).

Atividade econômica predominante

Tapiraí, município cercado por Mata Atlântica, possui 80% de sua área total tombada como Área de Proteção Ambiental, que por tal importância ecológica foi declarada Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Fator este tornou-se determinante nas atividades econômicas da região, sendo estas a produção agrícola familiar e o ecoturismo, alternativa econômica de reconhecimento nacional. (TAPIRAÍ, 2015).

Cidade conhecida como terra do gengibre e da neblina, possui clima úmido e frio, o qual atua diretamente na produção agrícola preponderante, o gengibre (utilizado pelas indústrias farmacêutica e alimentícia), considerado um dos melhores do mundo. Sua produção já se deu quase que totalmente para exportação, mas atualmente se destaca no mercado nacional, sobretudo pelo comércio realizado com a CEASA (Central Estadual de Abastecimento) de Campinas-SP.

O município, enquanto região turística da RMS, consolida-se cada vez mais e atrai turistas de todo o Brasil por sua rica fauna e flora. As belezas naturais se evidenciam pelas cachoeiras em meio a paisagens de mata abundante. Atividades radicais ou aventureiras potencializam o leque turístico, e este atua diretamente no desenvolvimento urbano da região, a partir de novas instâncias privadas e/ou públicas que são geradas para atendimento aos visitantes. O apoio público municipal tem-se materializado pela promoção de cursos profissionalizantes na área do turismo e pelo levantamento de recursos para projetos educativo-culturais em prol da população; a integração, neste caso, mostra-se crescente e satisfatória, segundo Pessoa (2015).

A considerar tal perspectiva econômica, vale ressaltar que, a cultura caracterizada pelo artesanato e pelas festas tradicionais, também gera importante fonte de renda aos munícipes. A Casa do Artesão, por exemplo, é um dos espaços aberto aos profissionais para comércio e exposição. Por seu lado, a Festa do Gengibre se configura como uma festa regional que enfatiza os produtos da agroindústria local, sendo esta composta pelas pequenas indústrias responsáveis pelas serrarias, confecções, reciclagem e mineração de caulim, em especial.

Mediante o exposto, pode-se concluir que, de modo geral, os pilares da economia do município zelam pelo patrimônio natural e cultural pertinente, transformando-o em condição indispensável no funcionamento orgânico social de produção.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

De acordo com o atual Plano Municipal de Ensino PME (2014), a história da educação básica no município é registrada e traçada a princípio por quatro escolas públicas discriminadas enquanto municipais e estaduais. Os marcos se dão em 11 de abril de 1961, quando foi fundada a primeira escola estadual de nome Coronel João Rosa, tendo como primeira diretora a sra. Enir da Silva Pilan, que assumiu a direção da escola em 04 de abril de 1961. Passados trinta e sete anos, foi realizada então, uma homenagem à gestora em questão, fato que atribuiu seu nome a primeira escola pública municipal, em 10 de agosto de 1998, a contar com o Projeto de Lei nº 001/98-L e a Lei nº 1.200/98 em seu artigo 1º, que legaliza a E.M.E.F. "Profa. Enir da Silva Pilan".

A segunda instituição escolar, E.M.E.F. do Distrito do Rio Turvo, localiza-se no bairro do Turvo, a qual tem como base legal o Decreto Municipal nº102 de 15 de dezembro de 1997 e a Portaria nº 007 de 12 de janeiro de 1998. Porém, logo em 18 de agosto do mesmo ano, o nome foi alterado para E.M.E.F. "José de Moura Glasser" em homenagem ao então considerado cidadão emérito pelo seu engajamento com a política da cidade na década de 1970, quando doou o terreno da atual escola à Prefeitura. Essa situação evidencia afinidades e relações políticas de um Sistema Escolar em construção. (TAPIRAÍ, 2015).

A terceira escola, por sua vez, recebe o nome de E.M.E.I “Prof. Benedito Pires da Cunha”, em homenagem ao professor “Benedito”, este veio para Tapiraí em 04/05/1955. E, enfim, a quarta escola titulada como E.M.E.I. Vanderlei Júlio da Costa, nome este também em ato de homenagem, mas no caso, ao então vereador Vanderlei Júlio da Costa, mestre de obras, morador do Bairro do Turvo e atuante no projeto que possibilitou a promulgação do Bairro do Turvo para Distrito do Rio Turvo. TAPIRAÍ (2015).

Já em 9 de junho de 1997, inicia-se a história dos Colegiados da educação no município, responsáveis diretos pela elaboração de planos dirigentes dos rumos educacionais. Portanto, é criada, no fim do século XX, a Secretaria Municipal de Educação enquanto Divisão de Educação e Cultura na gestão de Carlos Colombo do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), prefeito que foi afastado temporariamente em 04/12/1999 e, definitivamente em 28/02/2000 por impropriedade administrativa. No entanto, em 2013, a mesma conquista total autonomia e se consolida como legítima Secretaria Municipal de Educação.

Em 23 de junho de 1998 foi criado, então, o Conselho Municipal de Educação (CME), sob a Lei nº1.193/98, órgão autônomo, de caráter normativo, consultivo e deliberativo. Constituído por 08 (oito), membros representantes de diversos segmentos.

Seus membros têm mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos, a diretoria é composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário, tendo competência para se manifestar sobre as questões sobre a educação e administração do ensino em geral, órgão destinado a gerenciar as questões que se referem a educação municipal a partir de um referencial democrático (reúne representantes da comunidade escolar e da sociedade civil para as deliberações), o qual se materializa, em destaque, pela atribuição de cobrar e orientar a elaboração do Plano Municipal de Educação, norteador que atribui metas decenais para as etapas da Educação Básica. (TAPIRAÍ, 2015)

Dados estatísticos da educação no município

A população do município vem decaindo nos últimos dez anos, o que reflete no atendimento das escolas de ensino básico, com o conseqüente número menor de alunos ao longo dos anos:

Tabela 1: Evolução populacional

Ano	Tapiraí	São Paulo	Brasil
2000	8.570	37.032.403	169.799.170
2007	7.953	39.827.570	183.987.291
2010	8.012	41.262.199	190.755.799

Fonte: IBGE (2015)

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) divulgados pelo IBGE (2015), os números de matrículas de alunos, docentes e de unidades escolares por etapa de ensino são modestos frente às demandas dos demais municípios da RMS, sobretudo estabelecem coerência com o número apurado de habitantes (cerca de 8.012) e com o pequeno porte urbano da cidade. O exposto se enquadra na tabela abaixo:

Tabela 2 - Escolas, docentes e matrículas por etapas de ensino em Tapiraí/SP

Etapas da Educação Básica	Matrículas	Docentes
Ensino Pré-escolar	220	10
Ensino Fundamental (I e II)	1.202	67
Ensino Médio	391	36

Fonte: INEP (2015b)

A pesquisa citada traz em frente as três etapas oferecidas pelo município, sendo estas o Ensino Pré-escolar (vulgo educação infantil - do 0 aos 5 anos de idade), Ensino Fundamental (I e II) e Ensino Médio. O número de alunos é contabilizado pelas matrículas, as quais delimitam um total de 1.813 no ano de 2015. A rede escolar pública, por seu turno, é composta por 8 instituições, distribuídas em duas

creches, quatro escolas municipais e duas escolas estaduais com as seguintes designações: Creche Municipal Délcio Cavanha; Creche Municipal Renata Antunes da Silva; E.M.E.I. "Prof. Benedito Pires da Cunha"; E.M.E.I. "Vereador Vanderlei Júlio da Costa"; E.M.E.F. "Profa. Enir da Silva Pilan"; E.M.E.F. "José de Moura Glasser"; E.E. "Cel. João Rosa"; e, E.E. "Bairro do Turvo". (TAPIRAÍ, 2015).

Tabela 3. Número de matrículas, por série escolar 2013 - 2015

	2013	2014	2015
Creche	208	217	199
Pré-escola	214	228	220
Ensino Fundamental	1301	1246	1202

Fonte: IBGE (2015).

Constata-se o declínio das matrículas no Ensino Fundamental correlacionadas também com a queda da população tapiraíense, pelas projeções do IBGE a cidade está em processo contínuo de encolhimento e envelhecimento de seus habitantes. IBGE (2017).

Em paralelo, as diversas modalidades de ensino também são contempladas, visto que as escolas municipais, a considerar dados de 2013, reservaram 3 salas para atendimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da educação especial. Quantidade essa se deu pela demanda de matrículas, sendo 13 alunos na Educação Especial e 12 na EJA. Tal situação sinaliza uma possível erradicação do analfabetismo na região, pois as matrículas têm sofrido uma queda desde 2009, consoante registros de Tapiraí (2015).

O quadro geral de funcionários da educação não foi publicado (pelo menos, não em veículos de amplo acesso), porém a contagem de professores está propagada em um total de 113, mediante a tabela 1. Ao se pensar na formação do corpo docente, pensa-se na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 1996, a qual compeli a necessidade de todo e qualquer professor de Ensino Fundamental possuir o ensino superior completo. E, no caso de Tapiraí, conforme condições declaradas no edital do último concurso público (Nº1/2014) para professores municipais, todo contratado detém a formação exigida. (TAPIRAÍ, 2015).

Tabela 4. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica anos finais 2007 - 2013

	2007	2009	2011	2013
Tapiraí	4,1	4,3	4,3	4,7
Meta municipal	-	4,2	4,4	4,7
São Paulo	4	4,3	4,4	4,4
Brasil	4	4,4	4,7	4,9

Fonte: IBGE (2015).

Em última instância, encontra-se o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), o qual circunda uma análise do fluxo escolar e das médias de desempenho nas avaliações das escolas, em nível nacional. Tapiraí vinha com desempenho abaixo da média nacional entre os anos de 2007 a 2013, porém no ano de 2015, alcançou nota de 6,5 para o quinto ano do Ensino Fundamental, nota esta considerada alta. Tapiraí (2015). Porém, pelos dados atualizados do IBGE a nota do IDEB da cidade foi de 6,3. IBGE (2015). Para o nono ano não houve divulgação de dados. Sobre esse quadro se pergunta, até que ponto a qualidade socialmente referenciada é objeto de preocupação do Conselho Municipal de Educação da cidade? Como esse olhar é tratado? Que iniciativas são pensadas e efetivadas na consolidação do processo de qualidade e gestão democrática no município, inclusive com a participação do Conselho Municipal de Educação? Tais questões serão objeto da segunda fase de nossa pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tapiraí, aos seus 58 anos de fundação legitimada, mostra-se em crescimento político-econômico, sobretudo após estabelecer uma coligação com a RMS e expandir o sistema produtivo e cultural com os demais municípios vizinhos, bem como pelo seu prospectivo mercado agrícola de alcance nacional, também em processo de expansão condizente com as indústrias locais de porte menor. Porém o declínio populacional é evidenciado pelos dados estatísticos, demonstrando ser um problema consequente para a Educação da cidade na qual precisará redirecionar sua política pública de atendimento a números cada vez menores de educandos.

Em contrapartida, os marcos histórico-culturais do município perpassam traços de um patriarcalismo regional, ou seja, os desencadeamentos em torno da fundação dos distritos, logo dos bairros posteriores até a desenvoltura do espaço urbano se deram por núcleos familiares que tomaram posições e partidos que fazem jus a um regime oligárquico. Portanto, embora o atual sistema político conte com poderes legislativos e executivos em um regime democrático, a sociedade então pertencente carrega atributos e se consolida sobre relações de poder político localizados, historicamente delineados. O modo de instituição das escolas públicas é um claro exemplo dessa vinculação patriarcal.

Em termos educacionais, a cidade se encontra incipiente a um Sistema Municipal de Ensino, por intermédio do PME, submetendo-se ao MEC (Ministério da Educação e Cultura) quanto aos aspectos legais de atendimento educacional aos municípios, porém com expressiva autonomia gerencial que afeta diretamente nos alcances e devolutivas sociais, no que diz respeito a qualidade educativa. Neste referencial, a ausência de divulgação do IDEB 2015 pertinente ao nono ano do ensino fundamental demonstra fragilidade institucional e modesta estrutura organizativa do município.

É preciso ressaltar, porém, o influente resultado, também do IDEB, alcançado pelo quinto ano do ensino fundamental em 2015. Fato este suporta ações pedagógicas e políticas públicas coerentes com o desenvolvimento positivo de um ensino público de qualidade. Mas reforça a necessária manutenção e avaliação destes potenciais em assimilação com um constante aprimoramento da comunidade escolar em parceria com a sociedade civil (pais e responsáveis em destaque), e do poder confiado na Secretaria de Educação de Tapiraí. (INEP, 2015a)

Haja vista uma rede escolar composta por oito instituições, apenas, fica-se o questionamento acerca das necessidades e/ou progressões dessas escolas. Quadro que pode requerer auxílio orçamentário para melhor atendimento dos alunos ou possível expansão da rede escolar, de modo a dar vida aos parâmetros estabelecidos na Constituição Federal e na LDB de 1996, sobretudo ao potencial transformador da educação, a partir das políticas educacionais.

Em síntese, é preciso enfatizar que as considerações aqui incorporadas se fundamentam nas primeiras impressões de um trabalho de pesquisa em construção, portanto, as ponderações levantadas podem desempenhar novos desdobramentos no decorrer deste processo sistemático de produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS

BORDIGNON, G. *Perfil dos conselhos municipais de educação*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/livro_final_proconselho07.pdf. Acessado em: 25 jun. 2017.

IBGE. *Panorama 2017*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/tapirai/panorama>. Acessado em 23 nov. 2017.

IBGE. *São Paulo - Tapiraí*: Infográficos: escolas, docentes e matrículas por nível, 2015. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/educacao.php?lang=ES&codmun=355350&search=sao-paulo|tapirai|infograficos:-escolas-docentes-e-matriculas-por-nivel>. Acessado em: 25 jun. 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - *Censo Educacional* (2015b). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>. Acessado em: 25 jun. 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Tapiraí* (2015a). Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acessado em: 25 jun. 2017.

PESSOA, L. Tapiraí fortalece turismo como alternativa econômica. *Jornal Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 12 fev. 2015. Disponível em: < <http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/595064/tapirai-fortalece-turismo-como-alternativa-economica>> Acessado em: 21 jun. 2017.

TAPIRAÍ. *Plano Municipal de Educação (PME) 2014-2024* (2015). Disponível em: http://www.tapirai.sp.gov.br/arquivo_noticias.php?id=1054&arq=PLANOMUNICIPALDEEDUACA%C7%C3O&tipo=pdf. Acessado em: 25 abr. 2017.

Recebido em: 10.10.2017

Aprovado em 10.12.2017

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SALTO DE PIRAPORA/SP: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E ESTRUTURA EDUCACIONAL

The municipal council of education of Salto de Pirapora/SP: characterization of the municipality and educational structure

Noêmia de Carvalho Garrido –UFSCar/Sorocaba*
Izabel de Carvalho Gonçalves Dias – UFSCar/Sorocaba**

Resumo: O objetivo desse artigo é discutir a Educação no município de Salto de Pirapora-SP, seu contexto histórico, e alguns dados estatísticos sobre a educação do município e a apresentação dos marcos legais importantes concernentes às iniciativas do Executivo e Conselho Municipal. O percurso desse artigo se deu por meio de pesquisa bibliográfica, cujos resultados parciais apontam para a recorrência da gestão democrática, como princípio norteador das tomadas de decisão do município. O presente trabalho trata-se de um projeto de pesquisa intitulado "Conselhos Municipais de Educação da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS)", iniciativa do Grupo de Estudos Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação (GEPLAGE) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba.

Palavras-chave: Educação. Salto de Pirapora/SP. Conselho Municipal de Educação.

Abstract: The objective of this article is to discuss Education in the municipality of Salto de Pirapora-SP, its historical context, and some statistical data on the education of the municipality and the presentation of important legal milestones concerning the initiatives of the Executive and Municipal Council. The course of this article was made through bibliographic research, whose partial results point to the recurrence of democratic management, as guiding principle of the municipal decision making. The present work is a research project entitled "Municipal Councils of Education of the Metropolitan Region of Sorocaba (RMS)", an initiative of the Study Group on State Studies, Policies, Planning, Evaluation and Management of Education (GEPLAGE) -Graduation in Education of the Federal University of São Carlos, Sorocaba campus.

Keywords: Education. Salto de Pirapora/SP. Municipal Council of Education.

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século passado, especialmente a partir de 1956, houve uma grande aceleração na urbanização brasileira, devido ao processo de industrialização, consequência da política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek. Isto influenciou a migração interna no país mudando o cenário populacional. Mais de 50% da população passou a residir principalmente nas grandes cidades, onde eram construídas as unidades fabris que visava o mercado consumidor local e regional, numa ocasião em que os investimentos no setor agrícola brasileiro deixavam de ser rentáveis.

*Doutora em Ciências da Educação, pela Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro em Portugal. Mestrado em Educação e Pós-Graduada em Educação Social. Pós-Graduada em Psicopedagogia. Graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1990). Organização e publicação de livros sobre Pedagogia Social e Educação de Jovens e Adultos. Professora de EJA. Membro do Grupo de Estudos GEPLAGE, UFSCAR/Sorocaba. Atua nos seguintes temas: educação, educação de jovens e adultos, formação de educadores, Pedagogia Social. E-mail: nogarrido@yahoo.com.br.

**Mestre em Educação pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL *campus* Americana – SP. Pós-Graduada em Psicopedagogia e Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo – UNASP *campus* Hortolândia – SP. Membro do Grupo de Estudos Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação – GEPLAGE, UFSCar – Sorocaba – SP. E-mail: iza.cardi@hotmail.com.

Dessa forma ocorreu uma diminuição no número de pessoas residentes na zona rural. A mudança na densidade demográfica resultante do êxodo rural, ocasionou nas cidades, um quadro de questões relacionadas a: falta de moradia, instalações sanitárias, mão de obra especializada, atendimento na saúde pública, na escolarização e em outras necessidades no atendimento ao cidadão. Houve então, a necessidade de se resolver estas questões surgidas, o governo brasileiro então resolveu implantar projetos que facilitassem a resolução dos problemas, preferencialmente, de acordo com as necessidades locais de cada região. Assim, como estratégia desenvolvimentista do governo militar, por força da Lei Complementar nº 14/1973, foi criada nove primeiras regiões metropolitanas nas cinco regiões brasileiras: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sul e Sudeste, divisão regional brasileira estabelecida no ano de 1970. (BARRETO, 2012).

A criação e as organizações das regiões metropolitanas ficaram a cargo do governo federal. Após a Constituição Brasileira de 1988, esta incumbência passou a ser de competência dos governos estaduais, havendo então um aumento de regiões metropolitanas em todo o país. Assim, o Estado de São Paulo foi se organizando e com o desenvolvimento e crescimento das cidades paulistas, foram criadas novas regiões metropolitanas chegando atualmente ao total de seis grandes regiões. Neste contexto pontuamos a Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) criada pela Lei Complementar nº 1.241 em 08 de maio de 2014, assinada pelo então governador Geraldo Alckmin.

Nesse artigo destacamos especificamente a cidade de Salto de Pirapora, pertencente a (RMS), focalizando a educação, e como ela é ofertada no município em nível de qualidade de ensino. Sorocaba como sede dos municípios que fazem parte da (RMS), apresenta atualmente o 19º maior Produto Interno Bruto (PIB) do País, segundo a pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O PIB da RMS de 2014 foi de R\$ 77,9 bilhões, somando as riquezas produzidas pelas 27 cidades da Região Metropolitana de Sorocaba, e da cidade de Salto de Pirapora foi de R\$ 1.383.574. (FERNANDES, 2014).

A Região Metropolitana de Sorocaba delimita-se em uma extensão de 11.611,34 km² e conta atualmente com uma população de 2.066,986 habitantes (IBGE 2016) que representa 4,6% da população estadual paulista e 0,9% da população brasileira e o município de Salto de Pirapora contribui com 43.990 habitantes. A região conta com um PIB de R\$ 77.900,00 bilhões (IBGE 2014) equivalendo a 4,25% do PIB paulista. A RMS "Destaca-se em âmbito nacional, por intensa e diversificada atividade econômica, caracterizada por produção industrial altamente desenvolvida, com predominância dos setores metalomecânico, eletroeletrônico, têxtil e agronegócio (cana-de-açúcar) (EMPLASA, 2017).

Para compreensão do presente texto apresentamos aqui a organização desse primeiro passo da pesquisa e os fatos pertinentes a composição do trabalho no Município de Salto de Pirapora. Assim o texto foi organizado em quatro (4) partes. A Contextualização e a importância da cidade de Salto de Pirapora na Região Metropolitana de Sorocaba, apresentando além da localização do município, a extensão das terras, num quadro indicador, todas as cidades pertencentes a mesma Região Metropolitana, suas escalas em população, densidade demográfica, o PIB e a distância até a capital do Estado.

A terceira parte trata da história da educação no Município apontando as leis que regulamentam o processo educativo, o plano diretor, as metas estipuladas com relação ao PNE, a distribuição da rede de ensino (estadual, municipal e particular), quantidade de escolas entre: estadual, municipal e particular. Número de alunos matriculados nos diferentes níveis de ensino. E por fim apresenta as considerações finais considerando alguns pontos de análise quanto a sua evolução econômica em contrapartida o descompasso na evolução do setor educativo. Todo o levantamento histórico e dados na história de educação do Município de Salto de Pirapora e mais as coletas de dados por meio das entrevistas que posteriormente ocorrerá, são elementos essenciais para a composição de todo o trabalho de pesquisa que ora se propõem no grupo de pesquisa – GEPLAGE da UFSCAR de Sorocaba. A seguir, temos a história do Município trazendo sua fundação, festas e tradições, fatos importantes que determinam o modo de ser do Município de Pirapora e atividades econômica.

CONTEXTO E IMPORTÂNCIA DA CIDADE SALTO DE PIRAPORA

O município de Salto de Pirapora está localizado a 121 km da capital paulista, na região sudeste do Estado de São Paulo, banhado pelo rio Pirapora do qual originou o nome da cidade, que na linguagem tupi-guarani significa Salto do Peixe e pelo rio Sarapuí. Situa-se na Região Metropolitana de Sorocaba, na Mesorregião Macro Metropolitana Paulista e na Microrregião de Sorocaba no Estado de São Paulo.

Salto de Pirapora ocupa um papel importante na RMS, na contribuição do PIB e do IDHM, estando acima de outros municípios que produzem riquezas e que compõem a Região Metropolitana de Sorocaba. (EMPLASA, 2017)

A tabela 1 mostra os indicadores referentes aos nove municípios da Região Metropolitana de Sorocaba que fazem parte da organização desta pesquisa.

Tabela 1: Indicadores dos municípios da Sub-região 3 da RMS

Município	Área (Km ²)	População 2016	Densidade demográfica 2016 hab./Km ²	TGCA 2010/2016 (%)	PIB 2014 Mil reais	Distância até São Paulo
Araçoiaba da Serra	255,33	31.915	125,00	2,64	508.944	122
Iperó	170,29	34.149	200,54	3,18	438.542	126
Piedade	746,87	54.907	73,52	0,86	1.129.675	99
Pilar do Sul	681,12	28.516	41,87	1,29	449.225	150
Salto de Pirapora	280,70	43.990	156,72	1,54	1.383.574	124
São Miguel Arcanjo	930,34	32.840	35,30	0,72	556.845	184
Sorocaba	450,38	652.481	1.448,73	1,79	32.662.452	99
Tapiraí	755,10	8.010	10,61	0,00	144.494	135
Votorantim	183,52	118.858	647,67	1,48	4.708.770	105
TOTAL	4.453,64	1.005,666	225,81	1,70	41.982,521	-

Fonte: EMPLASA (2017)

Assim, dentre os nove municípios pesquisados pertencentes a sub-região 3 da RMS, a cidade Salto de Pirapora apresenta um quadro médio favorável na escala. Observando, sua posição está em sexto lugar na extensão territorial. No quadro com referências de 2016, temos a população, densidade demográfica e na Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA) ocupando o quarto lugar. Em relação ao PIB (2014), apresenta um terceiro lugar, frente aos demais municípios da sub-região 3. Com relação a distância da capital do Estado pertencente, está no quinto lugar desta tabela. (EMPLASA, 2017)

A RMS abarca 27 municípios agrupados em três sub-regiões. Salto de Pirapora se localiza na sub-região 3. Salto de Pirapora atualmente é administrado pelo prefeito Joel David Haddad (PDT) e pelo vice-prefeito Orival Volpi Junior (PDT). A cidade está a 20 km de Sorocaba, cidade sede da RMS. Faz divisa com os municípios: Piedade, Araçoiaba da Serra, Pilar do Sul, Sarapuí, Votorantim e Sorocaba.

Observando o mapa geográfico da cidade Salto de Pirapora verifica-se que sua superfície é de 28.050 hectares, 280,697 km², e tem altitude de 637m, latitude. Seu clima é ameno, subtropical úmido (Classificação climática de Koppen-Geiger: Cfa). A Rodovia João Leme dos Santos SP 264 faz a ligação do município com Sorocaba, que também se interliga à capital paulista por meio das Rodovias Raposo Tavares SP 270 e a Castelo Branco SP 280. (EMPLASA, 2017)

História do Município Salto de Pirapora

De acordo com o documento Lei Complementar nº 007/2015 da Prefeitura, a fundação da cidade de Salto de Pirapora ocorreu pela iniciativa de Lavradores e Operários, comandado por Antônio Maximiano Fidélis, mais conhecido por "Antônio Fogueteiro" e por Felício Lencione. Os lavradores e operários costumavam se reunirem nas vizinhanças entre as primeiras casas que existiam no local, para festejarem São João com fogueiras, mastro e reza. Podemos apontar como primeiros participantes da fundação da cidade: Antônio Fogueteiro, Felício Lencione e João de Góes, pois foram eles que realizaram o trabalho de carpinagem e limpeza do terreno, levantaram um mastro com a bandeira do santo precursor, rezaram, soltaram fogos. (SALTO DE PIRAPORA, 2015, p. 24).

No dia 24 de junho de 1906 rezaram a primeira prece promovida por Antônio Fogueteiro auxiliado pelo negociante Antônio Góes, no local que demarcaram onde seria a sede do futuro município. No ano seguinte foi construída a primeira capela por João de Góes, onde hoje está a Igreja Matriz. João de Góes ofertou uma imagem de São João Batista, santo que desde então passou a ser o padroeiro de Salto de Pirapora.

No dia 6 de outubro de 1907, o Padre Luiz Sicluna celebrou a primeira missa na capela, com a presença de todos que moravam no povoado, e que ajudaram na construção da capela. Em 1922 organizou-se uma comissão residente para a construção da Igreja Matriz. Essa comissão se mantém até hoje, seguindo a planta do arquiteto e padre Luiz Sicluna.

Em 1911, pela Lei nº 1.250 de 18 de agosto, Salto de Pirapora foi elevada a vila e incorporado como Distrito de Paz pertencente à comarca de Sorocaba. Em 1912 João Almeida Tavares foi nomeado o primeiro tabelião do Distrito, nesse ano começaram a aparecer os primeiros carros puxados por bois, iniciando o progresso do povoado. Transportavam madeiras e produtos da agricultura local, como arroz, feijão e batata para outras regiões. A emancipação da cidade se deu através de um plebiscito, por meio de votação dos 657 eleitores residentes no distrito na ocasião, dos quais 475 votaram a favor do desligamento político da vila, 174 contra, 4 em branco e teve 4 votos nulos. No dia 30 de dezembro de 1953, através da Lei Estadual nº 2.456, Salto de Pirapora é desmembrado de Sorocaba e é elevada à categoria de Município. (SALTO DE PIRAPORA, 2015)

A partir de sua emancipação podemos verificar, por meio dos dados do IBGE, (SALTO DE PIRAPORA, 2015) que a cidade teve um grande desenvolvimento econômico. Hoje ela contribui positivamente com o progresso da Região Metropolitana de Sorocaba, devido à instalação de muitas indústrias voltadas à mineração, hoje o município é um dos principais pontos de extração do país.

Segundo dados do IBGE (SALTO DE PIRAPORA, 2015) a população da cidade foi estimada para 2016 em 43.990 pessoas e densidade demográfica de 156,72 habitantes por km². No último censo em 2010 era de 40.132 habitantes sendo 19.949 homens e 20.183 mulheres, distribuídos em 31.463 pessoas na zona urbana e 8.669 na zona rural, numa densidade demográfica de 143,02 habitantes por km², e expectativa de vida em torno de 74,95 anos. Isto colocava a cidade na posição 154 entre os 645 municípios do Estado de São Paulo e ficava na posição 757 entre os 5570 municípios de todo o país em termo longevidade populacional. Para 2016, a cidade se posiciona em 133 dos 645 municípios paulistas e na posição de 489 entre os 5570 quando comparado com outras cidades do Brasil. Nestes seis anos, um aumento de aproximadamente 9,10%. Neste censo do IBGE também consta que o PIB do município em 2013/14 foi de R\$ 1.243.453.000. (SALTO DE PIRAPORA, 2015, p.10).

Em Salto de Pirapora existe uma comunidade quilombola denominada Cafundó, fundada em 1888 por ex-escravos, em terras doadas por um fazendeiro da época. Esta comunidade abriga uma população em sua maioria negra, de atualmente 24 famílias que corresponde por um pouco mais de 100 habitantes, divididas em duas parentelas: a dos Almeida Caetano e a dos Pires Cardoso, que são descendentes de duas filhas do fundador deste agrupamento.

Segundo Fry; Vogt e Gnerre (1984, p. 111), as onze casas primeiras foram feitas de pau-a-pique e barro batido como eram feitos alguns imóveis naquele tempo. Cafundó é uma das mais importantes comunidades quilombolas remanescentes do país. Fica num bairro rural a 12 quilômetros do centro de Salto de Pirapora e a 30km de Sorocaba. O nome oficial deste quilombo é Associação Remanescente de Quilombo Kimbundo do Cafundó. O Cafundó sobrevive da agricultura através das famílias que cultivam hortaliças. Sua língua materna é o Português membros deste quilombo utilizam a cupópia, uma língua de raiz africana derivada de um idioma falado em Angola.

O Município de Salto de Pirapora apresentou no censo de 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) de 0,729, o IDH-M Renda 0,685, o IDH-M Longevidade 0,781 e o IDH-M Educação 0,847. Em 1991 o IDH-M do município era 0,460, em 2000 o IDH-M era 0,630. Conforme os dados demonstrados no quadro abaixo.

Quadro 1: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal –Salto de Pirapora – SP

IDHM – 1991	0,460
IDHM – 2000	0,630
IDHM - 2010	0,729

Fonte: Salto de Pirapora, (2015 p. 15)

De acordo com o quadro podemos verificar que de 1991 para 2010

o (IDHM) em Salto de Pirapora teve um crescimento de 0,269. Isso indica que houve um desenvolvimento humano no Município especialmente relacionado a educação¹. Mediante a isso, o município de Salto de Pirapora tem um IDHM aceitável (0,729), pois está no nível alto em longevidade e na educação, no nível muito alto, perdendo um pouco na renda, mesmo assim, no ranking do desenvolvimento humano entre os municípios brasileiros, no nível do IDHM geral a cidade está no 1052º lugar, entre os 5.570 municípios existentes².

Tabela 2: Longevidade – Mortalidade e Fecundidade Salto de Pirapora - SP

	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	67,2	72,5	75,0
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	30,7	18,8	14,7
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	34,8	21,8	17,0
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	3,0	2,8	1,9

Fonte: Salto de Pirapora (Lei Complementar 007/2015, p. 15)

De acordo com a urbanização a pesquisa aponta que o município apresenta 82% de domicílios com esgoto sanitário adequado, 71,3% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 19,6% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

Atividade econômica predominante

A atividade econômica de Salto de Pirapora começou na agricultura e na pecuária. Hoje esta área se sustenta com o setor agropecuário na criação de gado de corte e leiteiro, a criação de suínos, aves e granjas. A agricultura também se destaca com o cultivo do milho, do feijão e um crescimento considerável na cultura de hortifrúteis e hortigranjeira, além do reflorestamento com as empresas Eucatex e Suzano.

Desde o final do século XIX e início do século XX, os operários já trabalhavam em fornos de cal e extração de minérios. Como retrato de uma era que foi bastante explorada economicamente, ainda existem espalhados pela cidade, diversos fornos que eram usados de forma muito rudimentar e imensas jazidas abandonadas.

Atualmente o fator preponderante na vida econômica do município é a extração e o beneficiamento do Calcário, como ponto principal de extração mineral do país, o que levou Salto de Pirapora a ser conhecida como a "Capital do Calcário" abrigando diversas empresas mineradoras. A economia da cidade também conta com o Grupo Votorantim grande produtor de cimento e empresas como o Grupo Adner, GMIC, Massari Mineração, a Cominge, Britamax, Guapiara, Mineração e Hidrocal que fornecem material para construção civil e infra-estrutura para muitos municípios do país. Assim, praticamente quase 70% da renda de Salto de Pirapora está baseada nesta atividade mineral. (IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR, 2008).

A cidade também conta com empresas de outros ramos de negócios como a indústria química, citando como exemplo a Hokko do Brasil que contribui com mais de 15% do ICMS local. Possui também indústrias de embalagens, lavanderia, rações, cerâmicas e frigorífico. Também tem o setor de serviços e comércio que emprega considerável mão de obra. Em 2015 a cidade contava no cadastro central de empresas com 822 unidades atuantes e 837 unidades locais. Quanto ao salário médio mensal dos

¹O IDH tem uma variação de indicadores que vai de 0 a 1 considerando longevidade (saúde), como a oportunidade de o cidadão ter uma vida longa saudável, a renda para se ter um padrão de vida digna e a educação como a facilidade do acesso ao conhecimento. E, quanto mais próximo for de 0, pior é o desenvolvimento humano da cidade, região ou o que se está pesquisando. Assim também, quanto mais próximo o indicador for de 1, mais alto é o IDH. E, seguindo a faixa de desenvolvimento humano estabelecida que é: 0,000 até 0,499 o índice é muito baixo; de 0,500 até 0,599 é baixo; de 0,600 até 0,699 é médio; de 0,700 até 0,799 é alto e de 0,800 até 1,000 é muito alto.

²O IDH foi criado em 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento com o propósito de dar ampliação de desenvolvimento para que a pessoa possa ter a liberdade de escolher como quer ser e como deseja viver, com capacidade de aproveitar as oportunidades oferecidas para fazer as escolhas adequadas. Em 1998 o Brasil criou o IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal que é o indicador das três dimensões: longevidade, renda e educação avaliação de cada município brasileiro, para conhecer de perto a realidade de como acontece a vida do cidadão em cada cidade.

trabalhadores assalariados era de 2,9 salários mínimos, e a proporção de pessoas empregadas estava em torno de 16,5%, 7.195 do total da população residente. (SALTO DE PIRAPORA, 2015, p.21).

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA

No processo histórico da educação no município de Salto de Pirapora vale destacar a Escola Estadual Dr. Afonso Vergueiro como a primeira escola da cidade. Fundada em 07 de agosto de 1941, localizada no centro da cidade, era de propriedade do Sr. Agenor Leme dos Santos. Tinha como objetivo, a formação de cidadãos saltopiraporense neste local, que até então estudavam em núcleos espalhados pela cidade.

A escola recebeu o nome de Grupo Escolar Dr. Afonso Vergueiro. Afonso Vergueiro tornou-se o patrono da escola, advogado e sorocabano, figura ilustre e de grande prestígio que desempenhou efetivo trabalho em grêmios beneficentes, recreativos, esportivos e culturais. (Salto de Pirapora, 2015).

No que se refere a educação infantil, a primeira escola municipal de Salto de Pirapora foi a "EMEI João Fernandes de Andrade" fundada em 26 de fevereiro de 1982 no bairro Campo Largo. A primeira creche municipal foi a "Maria Rizzi Canalle" fundada em 1983 no bairro Jardim Primavera. Esta creche em 2015 atendia aproximadamente 120 crianças de 0 a 3 anos de idade. Depois a creche passou a funcionar como pré-escola, e atendia alunos em idade pré-escolar e ensino fundamental I totalizando 515 alunos.

Leis que regulamentam a educação no Município Salto de Pirapora

Em cumprimento da legislação federal relacionado ao Sistema Municipal de Planejamento em Salto de Pirapora em seu artigo 1º foi instituído o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município nos termos da Lei Federal 10 257 em 10 de julho de 2001 criando-se o Estatuto da Cidade. A partir da criação do Plano Diretor foi-se atualizando novos planos.

Lei Complementar nº 012/2010 de 14 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Salto de Pirapora e dá outras providências.

Art. 3- O Plano Diretor é um instrumento básico de operacionalização do sistema de planejamento Municipal composto pelo conjunto de órgãos da administração, leis, normas e regulamentos que objetivam promover a organização territorial do Município, as políticas públicas a alocação de recursos e a gestão da cidade. (SALTO DE PIRAPORA 2010, p.1).

Conforme consta na Seção III – Da Educação, o município Salto de Pirapora através do Artigo 121 apresenta metas prioritárias a serem atingidas no curto e médio prazo pelo setor. No artigo 121 incisos IV da Lei Complementar nº 012/2010, consta como meta prioritária para a cidade Salto de Pirapora, a melhoria da rede física e de equipamentos através da reforma, ampliação e construção de creches e escolas do ensino infantil e fundamental adequadas à demanda em especial no setor oeste da cidade.

Em 23 de agosto de 2015 o então prefeito Santelmo Xavier Sobrinho, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, através da Lei Complementar nº 007/2015 – instituiu o Plano Municipal de Educação de Salto de Pirapora. O plano além de orientar as políticas públicas para o município também deverá subsidiar projetos educativos e/ou Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, para a efetivação do compromisso dos profissionais comprometidos em proporcionar uma educação de qualidade para a população de Salto de Pirapora. (SALTO DE PIRAPORA, 2015, p. 4). De acordo com a Lei complementar nº 007/2015, da Secretaria de Educação de Salto de Pirapora,

Meta 1 Educação Infantil era: Universalizar até 2016 a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

Meta 2 – Ensino Fundamental: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência deste PME.

Meta 3 – Ensino Médio – Universalizar até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Meta 4 – Inclusão – Universalizar para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos o atendimento escolar aos estudantes com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

A rede Estadual de ensino atendeu em 2015, 36 alunos do ensino fundamental e médio com necessidades especiais em salas multifuncionais, na Escola Estadual Dr. Afonso Vergueiro, citada anteriormente neste artigo como primeira escola construída na cidade.

Meta 5 – Alfabetização Infantil – Alfabetizar todas as crianças no máximo até os oito anos de idade, durante os primeiros cinco anos de vigência do plano; no máximo, até os sete anos de idade; do sexto ao nono ano de vigência do plano, e até o final dos seis anos de idade a partir do décimo ano de vigência do plano.

Meta 6 – Educação Integral – Oferecer educação em tempo integral em no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas de forma a atender, pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica. Atualmente a Escola Estadual Prof. Benedicto Rodrigues é a única do município que oferece o ensino em tempo integral atendendo aproximadamente 219 alunos do ensino fundamental II.

Meta 7 – Qualidade da Educação Básica/IDEB – Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB.

Meta 8 – Elevação da Escolaridade/Diversidade – Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste plano para as populações do campo da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Meta 9 – Alfabetização de Jovens e Adultos – Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três por cento) até 2024 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Em relação a Educação de Jovens e Adultos as metas prioritárias de Salto de Pirapora, em 2010 foram: promover a superação do analfabetismo, ampliar a oferta de vagas principalmente noturna, apoiar iniciativas não governamentais, fomentar a qualificação e promover a articulação com outros equipamentos sociais, culturais e organizações.

Quadro 2: Ensino Fundamental – distribuição por Rede (2015)

	Nº alunos total	E. Fundamental I / EJA I	E. Fundamental II
Estadual	2.184	261	1.923
Municipal	3.118	2.572	546
Total	5.302	2.833	2.469

Fonte: Salto de Pirapora – Lei Complementar nº 007/2015

Relativas ao Ensino Profissionalizante e Pós-Secundário, as metas prioritárias de Salto de Pirapora são: Implantar o curso pré-universitário municipal, ampliação progressiva das vagas, promover cursos de línguas e informática, promover parcerias com o PAT (Posto de Atendimento do Trabalhador) e implementação de cursos profissionalizantes.

Relativas ao Ensino superior: apoio à implantação da Universidade Pública nas proximidades do município, aprimorar o transporte universitário e aperfeiçoar o programa de bolsas de estudo.

Lei Complementar nº 009/2010 de 14 de dezembro de 2010 dispõe sobre a reorganização do Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Salto de Pirapora. Esta Lei

valoriza o profissional do Magistério mantendo um sistema permanente de formação continuada para aperfeiçoamento profissional e evolução ao aperfeiçoamento profissional e evolução da carreira de acordo com as necessidades do Sistema Municipal de Ensino. Também oferece remuneração compatível com a complexidade e o nível de responsabilidade exigida para desempenhar com eficiência as atribuições do cargo que ocupa.

Lei Complementar nº 014/2013. Dá nova redação ao Artigo 2º da Lei Complementar nº 005/2007, de 22 de março de 2007, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da educação – Conselho do FUNDEB. Art. 2º - O Conselho a que se refere o artigo 1º É constituído por 11 (onze) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes.

Quando se pensa numa educação com qualidade socialmente referenciada, os parâmetros legais, em tese, certamente dão sustentação para a sua consecução, entretanto, o que se indaga é, do ponto de vista de implementação e na consolidação da educação esperada, quão perto ou longe está o município de Salto de Pirapora, considerando-se o colegiado cidadão, nominado por Conselho Municipal de Educação?

Dados Estatísticos da Educação em Salto de Pirapora

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade obtiveram a nota média de 6,3 no IDEB, e para os alunos dos anos finais a nota de 5. E no ano de 2010, a taxa de escolarização para alunos de 6 a 14 anos foi de 98,6%. De acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação para atribuição de aulas 2017 na Rede Municipal de Ensino, assim ficou as distribuições de aulas nas escolas municipais da cidade³ :

Quadro 3 - Creches Municipais de Salto de Pirapora-SP

UNIDADE EDUCACIONAL	LOCALIZAÇÃO
Francisca Ramos dos Santos	Bairro Jardim Paulistano
Neusa Marum	Bairro Vera Lúcia
Nair Guilherme Rocha Santos	Bairro Ana Guilherme
Kikue Shiomi	Bairro Maria Clara
Euclair Dias Ribeiro	Bairro Campo Largo
Rosa Francisco de Castilho Santos	Bairro Jardim Silva Barros
Antonia Lopes Guilherme	Bairro Bela Vista
Prefeito Newton Guuimarães	Vila Xavier
Irmã Maria das Dores	Jardim Cachoeira
Katia Silene Volpi Teixeira	Jardim Agenor

Fonte: Salto de Pirapora (2017)⁴

Quadro 4 - Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental - EMEIEF

UNIDADE EDUCACIONAL	LOCALIZAÇÃO
Escola Jayme Ferreira da Fonseca	Bairro Jardim Paulistano
Escola Maria Rizzi Canalle	Bairro Jardim Primavera
Escola Jana Marum dos Santos	Bairro Jardim Maria José
Escola João Fernandes de Andrade	Bairro Campo Largo
Escola Quintas de Pirapora	Bairro Quintas de Pirapora
Escola Bairro Piraporinha	Bairro Piraporinha
Escola Recanto São Manoel	Bairro Recanto São Manoel

Fonte: Salto de Pirapora (2017)⁵

Quadro 5 - Escolas Municipais de Ensino Fundamental - EMEF

UNIDADE EDUCACIONAL	LOCALIZAÇÃO
---------------------	-------------

^{3,4,5} Disponível em: <http://saltodepirapora.sp.gov.br/index.php/educacao/> acessado em 30/06/2017.

Escola Profa. Benedita Cannavan Benedetti	Centro
Escola Profa. Sílvia Haddad	Bairro Jardim América
Escola Vereador Pracídio Barros de Oliveira	Bairro Jardim Maria Clara
EMEF – Vereadora Célia Dias Batista dos Santos	Centro
EMEF – Prof. Roberto Marcelino	Campo Largo

Fonte: Salto de Pirapora (2017)⁶

De acordo com os quadros acima, tem-se a quantidade de dez unidades de creches distribuídas em bairros distintos e distantes para atender a demanda de cada local. As Escolas Municipais de Ensino Infantil e Ensino Fundamental, contemplam 12 unidades. A seguir os quadros demonstrativos abaixo referem-se as quantidades de unidades de ensino entre as escolas privadas, estaduais e municipais, os níveis de ensino, o número total de docentes e as quantidades de matrículas efetuadas para o funcionamento no ano de 2015 em Salto de Pirapora.

Quadro 6 - Unidades Escolares - 2015

Escolas – Ensino fundamental	21
Ensino fundamental – escola privada	4
Ensino fundamental – escola pública estadual	8
Ensino fundamental – escola pública municipal	9
Escolas – Ensino médio	6
Ensino médio – escola privada	2
Ensino médio – escola pública estadual	4
Ensino pré-escolar	11
Ensino pré-escolar – escola privada	4
Ensino pré-escolar – escola pública municipal	7

Fonte: Salto de Pirapora (2017)⁷

Quadro 7 - Salto de Pirapora – ensino – matrículas, docentes e rede escolar - 2015

Matrícula – Ensino fundamental	5.396
Matrícula – Ensino fundamental – escola privada	401
Matrícula – Ensino fundamental – escola pública estadual	2.075
Matrícula – Ensino fundamental – escola pública municipal	2.920
Matrícula – Ensino médio	1.685
Matrícula – Ensino médio – escola privada	103
Matrícula – Ensino médio – escola pública estadual	1.582
Matrícula – Ensino pré-escolar	1.080
Matrícula – Ensino pré-escolar – escola privada	108
Matrícula – Ensino pré-escolar – escola pública municipal	972

Fonte: INEP (2015)

Quadro 8 - Salto de Pirapora – ensino – matrículas, docentes e rede escolar - 2015

Docentes - Ensino fundamental - 2015	318
Docentes – Ensino fundamental – escola privada	49
Docentes – Ensino fundamental – escola pública estadual	133
Docentes – Ensino fundamental – escola pública municipal	136
Docentes – Ensino médio	129
Docentes – Ensino médio – escola privada	26
Docentes – Ensino médio – escola pública estadual	103
Docentes – Ensino pré-escolar	61
Docentes – Ensino pré-escolar – escola privada	16
Docentes – Ensino pré-escolar – escola pública municipal	45

Fonte: Salto de Pirapora (2015, p. 28)

^{8,9}Disponível em: <http://saltodepirapora.sp.gov.br/index.php/educacao/> acessado em 30/06/2017.

Nas tabelas seguintes podemos verificar a evolução em número de matrículas nas creches e pré-escolas municipais em Salto de Pirapora de 2010 para 2015.

Tabela 3 - Matrículas em creches e pré-escolas municipais

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Creches	252	350	366	514	569	711
Pré-escolas	902	864	894	972	1010	

Fonte: Salto de Pirapora (2015, p. 28)

Na tabela abaixo demonstra a evolução de matrículas nas creches e pré-escolas na rede privada de ensino no município de Salto de Pirapora.

Tabela 4 - Matrículas em creches e pré-escolas – rede privada

	2010	2011	2012	2013
Creches	90	99	108	117
Pré-escolas	67	99	119	121

Fonte: Salto de Pirapora (2015, p. 28)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o levantamento histórico do município de Salto de Pirapora, sua fundação data no início do século passado, podemos considerar os aspectos econômico e cultural como fato que evoluiu para seu crescimento social, objetivando a proposta do projeto em questão, sobretudo relacionado aos estudos sobre os Conselhos Municipais de Educação da região metropolitana de Sorocaba e seus 9 municípios. No caso reportamos ao Município de Salto de Pirapora como recorte do plano de estudos neste projeto. Observa-se que com relação ao aspecto educacional, somente, praticamente na metade do século de sua fundação que foi criado o primeiro grupo escolar. Podemos considerar um longo tempo para que se pensasse num projeto de escolarização no município.

Embora houvesse um crescimento econômico favorável observa-se que no aspecto educacional, a evolução decorreu de datas recentes, exemplificando, a primeira escola infantil data de 1982 e posteriormente em 1983 a primeira creche. Com relação ao Plano Diretor da cidade aponta 10 de julho do ano de 2001 como criação da lei que regulamenta o planejamento dos setores envoltentes da cidade. (SALTO DE PIRAPORA, Lei Complementar 012/2010)

A partir daí estabelece-se e se regulamenta a política de desenvolvimento todas as ações do município, nesse contexto inicia-se o planejamento do setor educativo. Portanto com o PNE – Plano Nacional de Educação o Município de Salto de Pirapora recorreu às metas estipuladas para a educação. Dessa forma podemos encontrar as prioridades estipuladas no PNE proposta como meta educacional em Salto de Pirapora. Posteriormente na continuidade deste projeto estaremos pesquisando sobre o andamento das propostas estipuladas como metas prioritárias no município em estudo. E verificar os procedimentos com relação a efetiva legalidade do conselho de educação criado para atender e organizar as demandas nos diferentes graus e modalidade escolar em prol da qualidade do ensino, observando como está funcionando na prática.

REFERÊNCIAS

BARRETO, I. J. O surgimento de novas regiões metropolitanas no Brasil: uma discussão a respeito do caso de Sorocaba (SP). In: *Espaço e Economia – Revista Brasileira de Geografia Econômica*. 1/2012. Ano 1, Nº 1. p. 1-11. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/374>. Acessado em 15/08/2017

BRASIL. *Plano Nacional de Educação - Lei 10172 de 09 de janeiro de 2001*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acessado em 15/08/2017

EMPLASA. *Dados Estatísticos da Região Metropolitana de Sorocaba*. Disponível em: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMS>. Acessado em 30 de junho de 2017.

FRY, P.; VOGT, C.; GNERRE, M. A Comunidade do Cafundó Mafambura e Caxapura – na Encruzilhada da Identidade. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos – IEL UNICAMP*. Número 6, 1984. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/download/8636656/4375>, Acessado em 30 de junho de 2017.

IBGE. *População de Salto de Pirapora em 2016*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/sp/salto-de-pirapora/panorama>. Acessado em 30 de junho de 2017.

IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR. Disponível em: <https://ieqsp.wordpress.com/2008/09/30/saltodepirapora/>. Acessado em 30/06/2017.

INEP. *IDEB de 2015*. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/> Acessado em 20 de junho de 2017.

REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA. *Lei Complementar Nº 1.241, de 8 de maio de 2014*. DOE 9 de maio de 2014 Disponível em: <http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/757742/sorocaba-sobe-para-o-19-maior-pib-do-brasil>, 2015.

SALTO DE PIRAPORA. *Distribuição das Escolas*. Portal do cidadão. Disponível em: <http://saltodepirapora.sp.gov.br/index.php/educacao/> Acessado em 28/12/2017.

SALTO DE PIRAPORA. *Plano Municipal de Educação. Lei Complementar nº 007/2015 de 23 de junho de 2015*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=354530&idtema=156&search=s%2520ao-paulo%7csalto-de-pirapora%7censino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2015>. Acessado em 28/12/2017.

SALTO DE PIRAPORA. *Dados Estatísticos da Educação em Salto de Pirapora*. Portal Secretaria Municipal de Educação. Disponível em: <http://saltodepirapora.sp.gov.br/index.php/educacao/> Acessado em 15/08/2017.

SALTO DE PIRAPORA. *Lei Complementar Nº 009/2010 de 14 de dezembro de 2010*. Dispõe sobre a Reorganização do Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município 2015. Disponível em: <http://www.camarasaltodepirapora.sp.gov.br/index2.php?pag=T0dRPU9EZz1PR009T1RnPQ==&&id=119815>. Acessado em 15/08/2017.

SALTO DE PIRAPORA. *Lei Complementar Nº 012/2010, DE 14 de dezembro de 2010*. "Dispõe sobre o plano de desenvolvimento do município 2015. Disponível em: <http://www.camarasaltodepirapora.sp.gov.br/index2.php?pag=T0dRPU9EZz1PR009T1RnPQ==&&id=119821>. Acessado em 15/08/2017.

SALTO DE PIRAPORA. *Lei Complementar Nº 014/2013 de 10 de outubro de 2013*. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Direito da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho da Cidade. 2015. Disponível em: <http://www.camarasaltodepirapora.sp.gov.br/index2.php?pag=T0dRPU9EZz1PR009T1RnPQ==&&id=119887>. Acessado em 15/08/2017.

SÃO PAULO. *Lei Estadual nº 2.456 de 30.12.1953*. Salto de Pirapora é desmembrado de Sorocaba. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1953/lei-2456-30.12.1953.html> Acessado em 28/12/2017.

SÃO PAULO. *Região Metropolitana de Sorocaba*. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=35680> Acessado em 28/12/2017.

Recebido em: 10.10.2017
Aprovado em 10.12.2017

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAÇOIABA DA SERRA/SP: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E ESTRUTURA EDUCACIONAL

The municipal council of education of Araçoiaba da Serra / SP: characterization of the municipality and educational structure

Amanda Regina Martins Dias –UFSCar/Sorocaba*
Jociane Marthendal Oliveira Santos – UFSCar/Sorocaba**

Resumo: Este estudo consiste em reunir informações históricas, políticas, econômicas e educacionais do município de Araçoiaba da Serra. O presente artigo é um recorte de um estudo maior a respeito dos Conselhos Municipais de Educação da Sub-região 3 da Região Metropolitana de Sorocaba. Para construção do presente estudo realizou-se uma pesquisa qualitativa fundamentada em pesquisas bibliográficas e documentais. Discutir-se-á neste recorte o percurso histórico do município de Araçoiaba da Serra, desde sua fundação até a atualidade, apresentando dados estatísticos e históricos concernentes à sua população de maneira em geral e mais especificamente em relação ao seu sistema municipal de educação.

Palavras-chave: Educação. Araçoiaba da Serra/SP. Conselho Municipal de Educação.

Abstract: This study consists of gathering historical, political, economic and educational information of the municipality of Araçoiaba da Serra. This article is a cross-section of a larger study regarding the Municipal Education Councils of Subregion 3 of the Sorocaba Metropolitan Region. For the construction of the present study a qualitative research was carried out based on bibliographical and documentary researches. We will discuss in this section the historical course of the municipality of Araçoiaba da Serra, from its foundation to the present, presenting statistical and historical data concerning its population in a general way and more specifically in relation to its municipal education system.

Keywords: Education. Araçoiaba da Serra/SP. Municipal Council of Education.

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de contextualizar a importância do município de Araçoiaba da Serra/SP na região metropolitana de Sorocaba será apontado nas seções a seguir, uma breve exposição da história do município, suas atividades econômicas e o desenvolvimento histórico da educação. Através dos dados estatísticos constantes no Plano Municipal de Educação (2015), analisou-se a perspectiva educacional do município em questão, trazendo a este estudo as considerações alcançadas que fazem parte de uma pesquisa maior em andamento, "Conselhos Municipais de Educação da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS): a qualidade socialmente referenciada entre iniciativas exitosas e contextos adversos".

O presente artigo apresenta a finalização da primeira parte da pesquisa, na qual contempla a caracterização do município de Araçoiaba da Serra em seus aspectos: territorial, habitacional, econômico, social e educacional. Dessa forma, as páginas seguintes apresentam um breve panorama histórico-econômico-social deste município, desde sua fundação em 1857 até a atualidade.

*Mestranda em Educação pela UFSCar campus Sorocaba/SP, membro do GPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação e diretora de escola na rede municipal de ensino de Sorocaba/SP. E-mail amandarmdias13@gmail.com

**Mestranda em Educação pela UFSCar campus Sorocaba/SP, membro do GPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação. E-mail jmarthendal@yahoo.com.br

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Araçoiaba da Serra é um dos nove municípios que compõem a Sub-região 3 da Região Metropolitana de Sorocaba, com uma população estimada para 2017 em 32.495 habitantes e área territorial de 255,327km². Está entre as três cidades menores em área territorial e em número de habitantes desta Sub-região, portanto, não é um de seus grandes representantes econômicos (IBGE,2017).

Mas Araçoiaba tem grande relevância sobre aspectos históricos do Estado e até do País como os primórdios da mineração e participações nas guerras: Rebelião Liberal de 1842, Guerra do Paraguai, Revoluções de 1930 e 1932 e Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945). (RODRIGUES, 2009).

O município está aproximadamente a 123 quilômetros da Capital do Estado de São Paulo, com acesso pelas Rodovias Castelo Branco e Raposo Tavares e a 18 quilômetros da cidade de Sorocaba, com acesso pela Rodovia Raposo Tavares. Os municípios que fazem limites com Araçoiaba da Serra são: ao norte – Iperó, ao sul – Salto de Pirapora e Sarapuí, ao leste – Sorocaba e ao oeste – Capela do Alto (ARAÇOIABA DA SERRA, 2015)

Araçoiaba da Serra é atualmente administrada pelo Sr. Dirlei Salas e vice-prefeito João Rocha, ambos do Partido Verde (PV), porém foi na gestão anterior a esta com a ex-prefeita Mara Lúcia Ferreira de Mello (PT), que o município criou, sancionou e aprovou a Lei nº 2001/2015 de 23 de junho de 2015, em que “Aprova o Plano Municipal de Educação do município de Araçoiaba da Serra e dá outras providências” (ARAÇOIABA DA SERRA, 2015).

História do município de Araçoiaba da Serra/SP

Conforme as informações obtidas pelo IBGE (2010) e Araçoiaba da Serra (2015), os primórdios do surgimento do município de Araçoiaba da Serra começaram por volta de 1589 quando um grupo de pessoas se instalou próximo as Margens do Ribeirão Ipanema com objetivos exploratórios, num primeiro momento de encontrarem ouro, porém a região tinha o potencial para extração de ferro.

A povoação do município ocorreu devido a duas atividades econômicas, a mineração de ferro no Morro Araçoiaba e o tropeirismo. Pelo município passava a estrada que ligava São Paulo às províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (RODRIGUES, 2009).

A construção de fornos rústicos as margens do ribeirão, foram um protótipo e início de uma das primeiras fábricas de ferro do país, a Fábrica de Ferro Ipanema. Como precursor destas atividades aparece nos registros o nome de Afonso Sardinha. Este possuía uma fazenda na região e foi quem averiguou juntamente com seu filho também chamado Afonso Sardinha, a possibilidade de extração de ferro nesta região. “Os primeiros bandeirantes, Afonso Sardinha, pai e filho, descobriram ferro, diorito e outros minerais na região” (RODRIGUES, 2009. p.20).

Segundo Machado (2004) os feitos de Afonso Sardinha representam uma ligação direta entre a aquisição de escravos africanos e a exploração aurífera no século XVII. Ele foi um dos poucos paulistas que “[...] possuíam entre 15 e 25 escravos em suas propriedades agrícolas na segunda metade do século XVII” (MACHADO, 2004, p.60)

Segundo Zequini (2009) a fábrica passou a ser de propriedade de D. Francisco de Souza a partir da doação feita por Afonso Sardinha. Desta forma, D. Francisco de Souza passa a ser o administrador das Minas do Brasil e governador das Capitânicas do Sul no início do século XVII, ganhando importância e promovendo o início do desenvolvimento da povoação local. Porém, “[...] a carência de conhecimento científico sobre as propriedades químicas dessa magnetita foi a principal causa dos três séculos de tentativas de se produzir ferro naquele local” (ZEQUINI, 2006, p.120). Mesmo havendo dificuldades na produção de ferro de boa qualidade no século XVIII, houve a iniciativa de Domingos Pereira Ferreira em construir e fundar em 1810 a fábrica de ferro chamada por Real Fabrica de Ferro. Conforme Rodrigues (2009):

Com a desapropriação de terras para a Fábrica de Ferro de Ipanema, em 1811, 100 famílias que ocupavam uma légua em quadra de antiga sesmaria legalmente dividida por herança ficaram desabrigadas. Uma parte ficava no sopé do Morro Araçoiaba para os lados de Capela do Alto e a outra na região da atual cidade de Araçoiaba da Serra. O alferes Bernardino José de Barros, fundador desta cidade, conseguiu aglutinar parte dessas famílias nas proximidades da capela de Nossa Senhora das

Dores, que edificou em 1826. Outra parte foi para o lugar a que chamou Benfica (fica-se bem aqui), origem primária de Tatuí, que só foi fundado graças à doação de terras do alferes Manoel Rodrigues Jordão, de São Paulo (RODRIGUES, 2009, p.15).

A povoação na época prosperou, mas depois entrou em franca decadência devido o declínio da fábrica. Por isso, a maioria dos moradores foram se estabelecer num local chamado Itavuvu, às margens do Rio Sorocaba, dando assim início à cidade de Sorocaba (ARAÇOIABA, 2015). As descobertas sobre as propriedades da magnetita foram descobertas somente na metade do século XIX e a Real Fabrica de Ferro já estava em decadência.

Conforme Machado (2006) o primeiro diretor da fábrica foi um sueco chamado Carl Gustav Hedberg (1811-1814) que foi substituído pelo alemão Friederich Ludwing Wilhelm Varnhagen. Os dois na época divergiam a respeito das técnicas utilizadas e dos fornos para a produção. Mesmo com inúmeras tentativas durante anos a fábrica fechou em 1895 (ZEQUINI, 2006). Segundo Rodrigues (2009), a liderança de Friederich Ludwing Wilhelm Varnhagen significou a reativação da fábrica em 1 de novembro de 1818.

A reativação da fábrica fez surgir vários povoados nas vizinhanças e algumas pessoas foram residir na região determinadas a trabalhar na agricultura. Passados alguns anos, uma Ordem Régia proibiu toda espécie de agricultura nessas terras, bem como todo gênero de negócios e de corte de madeira, por ser destinada, exclusivamente, à alimentação das fornalhas da fábrica. As pessoas não empregadas deixaram aquele local e, em suas andanças, agregaram-se aos primeiros povoadores de Tatuí, em terras pertencentes aos frades do Convento de Itu, formando pequenos núcleos populacionais, onde construíram uma capela coberta de palhas de indaiá, como nome de São João do Benfica (RODRIGUES, 2009. p.22)

As iniciativas e declínios no processo de povoamento do município são percebidos através das informações históricas como consonantes ao desenvolvimento e declínios da fábrica e de outras iniciativas para a produção de ferro neste período.

Em 19 de agosto de 1817, por alvará de Dom João VI, é criada a paróquia na então capela da fábrica de ferro, em louvor a São João Batista, devido as atividades desenvolvidas pela fábrica. Porém, Friederich Ludwing Wilhelm Varnhagen intercedeu junto ao governo por julgar a inconveniência que disso resultaria, uma vez que a paróquia estaria no terreno da fábrica. Devido a este acontecimento muitos moradores pediram mudança para a freguesia de Tatuí, que nessa época era apenas um bairro. Dom João VI, mandou declarar por alvará de 22 de fevereiro de 1820, que ali fosse conservada a paróquia. (Araçoiaba da Serra, 2015).

Por sua vez, os “[...] moradores, proibidos de cortar madeiras e construir casas no terreno da fábrica, solicitaram a mudança da sede da paróquia para outro local” (ARAÇOIABA DA SERRA, 2015, p.16). Dessa forma, em 20 de fevereiro de 1821 foi criada a freguesia do município de Sorocaba, no bairro de Campo Largo, um antigo pouso de tropeiro devido um acordo feito entre o padre Gaspar Antonio Malheiros e o alferes Bernardino José de Barros sobre o local onde viria a funcionar a nova paróquia, que lhes valeu o título de fundadores de Araçoiaba da Serra.

O povoado passou a se desenvolver como vila com a denominação de Campo Largo de Sorocaba, em 7 de abril de 1857 através da Lei Provincial nº 23 e elevada à Categoria de Cidade pela Lei Estadual nº 1.038 de 12 de dezembro de 1906. Nas divisões administrativas do Brasil de 1911 a 1933, o município de Campo Largo de Sorocaba, se compõe de um só distrito, o de mesmo nome (IBGE, 2010).

A partir do decreto Estadual nº 6.350, de 03 de junho de 1934, o município foi extinto, assim como muitos municípios nesta mesma época (Exemplo: Pilar do Sul, Piedade) devido à condição econômica difícil no estado de São Paulo, os municípios menores eram extintos fazendo parte de distritos maiores (NOGUEIRA, 2014). Para Rodrigues (2009) a situação era difícil devido à instalação da ditadura militar por Getúlio Vargas, atingindo assim todo o País. No Plano Municipal de Educação do município encontra-se o desenrolar da trajetória administrativa de Araçoiaba da Serra:

Reinstalado em 27 de Junho de 1937. Na divisão administrativa de 31 de Dezembro de 1937 e no quadro anexo ao Decreto – Lei Estadual nº 9.073, de 31 de Março de 1938, o município de Campo Largo de Sorocaba, figura como um distrito. De acordo com o quadro fixado pelo Decreto – Lei Estadual nº 9.775, de 30 de Novembro de 1938, verificou-se uma modificação na topografia do distrito e do município, que

passou a denominar-se simplesmente Campo Largo Finalmente pelo Decreto – Lei Estadual nº 14.334, de 30 de Novembro de 1944, que fixou o quadro da divisão territorial vigente de 1945 a 1948, os antigos distritos e município, receberam nova denominação de ARAÇOIABA DA SERRA, criado com partes do território de Araçoiaba da Serra e Sorocaba, formada pelos distritos de Araçoiaba da Serra (antiga Campo Largo) e Varnhagem. Este último foi criado com partes do território de Araçoiaba da Serra e Sorocaba, dos municípios destes nomes; e o distrito de Araçoiaba da Serra, perdeu outra parte de seu território para o novo distrito de Iperó, do município de Boituva. Pelo Decreto Lei Estadual nº 2.456, de 30 de dezembro de 1953, foi extinto o distrito de Varnhagem e criado o distrito de Bacaetava com o mesmo território daquele. Foi também criado pelo mesmo decreto, o distrito de Capela do Alto com território desmembrado do distrito de Araçoiaba da Serra (ARAÇOIABA DA SERRA, 2015.p.16 e 17)

Araçoiaba da Serra perdeu parte de seu território em 1968, devido sua emancipação política para esses novos municípios de Capela do Alto e Iperó ficando com os seus atuais 255,550 Km² de extensão territorial. O nome Araçoiaba foi dado pelos índios tupiniquins ao olharem, durante o entardecer, a sombra formada pela única montanha da região e significa “esconderijo do sol” (ARAÇOIABA DA SERRA, 2015, p.17)

Atividade econômica predominante

Segundo Rodrigues (2009), as principais atividades econômicas do município seriam a agricultura, pecuária, comércio, turismo rural e ecológico.

O “ar” da cidade é considerado puro, estando na categoria de 2º melhor do país, segundo a UNESCO, para fins terapêuticos atraindo turistas e uma população flutuante de 15.000 a 20.000 habitantes, “em decorrência das inúmeras chácaras de lazer no município, o qual recebe nos finais de semana uma grande quantidade de proprietários e visitantes, o que contribui para o alto índice de pessoas no fim de semana, sendo uma particularidade deste município” (ARAÇOIABA DA SERRA, 2015, p.18)

O PIB per capita do município é de R\$ 18.434,56 e o percentual da população com rendimento nominal mensal é de meio salário mínimo (IBGE, 2015). Veja os dados abaixo a partir da Tabela 1:

Tabela 1: Produto Interno Bruto de Araçoiaba da Serra/SP

Produto Interno Bruto	Ano 2014
Valor adicionado bruto da agropecuária	23.803 mil reais
Valor adicionado bruto da indústria	93.330 mil reais
Valor adicionado bruto dos serviços	239.337 mil reais

Fonte: IBGE (2014)

Conforme a tabela 1, a agropecuária do município possui o menor rendimento e impacto sobre o produto interno bruto. Porém, é bem diverso o setor da pecuária e agricultura. Na pecuária encontra-se a criação de galináceos, suínos, ovinos, equinos, caprinos, bubalinos, e a aquicultura que seriam a criação de siris, caranguejos, lagostas, jacarés. A criação de bovinos é realizada e também há produção de leite (IBGE, 2016).

A extração vegetal no município se caracteriza com a silvicultura que é praticada no município com a plantação de pinos e eucalipto. As lavouras permanentes do município produzem banana, café, laranja, limão, maracujá, tangerina, uva, tomate, milho, trigo e soja. E a lavoura temporária efetua a produção de batata doce, cana-de-açúcar, cebola, feijão, mandioca e melancia (IBGE, 2016). A esse aspecto Rodrigues (2009) afirma que “O trigo chega e cresce extraordinariamente, pois a terra é de maravilhosa uberdade. Atualmente, a atividade agropecuária é bastante reduzida, dando lugar aos sítios de recreio e a condomínios fechados” (RODRIGUES, 2009, p.41)

De acordo com o IBGE (2015), o salário médio mensal dos araçoiabanos era de 2.2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 18.9%. Por outro lado, é interessante notar, contudo, que a cidade possui uma participação do setor primário proporcionalmente maior do que a verificada no Estado de São Paulo (1,8%) e no Brasil (5,7%).

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO

De acordo com Araçoiaba da Serra (2015), foi no ano de 1969 durante gestão do Prefeito Miguel Gimenes Campos que se iniciou a Educação Infantil em Araçoiaba da Serra. As pré-escolas, naquela época visavam à preparação da criança para o ingresso a educação e caracterizavam-se pelo atendimento assistencial, priorizando o cuidado das crianças. Primeiramente de maneira improvisada a escola funcionava em um prédio cedido (Bar do Nenio) à Praça Coronel Vieira, nº 159 – posteriormente veio a ser legalizada em 1973. As Professoras pioneiras da Educação Infantil do município foram Maria das Dores Florenzano, Maria Lídia Pinto e Mirtes Martins.

A primeira Creche Infantil Ternura foi criada em 08/01/1991, com sede à Praça Tancredo Neves s/n, permanecendo até 13/02/2002, com mudança de prédio para a Creche Municipal Antônio Euzébio Gonçalves a Rua Pedro Munhoz, nº144, no bairro Nova Araçoiaba, um prédio maior onde atendeu um número maior de crianças (ARAÇOIABA, 2015).

Conforme Araçoiaba da Serra (2015) o ensino municipalizou-se em 1998, sendo jurisdicionado a Diretoria de Ensino da Região de Votorantim, atendendo as escolas de Ensino Fundamental de 1ª série a 4ª série, através da verba do Fundo Nacional do Ensino Fundamental (FUNDEF). Em 2002 municipalizou de 6ª série à 8ª série abrangendo as demais unidades. Com a implantação do ensino de nove anos, o município passou a contar, com 25 (vinte e cinco) unidades educacionais. Sendo na Educação Infantil: 07 (sete) creches, 11 (onze) pré-escolas e no Ensino Fundamental: 13 (treze) unidades de ensino, das quais cinco se dividem em Infantil e Fundamental, 03 (três) escolas particulares, 02 (duas) escola estaduais do Ensino Médio e Ensino superior com o Polo da Universidade Anhanguera Uniderp e uma Instituição da APAE.

Já o IBGE (2015), aponta que o município conta com 14 escolas que atendem a Pré-Escola, sendo 11 escolas públicas municipais e 3 privadas; 15 escolas de Ensino Fundamental, sendo 13 escolas públicas municipais e 2 privadas; e 3 escolas de Ensino Médio sendo 2 escolas públicas estaduais e 1 privada.

Conforme aponta o IBGE (2015), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos no município de Araçoiaba da Serra é de 99,44%, porcentagem esta que coloca o município em 1º. posição na microrregião, em relação a esse critério. O município possui o total de 6.056 alunos matriculados, sendo 892 alunos matriculados no ensino Pré-Escolar, 3.882 alunos no Ensino Fundamental e 1.282 alunos no Ensino Médio.

A Secretaria da Educação do município é também responsável pela emissão de autorização para funcionamento das creches e escolas particulares de Educação Infantil, assim como pelo suporte pedagógico e supervisão para essas unidades escolares (ARAÇOIABA DA SERRA, 2015).

Não há em Araçoiaba da Serra a presença de universidades ou faculdades públicas, isso faz com que os interessados em continuar seus estudos, após o término do ensino médio, tenham de procurá-los em outras cidades. Nesse caso, a maioria se dirige a Sorocaba, Votorantim, Itu, Tatuí, São Paulo, Campinas e ingressam, em grande parte, na universidade particular. Apesar de haver estudantes em diferentes áreas do conhecimento, a maioria acaba ingressando em cursos de licenciatura, com destaque para o curso de Pedagogia, haja vista a demanda considerável de profissionais da área de educação que o município de Araçoiaba da Serra dispõe, e sendo este o segmento que mais busca o Ensino Superior através do PNE. (ARAÇOIABA DA SERRA, 2015)

Segundo dados do Plano Municipal de Educação (2015), o município de Araçoiaba da Serra tem em seu quadro 198 professores, sendo 140 efetivos e 58 contratados, desse total, 105 profissionais atendem aos anos iniciais e 93 atendem aos anos finais. Um dado positivo do município a ser considerado é a graduação dos professores da Rede Municipal, dos 198 professores efetivos da carreira 99% possui graduação em nível superior, sendo que 31% possuem também pós-graduação lato sensu. Na Rede Estadual 67 professores são graduados e 30% possui pós-graduação lato sensu, além de 3% com pós-graduação stricto sensu. Na Rede Particular 30 professores graduados e 23,3% com pós-graduação lato sensu, já no Ensino Superior 16 Professores são pós-graduados com lato sensu e 1 com stricto sensu. (ARAÇOIABA DA SERRA, 2015)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos iniciais do ensino fundamental cresceu nos últimos anos e alcançou a nota 6 em 2015, porém não atingiu meta estipulada que era de

6,3. Nos anos finais do ensino fundamental, o município alcançou a nota 5,1, mas também não atingiu a meta que era 5,5. (QEdu, 2015)

Segundo Araçoiaba da Serra (2015), existe no município, um Conselho Municipal de Educação (CME) que foi criado através da Lei Municipal nº 1.264 de 12 de setembro de 2001 e caracteriza-se como um órgão colegiado, integrado à Rede Municipal de Ensino possuindo natureza normativa, deliberativa e consultiva na gestão da educação sendo constituído por dez membros titulares e dez membros suplentes, que são indicados pelos respectivos segmentos e nomeados através de portaria. O documento evidencia que o CME foi fundamental para a elaboração, implementação e avaliação do Plano Municipal de Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como primeira etapa da pesquisa objetivou-se a caracterização e o desenvolvimento do município de Araçoiaba da Serra. Sua história e relevância no contexto da sub-região 3 da Região Metropolitana de Sorocaba e também a história da educação, sua estrutura no município e sua atividade econômica predominante.

As informações contempladas até este momento demonstram um aspecto inicial, mas de muita relevância para entendimento do contexto em que a educação municipal está inserida para futuramente adentrar-se nas questões do desenvolvimento e avanços da área da educação, sendo este o objeto mais amplo da pesquisa.

Portanto, considerando que a continuidade dos estudos sobre o desenvolvimento da educação no município de Araçoiaba da Serra, caberá a oportunidade de investigação ao Conselho Municipal de Educação de forma mais direta, verificando sua abrangência e contribuição para a construção da qualidade da educação no município.

REFERÊNCIAS

- ARAÇOIABA DA SERRA. *Plano Municipal de Educação para o decênio 2015/2024*. Disponível em: http://aracoiaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/leis/Lei%202001-2015_com%20anexo%20C3%BAnico.pdf. Acessado em 05 de jan.2017
- ARAÇOIABA DA SERRA. *Departamento de Turismo*. Disponível em: < <http://aracoiaba.sp.gov.br/departamentos/turismo>. Acessado em: 05 de jan. 2017.
- ARAÇOIABA DA SERRA. *Notícias da Prefeitura Municipal*, 2017. Disponível em: <http://aracoiaba.sp.gov.br/aracoiaba-da-serra-comemora-160-anos/> Acessado em 07 de jan.2017.
- IBGE, *Panorama – Área Territorial*, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/aracoiaba-da-serra/panorama>. Acessado em 09 jan. 2018.
- IBGE, *Panorama – Educação*, 2015. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/aracoiaba-da-serra/panorama>. Acessado em 09 jan. 2018.
- IBGE, *Panorama - Trabalho e Rendimento*, 2015. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/aracoiaba-da-serra/panorama>. Acessado em 09 jan. 2018.
- IBGE, *Produção Agrícola Cereais e Oleaginosas*, 2007. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/aracoiaba-da-serra/panorama>. Acessado em 09 jan. 2018.
- IBGE, *Produto Interno Bruto dos Municípios* 2014. Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/xtras/grafico_cidades.php?lang=&codmun=350290&idtema=162&search=sao-paulo/aracoiaba-da-serra/produto-interno-bruto-dos-municipios-2014. Acessado em: 05 jan. 2018.
- IBGE. *Extração Vegetal* 2016. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/aracoiaba-da-serra/pesquisa/16/12705>. Acessado em :09 jan. 2018
- IBGE. *Histórica e Fotos*, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/aracoiaba-da-serra/historico>. Acessado em: 05 jan. 2018.

IBGE. *Informações Completas*, 2016. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=350290&search=sao-paulo|aracoiaba-da-serra>. Acessado em: 05 jan. 2018.

IBGE. *Lavoura Agrícola Permanente*, 2016. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/aracoiaba-da-serra/pesquisa/15/11863>. Acessado em 09 jan.2018

IBGE. *Lavoura Agrícola Temporária*, 2016. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/aracoiaba-da-serra/pesquisa/14/10193>. Acessado em 09 jan. 2018

IBGE. *Pecuária*, 2016. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/aracoiaba-da-serra/pesquisa/18/16459>. Acessado em 09 jan. 2018

MACHADO, M. H. P. T. Sendo Cativo nas Ruas: a Escravidão Urbana na Cidade de São Paulo. PORTA, P. (org.). *História da cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, v. 3.

NOGUEIRA, J.L. *Genealogia de uma cidade*. Vol. IV, Gráfica Regional, Itapetininga-SP, 2014. Disponível em: https://issuu.com/silveirafh/docs/livro_genealogia_de_uma_cidade_-_pi. _ Acessado dia 28 de Jun. de 2017.

QEDu, 2015. *Meritt e Fundação Lemann*. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/estado/125-sao-paulo/ideb>. Acessado em 08 jan. 2018.

RODRIGUES, G. (Org.). *Araçoiaba da Serra: Esconderijo do Sol*. São Paulo: Nova América, 2007. Disponível em: http://www.academia.edu/7730197/Araçoiaba_da_Serra_Esconderijo_do_Sol. Acessado em 09 jan.2018

ZEQUINI, A. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0303.pdf>. Acessado em 08 de jan.2018

ZEQUINI, A. *Arqueologia de uma Fábrica de Ferro: morro de Araçoiaba*, séculos XVI-XVIII. 2006. 222 p. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-25062007-151536/pt-br.php>. Acessado em 08 de jan.2018

Recebido em: 10.10.2017

Aprovado em 10.12.2017

RESENHA

CONSIDERAÇÕES SOBRE A OBRA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA

Raul Wallace Amorim Carvalho – UFSCar-Sorocaba*

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997. 119 p. (Série Educação em ação).

O objeto dessa resenha é uma obra composta de sete trabalhos publicados pelo autor em espaços diversos, tendo como ponto comum a administração escolar e os atores envolvidos no processo. Na obra, procura-se definir os diversos termos que norteiam e compõem a escola pública no sistema capitalista e discutir as contradições existentes e soluções necessárias, e principalmente cabíveis de realização, para a superação da contínua situação de calamidade que a educação brasileira vive. Paralelamente, a obra reforça em todos os capítulos que a escola pública deve atender à classe trabalhadora, a qual o direito à educação é sistematicamente negado por um Estado autoritário que atende somente a uma minoria detentora dos poderes e meios de produção.

O livro é dedicado aos profissionais da escola pública na sua diversidade, em especial diretores, coordenadores pedagógicos, professores, orientadores educacionais, e também todas e todos que militam na área da educação pública. Os artigos foram mantidos ao máximo na sua forma original, com pequenas alterações para melhor integração da obra. Atualmente, o livro possui quatro edições, com alterações ou atualizações que não mudam o objetivo nem o cerne da publicação. *Gestão democrática da escola pública* foi publicado pela editora Ática em 1994, e a segunda edição em 1997. Possui 119 páginas, e é composto por prefácio, bibliografia e todo o corpo escrito, onde os sete trabalhos são organizados em capítulos (com três deles possuindo tópicos), numa sequência lógica que permite uma conectividade entre os mesmos.

O autor é graduado em Pedagogia e mestre em Educação pela USP, e doutor pela PUC-SP em Educação. Atuou na Fundação Carlos Chagas como pesquisador sênior e na PUC-SP como professor titular. Atualmente é professor titular da Faculdade de Educação da USP (FEUSP), onde ministra aulas na pós-graduação, realiza pesquisas e orienta doutorandos. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração Escolar (Gepae). Atua na área de Educação, com ênfase em Políticas Educacionais e Administração de Unidades Educativas.

O capítulo um, "A utopia da gestão escolar democrática" (p. 09-14), é um trabalho oriundo de uma comunicação apresentada no XIII Simpósio Brasileiro de Administração da Educação, em João Pessoa - PB, e publicado em *Cadernos da Educação*, São Paulo, n. 60, fev. 1987, p. 51-3.

Nesse capítulo, o autor discute qual a transformação necessária para que a gestão democrática se firme enquanto local real e não utópico. De início, parte-se da premissa que as classes dominantes não possuem interesse algum em transformar a realidade em prol das camadas dominadas (a classe trabalhadora), devidos aos interesses antagônicos existentes entre ambas. A escola pública, que deveria priorizar a transformação social e superação da realidade, é meramente um espaço de reprodução da ideologia dominante, negando os valores dos dominados e reforçando a injustiça social e econômica vigente. Como horizonte, coloca-se a transformação do esquema de autoridade escolar, que concentra no cargo do diretor uma dupla contradição: que é a de sujeito detentor da autoridade máxima da escola, mas meramente um preposto do Estado, não possuindo poder de ação nenhum; e a de que as competências administrativas exigidas para o cargo não possuem função num espaço onde o problema são a falta de recursos, e não a gerência deles. A luta, portanto, deve ser contra o papel e não a pessoa do diretor, em busca de distribuir a autoridade (já que não existe de fato um poder nesse cargo) entre os membros que compõem a escola, afim de aumentar a capacidade de pressão da escola sob o Estado, cujo autoritarismo não se apresenta somente em ações e práticas, mas também quando deixa de prover a escola recursos para seu funcionamento adequado.

Como medidas institucionais, o autor sugere que a princípio, seja dado a escola facilidades legais para pressionar o Estado, o que por si só garantiria não somente a mudança na forma da autoridade escolar como também a conquista dos recursos necessários para uma efetiva educação de qualidade. Para

*Acadêmico do curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal de São Carlos [UFSCar Sorocaba]. E-mail: raulwallace2320@gmail.com

além disso, sugere-se que um dispositivo constitucional seja criado, no qual os trabalhadores e trabalhadoras com filhos em idade escolar poderiam ter horas mensais do trabalho isentas, sem prejuízo ao salário, para poderem acompanhar e participar da vida escolar, seja em reuniões, assembleias ou conselhos. O texto finaliza reafirmando que tais ações só sairão do campo da utopia com uma real participação da classe trabalhadora, ou seremos eternos sujeitos passivos dos grupos dominantes, com suas reformas e comodidades que os mantêm perenemente no poder.

O segundo capítulo, "Participação da comunidade na gestão democrática da escola pública" (15-27), é um trabalho apresentado no seminário "O Papel do Diretor e a Escola de 1º Grau", e publicado inicialmente em *Série Ideias*, São Paulo, n. 12, 1992, p. 39-47.

O autor inicia o capítulo discutindo sobre a mudança do título do trabalho, que originalmente seria "A gestão democrática da escola e as relações com a comunidade"; tal mudança ocorre devido a preocupação do autor com a permanência constante da visão da comunidade como apenas mais num fator a ser administrado, exteriorizando-a. A comunidade deve ser o objetivo e principal motor da democratização da relação escolar, pois sem ela, a escola não passa de um arranjo de funcionários do Estado. Também destaca a importância de conceituar participação no sentido da gestão democrática, que deve ter a comunidade presente em ações de decisão (meio) e não somente em execução de ações (fim). Mas claro, o sem-número de barreiras desestimula a efetivação de tal participação.

Contribuem para isso a fragilidade da democracia liberal, que restringe a participação popular somente ao voto; a democracia só se estabelece quando há controle democrático do Estado. Reflexo disso é a escola pública, ao qual o autor se refere como meramente estatal, pois só será verdadeiramente pública quando for universal e de qualidade. Tais objetivos não parecem interessar aos detentores do poder estatal, e por consequência nem ao Estado.

Não há fórmula que adequa ou facilite a participação ativa na gestão escolar; é um caminho que se faz caminhando. De toda forma, o autor destaca cinco pontos para o melhor entendimento da situação como um todo:

I) A democracia só se consolida com a prática: o discurso democrático, conquanto essencial, não constrói a democracia por si só. A prática da democracia ainda é algo distante da realidade, mesmo da mais bem-intencionada das pessoas, pois as dificuldades e desgastes causados pelas dificuldades (nesse caso no ambiente escolar) geram ao passar do tempo ações autoritárias, inclusive as que não aparentam ser tal. Diretores e gestores que "permitem" ações e "dão" liberdade aos componentes da escola apenas reforçam o autoritarismo; se algo precisa de concessão ou permissão, não pode ser considerado democrático, pois a democracia não se concede, se realiza.

II) Os interesses das partes componentes do grupo: a concepção ingênua de que a escola é uma grande família, onde tudo pode ser resolvido com pequenos sacrifícios de determinados indivíduos, resulta num espaço que finge não ter problemas ao invés de um espaço de discussão dos mesmos. O que é sem dúvida contraditório, porque se comparados, todos os indivíduos têm interesses sociais em comum (o que não quer dizer que isso é notado de imediato). Uma situação que exemplifica essa contradição é a visão negativa que é imposta à greve de professores. Como todo trabalhador, o educador possui direito ao instrumento da greve como meio de lutar pelos seus direitos, até porque ninguém nega as péssimas condições que a licenciatura passa. Mas a comunidade enxerga essa luta como corporativista, e exige que essa categoria seja a única que se sacrifique em prol da educação, em vez de exigir do Estado melhores condições para a escola pública. Para que a transformação seja possível, é necessário superar interesses particulares (sem negá-los, no entanto), que muitas vezes são imediatistas e conflitantes com interesses de outros.

III) Condicionantes materiais do autoritarismo da escola: as péssimas condições de estrutura e trabalho da escola pública é uma realidade que deixou de chocar a todos, infelizmente. A constante falta de recursos mínimos, a condição de trabalho, os baixos salários, desestímulos e superlotação de salas são exemplos comuns em todas as escolas públicas. Porém, não devem ser utilizados como desculpa para a acomodação, e sim como problemas geradores que fomentam a superação.

IV) Condicionantes institucionais do autoritarismo: todas as relações escolares tradicionais são pautadas na verticalidade e na dominação. Novamente, o autor cita o exemplo do diretor, a figura que contraditoriamente detém um falso poder dentro da escola, mas é culpabilizado pelo fracasso da mesma por não possuir "técnica" suficiente na área de administração (administração quase sempre

vista como empresarial erroneamente). Mas como administrar o inexistente (no caso aqui recursos)? A recusa do Estado em fornecer condições para um ensino de boa qualidade é uma decisão política que ganha conotação técnica apenas uma falsa isenção de responsabilidade.

V) Condicionantes ideológicos do autoritarismo: existe um sem-número de crenças, derivadas de determinantes socioeconômicos, culturais, políticos e afins, movem práticas que violam a autonomia do outro. É importante a constatação disso, pois só o questionamento constante de nossas práticas nos permite superar tais crenças. Afinal, a democracia só existe com pessoas democráticas - o contrário do que ocorre na escola, que reforça o autoritarismo e a dominação. Um exemplo é a culpabilização do aluno pelo fracasso do ensino, o que desrespeita (assim como em outros espaços) todos os direitos mínimos da criança e adolescente, e isenta a responsabilidade do Estado e da sociedade nisso. Outro exemplo são falas como "a comunidade não participa porque não quer". Não há estímulo para a participação da mesma, e a escola não se identifica com os problemas da comunidade. Se a escola não participa da comunidade, porque a comunidade participaria da escola?

Há uma necessidade urgente de superação dos condicionantes, que envolve uma participação coletiva; mas essa participação depende de tal superação, gerando uma contradição na transformação social, de dependência dialética segundo o autor. Tudo deve ser um só processo, e não etapas.

O terceiro capítulo, "A natureza do trabalho pedagógico" (p. 29-37), é originário de uma prova escrita no concurso de ingresso na carreira docente na disciplina "Organização do Trabalho Escolar", na FEUSP, posteriormente publicada na *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 19, n.1, p. 103-9, jan./jun. 1993.

O autor busca definir nesse capítulo as questões ligadas ao trabalho pedagógico e suas particularidades. De início, delimitamos qual a concepção do trabalho para Marx, que é a de "atividade adequada a um fim", essencialmente humano por ter objetivos, pautados em valores, que levam a sua concretização. É o trabalho que empresta ao homem sua característica de ser histórico, pois enquanto que a natureza é presa à necessidade, o homem é moldado pela natureza e pela negação da natureza, que chamamos de produção. O trabalho é um ato social, pois somente no coletivo que o ser humano produz sua existência.

Podemos dividir o trabalho em objeto de trabalho, instrumento de trabalho e força de trabalho. O objeto do trabalho é a matéria do trabalho, transformada e incorporada ao produto final. O instrumento do trabalho já tem trabalho incorporado, podendo ou não compor o produto final. E a força de trabalho é o gasto para produzir trabalho, podendo ou não ser qualificada. Para prover subsistência, é preciso que se produza mais que o necessário, pois o excedente é o responsável pela movimentação do produto.

A transposição desses conceitos para o trabalho pedagógico, explicita o autor, necessita de novas especificações. É uma atividade não material, ou seja, um serviço. Serviços podem ser classificados entre aqueles que a produção e o consumo são separados (livros) e aqueles que a produção e o consumo são simultâneos (teatro, educação). Para Saviani (1984), advogando numa questão que Marx já levantava, não há como a educação ser insubordinada ao capital, e nem componente da sociedade capitalista. O produto do trabalho pedagógico, que dentro de uma visão capitalista é a aula, não se separa do consumidor, ou seja, o aluno. Se entendermos a educação como a apropriação do saber histórico, o aluno não é somente produto do trabalho, mas o próprio trabalho. É, simultaneamente, objeto de trabalho e de consumo, sendo coprodutor por possuir seu próprio saber e influenciar o modo no qual o saber construído na sala de aula o mudará; a mudança é o produto final da educação.

Uma grande barreira que dificulta o entendimento de tal realidade é que o capitalismo reduz as relações sociais à relações de compra e venda. O autor cita como exemplo a diferença observada na escola pública e na escola privada no tocante à exigência externa da qualidade de ensino. Na escola privada, o pagamento explícito da aula supõe aos pais que existe um direito de cobrar a qualidade e eficiência do produto. Na escola pública, no entanto, o fato do pagamento do ensino ser implícito (pois a escola, assim como o Estado, é mantida pela sociedade), não permite uma suposição do direito do usuário contestar a qualidade.

A utilização da tecnologia educacional nos moldes tecnicistas dá impressão de subordinação do trabalho pedagógico, mas se tal ação de subordinação ocorre, não existe o dito trabalho. O capital se

apropriou da concepção, do saber fazer e do material; ao trabalhador, restou a acomodação e venda da força de trabalho. No trabalho pedagógico, o saber se incorporou ao método (instrumento), mas existe o saber que é apropriado pelo educando: o saber fazer, produto em sua definição inicial.

Enquanto relação social, e levando em consideração a forma social que assume, o trabalho dos professores da escola particular e da escola pública não podem ser inseridos no mesmo contexto. Na escola privada, o professor é um trabalhador produtivo, gerando capital para o detentor dos meios de produção. Na escola pública, o professor é um trabalhador não produtivo, pois o Estado não visa o lucro no ensino, mas tão somente atender de forma menos custosa possíveis pressões e demandas sociais. Isso torna, por exemplo, as greves dos professores das escolas públicas pouco eficientes se sozinhas, pois, ao contrário de greves de setores privados, não geram prejuízo. O Estado inclusive se beneficia delas, diminuindo custos e ainda colocando setores populares um contra o outro, justificando assim o não atendimento das reivindicações. Se faz necessário que a população se una na luta por melhores condições de trabalho dos professores, e por consequência, da escola e ensino; mas tal unidade depende de uma construção e consciência política que ainda está longe do ideal. A luta deve ser não somente por melhorias estruturais, mas principalmente para defender e afirmar o objeto do seu trabalho: educação enquanto ferramenta, matéria e produto de uma sociedade justa.

O quarto capítulo, "Gestão da escola pública: a participação da comunidade" (p. 39-70) é uma versão reduzida e simplificada da tese de livre-docência do autor, apresentada ao Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da FEUSP, intitulada *Participação popular na gestão da escola pública*, originário da pesquisa do mesmo nome no Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. A tese foi publicada em livro pela editora Xamã, com o título *Por dentro da escola pública* (Paro, 1995).

A precariedade da escola pública é amplamente conhecida e histórica, reflexo de um Estado que não toma medidas para reverter tal quadro por não demonstrar ter qualquer interesse - e muitas vezes, descaso - em dotar a classe trabalhadora de escolaridade e criticidade. No discurso, sobram-se soluções milagrosas dos representantes políticos; mas na ação, a falta de vontade política se traduz na constante falta de recursos - que não faltam a outros setores.

Para uma análise mais profunda, o autor realizou uma pesquisa, buscando levantar dados qualitativos e examinar problemas e perspectivas que se apresentam à participação da comunidade na gestão. Fez por meio de um estudo de caso etnográfico, utilizando de entrevistas e de observações entre junho de 1989 e abril de 1990, numa escola pública na periferia no município de São Paulo. Todos os nomes, de pessoas, escolas, bairro e localizações são fictícios para preservar a identidade dos envolvidos. A Escola Estadual de Primeiro Grau (EEPG) Celso Helvens se insere na zona Oeste do município de São Paulo, numa região de relevo irregular. O bairro, Vila Dora, é composto de três tipos de moradias distintas: as casas e sobrados comerciais, classificados como os da "classe média", as casas da vila, muitas inacabadas e em situação fundiária irregular, e favela, que fica defronte à escola. Possui 700 alunos, divididos em 21 salas nos três períodos, e 44 funcionários. Como é comum na escola pública, a estrutura é defasada e precária.

A pesquisa divide-se em dois grandes núcleos, com objetivo de se aprofundar nos determinantes relacionados à participação da comunidade na gestão escolar:

- 1) A escola por dentro;
- 2) Determinantes da participação presentes na comunidade.

No primeiro, os determinantes internos são agrupados em quatro condicionantes, levando em consideração a participação nas decisões: materiais, institucionais, político-sociais e ideológicos.

I) Condicionantes materiais e de trabalho: o esforço despendido para remediar as insuficiências que a precariedade da escola pública apresenta gasta e desgasta esforços que poderiam ser direcionados para a efetivação da participação. Na escola, a falta de espaço adequado para reuniões é a justificativa mais utilizada. Mas por se tornarem desculpas, as precariedades impossibilitam a superação e por consequência a participação da comunidade.

II) Condicionantes institucionais: o caráter hierárquico da administração prejudica a participação efetiva de todos os componentes internos da escola, concentrando um falso poder no cargo do diretor. Os mecanismos de participação vigente, APM (Associação de Pais e Mestres, responsável pela parte

financeira) e Conselho Escolar não têm função ou poder de decisão. Há necessidade de novos mecanismos, que reforcem os existentes e viabilizem e incentivem a participação nos mesmos.

III) Condicionantes político-sociais: todos os membros da escola são da classe trabalhadora, mas os interesses imediatistas geram contínuos conflitos internos. Tais conflitos não devem ser ignorados, e sim levados em consideração, com seus motivos explícitos e implícitos analisados em busca de solução.

IV) Condicionantes ideológicos: a comunidade é vista negativamente pelos funcionários da escola. Os pais e moradores são constantemente classificados como pessoas carentes, de baixo nível cultural, desinteressados e agressivos para com os funcionários. Os seus filhos, alunos da escola, são vistos como desinteressados e bagunceiros; não são considerados sujeitos da educação, mas obstáculos para a realização do trabalho pedagógico. Nos momentos em que a comunidade é convocada para escola, o que normalmente se configura na reunião de pais bimestral, o que se vê por parte dos funcionários é uma constante imposição e ataque aos pais, que são culpabilizados pelas ações dos filhos (além da diminuição e preconceito que sofrem por serem "culturalmente inferiores"). Como reflexo, a comunidade para de frequentar e se importar com o espaço escolar.

Uma outra análise importante ressaltada pelo autor é a de que tipo de participação é entendida pelo corpo de funcionários da escola. A participação não tem um espaço planejado dentro do calendário da gestão; ela acontece advinda da boa vontade de determinados funcionários, e precisa de permissão e de alguém responsável para poder acontecer. Essas participações são entendidas como festas, eventos e atividades fora da rotina cotidiana, e para os funcionários, apenas eles se mostram ativos, pois a comunidade e os estudantes se mostram supostamente desinteressados. Nas falas onde se apresenta a possibilidade de participação da comunidade, o que muito ouve são diversas justificativas de impedimento, ou nas mais progressistas, apenas atividades de execução, nunca de decisão. Uma das falas constantes, mais uma vez, é que o baixo nível de escolaridade e de conhecimento técnico são barreiras, desconsiderando que uma mãe não precisa ser pedagoga para saber que uma sala com 40 alunos e carteiras quebradas não é o ambiente adequado para o ensino de qualquer estudante, nem seu filho. Esse discurso reducionista não se abala aparentemente diante de todas as vantagens que uma gestão participativa efetiva traz à escola como um todo, explicitadas anteriormente; em especial o pertencimento, pois uma comunidade inserida na escola traz consigo a possibilidade da real superação de todas as adversidades.

Na segunda parte do texto, os condicionantes da participação presentes na comunidade são divididos em condições objetivas de vida e participação, condicionantes culturais e condicionantes institucionais da comunidade.

I) Condições objetivas de vida: a comunidade vive um constante desgaste físico e psicológico causado pelas dificuldades de toda natureza relacionadas principalmente à questões econômicas. São situações de difícil solução cabível para a administração escolar, mas que não devem ser justificativas para a não realização de espaços destinados ao mesmo. Um exemplo são os horários das reuniões de pais, muitas vezes coincidentes com o horário de trabalho dos mesmos, que poderiam ser adaptados para atender a essa realidade.

II) Condicionantes culturais ou a visão da população sobre a escola e sobre a participação: é disseminada a ideia de que não interesse dos pais na educação dos filhos. Que não priorizam tendo em vista a vida dura que levam questões escolares, e que a não presença torna difícil a cobrança de melhorias. Também diz muito sobre isso ser reflexo da população, que em geral é avessa a participação, algo comum à nossa tradição.

Para o autor, essa aparente falta de interesse é na verdade reflexo do total falta de perspectiva na participação na tomada de decisões, característico de sociedades autoritaristas. A comunidade não participa da escola porque sequer cogita a possibilidade de tal ação. Para além disso, é ressaltado o medo que a comunidade tem da escola, que tem causas diversas. A postura de fechamento da escola para com a comunidade, o constrangimento dos pais diante de pessoas de escolarização e status social mais elevados, a ignorância diante de questões pedagógicas e o medo de que seus filhos sofram represálias por atitudes tomadas pelos pais são apresentados como motivos recorrentes.

III) Condicionantes institucionais da comunidade: mecanismos coletivos de participação: existem quatro entidades locais de influência na comunidade:

- a) o Centro Comunitário;
- b) o Conselho Popular;
- c) duas Sociedades Amigos do Bairro (SAB): a Sociedade Amigos das Vilas Unidas do Morro Alegre (SAVUMA) e a Sociedade Amigos do Morro Alegre (SAMA).

O Centro Comunitário é mais conhecido como Associação da Favela por ter suas atividades direcionadas a atender as reivindicações desse território. É centrado na figura de dona Helena, que busca dentro do possível encontrar soluções para os problemas locais (em especial questões de infraestrutura e logística). Mas ela faz pelo bairro, não com o bairro, o que descaracteriza tais atos como de um movimento popular, e não garante mecanismos da comunidade fazer por si. O Conselho Popular, oriundo da gestão municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1988, atua de forma popular e visando a participação da comunidade na busca por melhorias, diferenciando-se da forma clientelista e paternalista comum às SABs. A SAVUMA é atrelada aos interesses populares, distanciando-se do que classificaram como "jogo político clientelístico" nas quais as SABs são pressionadas a entrar. No último período eleitoral, passou-se a analisar os programas dos partidos políticos, e concluiu-se que o apoio ao PT era o mais coerente à situação presente. A partir de 1989, a SAMA (que desde 1972, se encontrava inativa) atinge repercussão ao se ligar ao Clube dos Lojistas e começa a utilizar do órgão de imprensa do clube, o *Jornal dos Morro Alegre* para divulgar ideias e realizações. Seus interesses parecem ligados aos moradores ditos classe média do bairro.

O ponto em comum a todas as entidades é a luta pelo atendimento das reivindicações dos moradores que representam. Mas há uma clara diferença de atuação, principalmente se compararmos a SAMA com o Conselho e a SAVUMA. O envolvimento partidário, em especial de membros com o PT, parece ser o fator alvo das críticas da SAMA. Os demais criticam essa entidade pelo caráter clientelista e a pretensão de seus membros de quererem ser os únicos representantes legítimos do bairro. Isso levanta no autor a discussão acerca do receio em envolvimento político que se apresenta na comunidade, e na sociedade como um todo. Também, é discutido sobre o impacto da heterogeneidade de classes nos movimentos, importante para a consolidação da unidade, mas que faz com que as divergências se evidenciem após consolidação da mesma. Em ambas as entidades, a falta de lideranças operárias é visível, e a pouca ou nenhuma atenção à escola também.

O autor termina o artigo fazendo uma análise geral sobre a participação como um todo da comunidade. O apego ao imediatismo, fortemente presente em todas as esferas da comunidade, é ligado a descrença de que seus objetivos serão atendidos por meio da luta. Os moradores preferem arcar com as responsabilidades e ônus que seriam do Estado, por acreditar que a resolução seria lenta ou uma luta vã. Mas também é sintoma da preocupação dos pais pelo futuro dos filhos: há um sentimento de temor generalizado que os filhos sejam responsabilizados por ações dos pais.

O quinto capítulo, "O caráter político e administrativo das práticas cotidianas na escola pública" (p. 71-81), é oriundo de trabalho apresentado durante o seminário "Educação Básica: a construção do sucesso escolar" realizado em Belo Horizonte - MG em junho de 1993, e publicado inicialmente em *Em Aberto*, Brasília, ano 11, n. 53. p. 39-45, jan.-mar. 1992. O texto do capítulo anterior foi utilizado como base para a concepção deste.

O capítulo se inicia com o autor expressando as vantagens do estudo de caso para uma análise geral de determinado panorama. Entendendo que a escola se encontra sob os mesmos condicionantes que as demais unidades da rede, problemas e questões acerca de uma que serão comuns a outras (salvo situações onde a particularidade aja como força maior).

Para uma compreensão melhor, o texto é dividido em três partes:

- 1) os componentes administrativos das práticas escolares;
- 2) a dimensão política das práticas escolares;
- 3) práticas políticas e administrativas.

Na primeira parte, discute-se sobre o objeto da ação administrativa (ação essa que busca otimizar os recursos para a obtenção do resultado), que são as práticas escolares realizadas com o propósito de buscar racionalmente o objetivo pedagógico da escola. São classificadas em dois tipos: as atividades meio e as atividades fim.

As atividades meio são as que não são diretamente responsáveis pelo ensino aprendizagem, ou seja, a direção escolar, a secretaria, a assistência, a alimentação (merenda), a limpeza. Prejudicadas pelas péssimas condições na qual a escola pública se encontra, tais atividades ainda são desgastadas pelas exigências burocráticas e contraditórias das Delegacias de Ensino, que exigem dados e documentos de avaliação com nenhuma utilidade no sentido a real avaliação e melhora da unidade escolar. As atividades fim estão relacionadas à apropriação do saber histórico, de ensino aprendizagem. Mas não se visualiza nenhum método ou objetivo quando olhamos para o ensino em sala de aula, realizado por profissionais não preparados e frustrados diante de todos os condicionantes de trabalho já mencionados anteriormente. Se tornou uma atividade burocratizada, preocupada em encontrar justificativas externas para os altos índices de evasão e reprovação dos estudantes; não há racionalidade ou eficiência no modo de ensino repetidamente aplicado.

Na segunda parte, faz uma análise de como a política, ligada à disputa pelo poder na sociedade, aparece na escola devido aos interesses antagônicos presentes entre a elite que controla o Estado e os trabalhadores. Mais uma vez afirma a necessidade de um real controle democrático do Estado, a fim de que se garanta que a educação cumpra seu papel social: dotar as massas trabalhadoras do saber, para melhor lutar e reivindicar seus direitos perante a classe dominante.

Na terceira parte, o autor justifica porque há a necessidade do político preceder o administrativo no cotidiano da escola pública. Se a educação é uma prática política, então os objetivos (políticos) antecedem e condicionam o processo (administrativo). Mas isso não significa uma diminuição da relevância da prática administrativa; é essencial haver uma administração racional em todas as etapas, como o melhor meio de se chegar ao fim almejado. Entendendo que a busca pelo poder político necessita de ser administrado, integrando então essas práticas, o autor traz dois pontos: há uma necessidade urgente de adoção de medidas políticas que permitam a instalação de uma estrutura adequada de tomada de decisões (sejam elas eleições diretas para diretor, conselhos representativos atuantes, fóruns constantes) e de efetiva avaliação da escola, não somente dos alunos, que não aprendem porque no final a escola é incapaz de ensinar.

O sexto capítulo, "Situação e perspectiva da administração da educação brasileira: uma contribuição" (p. 83-105) é advindo do artigo apresentado no 16º Simpósio Brasileiro de Administração da Educação, realizado no Rio de Janeiro em setembro de 1993. Foi publicado inicialmente na *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 9-36, jan.-jun. 1993.

O autor nesse texto põe em foco o local onde se concentra os serviços educacionais, ou seja, a escola, baseado no pressuposto que qualquer medida para adequar a educação deveria visar à solução dos problemas presentes na escola. Para tanto, divide o texto em quatro partes:

- 1) Um objetivo político para a escola pública;
- 2) Estabelecimento de padrões mínimos de qualidade;
- 3) A qualidade da força de trabalho docente;
- 4) A estrutura administrativa da escola.

Na primeira parte, o autor discute acerca da função social da escola, de socialização da cultura e, mesmo que leve, democratização da sociedade. Faz uma análise histórica da escola pública, que antes da democratização do ensino era vista como um templo do saber, que levaria os filhos da classe média e alta às suas devidas vagas nos cargos públicos ou na universidade, via meritocracia. O ensino era de "qualidade" (meramente autoritário e tradicionalista, cuja maior proposta era a de memorização dos conteúdos) porque a classe que usufruía do seu serviço tinha poder de pressão perante o Estado; não havia preocupação com a autonomia do estudante, pois não havia necessidade de disputa ou reivindicação: os seus direitos eram assegurados graças à posição social da família. Com a democratização do ensino, houve uma fuga dos filhos da elite para as escolas particulares (que continuaram e continuam a oferecer o serviço que os pais tanto valorizam, de educação tradicional e de "valores"), e dá-se início a deterioração constante da escola pública, que continua vigente até o presente. Para além disso, tem-se o agravante de que essa escola falida continua com os mesmos objetivos que possuía nas décadas anteriores, totalmente alheia aos interesses da nova classe que atende, a trabalhadora. Isso causa uma clara insatisfação e descrença por parte dos atores da escola, que não conseguem atingir (quando colocam, porque o que se observa é uma total falta de) objetivos

pressupostos. E em vez de um autoavaliação, a escola culpa a “pobreza cultural” dos estudantes e da comunidade como os responsáveis pela situação vivida.

Há a urgência de se buscar um novo objetivo, que atenda os interesses dessa população de forma verdadeira. Para tanto, o autor reforça a necessidade de ter-se a educação como direito inquestionável do ser humano, não dependente de justificativas de caráter diversos, flutuações políticas ou econômicas. É necessária uma educação que tenha como objetivo a superação e transformação da sociedade, por meio da consolidação da cidadania plena. Assim, desconstrói-se a contradição vigente, onde o trabalhador diz valorizar a educação dos filhos, mas aceita que os filhos larguem a escola para trabalhar; contradição que também é fruto da contínua negação ao saber que o trabalhador sofre, e então, busca pelo buscar, e não pelo resultado que gera.

Na segunda parte, o autor inicia afirmando que os estudiosos em educação já não mais se assustam diante dos dados (que continuam a crescer) sobre evasão e reprovação, devido a indiferença brutal com a qual o Estado trata essas questões ou formas de minimizá-las. A população não é dotada de meios de cobrança de seus direitos, e o sistema capitalista faz com que as massas entendam a educação de forma simplista, com a aula como produto e o professor como responsável único pelo sucesso e fracasso. E mais uma vez, o autor é enfático ao dizer que tais calamidades não devem nunca ser justificativas para a omissão acerca do trabalho pedagógico.

Utilizam-se padrões ultrapassados de ensino, e a transformação de conteúdo e do modo de levá-los aos jovens estudantes é essencial, pois não há como educar para a cidadania por meio do autoritarismo existente e reproduzido. Uma mudança na escola gera uma mudança na comunidade que a utiliza, e para tanto, é necessário a criação de mecanismos de avaliação funcional da educação, e fortalecimento dos conselhos de sala, que são a instância deliberativa responsável por cuidar das particularidades no ensino dos estudantes.

Na terceira parte o autor reflete sobre a qualidade da força de trabalho docente. A atual calamidade, com total desqualificação e desvalorização do professor, é resultado novamente da despreocupação do Estado. A formação ruim é fruto do péssimo salário oferecido; salário esse que obriga o docente a assumir mais de um trabalho, e o impede de se qualificar ou atualizar. O grau de deterioração é tal que mesmo a mudança mais radical levaria anos para reverberar na sociedade. Mas mudanças de curto prazo precisam ser tomadas, principalmente nos modelos de luta, que precisam envolver as camadas da população como um todo para efetivar os direitos que o Estado a muito deixou de assegurar.

Na quarta parte, o autor mais uma vez fala sobre a estrutura administrativa da escola, no tocante principalmente à figura do diretor e na consolidação de mecanismos que facilitem e incentivem a participação.

Conclui o trabalho retomando acerca das quatro partes discutidas no texto, e da urgência de que mudanças ocorram em prol da transformação da atual situação da escola pública.

O sétimo e último texto, “Gestão da escola pública: alguns fundamentos e uma proposta” (p. 107-114), é advindo de um trabalho redigido por solicitação da APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo para o VI Congresso Estadual de Educação, realizado em outubro de 1995 em Santos-SP. Foi publicado inicialmente em *Educação em Revista*, Goiânia, ano 1, p. 6-9, mar. 1996.

De início, o autor reflete sobre conceitos em geral que estabelecem bases para a discussão que se segue. Começa falando acerca da ideia de liberdade, que define como algo que ultrapassa o natural e é construído pelo homem, e da dominação como condição negadora da existência do homem. Após, discute sobre o saber historicamente construído, processo que é transmitido ao homem por meio do trabalho pedagógico, que envolve tanto o educador quanto o educando. Entra então no conceito de administração, que define como a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados, e de como o bom uso de práticas administrativas na escola é constantemente sonogado, tendo no lugar uma imposição de métodos falhos e inadequados ao ambiente escolar. O conceito de que “há escola para todos, o que falta é qualidade” para o autor é uma falácia, pois o que temos atualmente são prédios desprovidos de qualquer estrutura onde amontoam-se jovens e crianças sem mínimas condições e a qual chamamos de escola. Não há administração sem recursos para administrar, o que faz com que o papel de diretor (figura máxima de administração da escola) seja de meramente ser responsabilizado pelo Estado pelo fracasso escolar.

Não há dúvida sobre a necessidade da mudança de tal quadro, mas é necessário provê-la de recursos e de autonomia para tanto. Não se trata, entretanto, de aplicar métodos empresariais à escola, como o que se têm observado. O autor sugere a dissolução da noção do cargo do diretor, e a criação do cargo de Coordenador Geral de Escola. A direção da escola seria gerida por um colegiado restrito a quatro membros, e o coordenador seria um membro do conselho que assumiria por tempo determinado a presidência do conselho, que seria composto por um Coordenador Pedagógico (responsável pelas questões acerca do ensino aprendizagem), um Coordenador Comunitário (responsável pelas medidas de promoção do atendimento e participação da comunidade) e um Coordenador Financeiro (responsável pela captação e aplicação dos recursos). Os coordenadores seriam professores da unidade escolar, com mandato temporário e escolhidos via eleição realizada com a comunidade escolar. O concurso de professor seria remodelado, avaliando os conhecimentos do candidato acerca de sua área específica, de fundamentos da educação, de didática e de questões relacionadas à escola pública. Paralelamente, o Conselho de Escola continuaria a existir, com caráter consultivo e deliberativo, e absorveria as funções da APM (que seriam extintas) e teriam como maior preocupação a contínua aproximação dos pais nas decisões e ações da escola. Também seriam reformulados os Conselhos de Sala e de Série, que se tornaram incapaz de perceber que a maior causa das taxas de reprovação e evasão é a própria escola. A avaliação seria um processo que envolveria toda a escola, em cada uma de suas atividades, e teria o papel de diagnosticar se os objetivos propostos estão ou não sendo alcançados.

O livro é uma obra importante e recomendada leitura para estudantes das licenciaturas devido à riqueza de fatores e questões que são apresentadas e discutidas. A aplicabilidade das propostas que o autor apresenta são totalmente possíveis, mas dependem de uma unidade social da classe trabalhadora para pressionar os detentores do poder político, que não possuem interesse numa transformação da escola pública, muito menos no atual momento vigente de desmonte e ataques aos direitos assegurados da sociedade. A educação é ameaçadora, então será sempre a primeira a ser atacada em épocas de golpe e temeridade. Mas não devemos utilizar das dificuldades como barreiras, e sim como impulsionadoras, para atingir o objetivo final da educação, que é a mudança, a justiça e a transformação social.

Recebido em: 08.10.2017

Aprovado em 10.12.2017